



①

Carla G. G. Martelli

maio/89

José Jobson de A. Arruda

Professor Adjunto ao Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo. Professor e
Coordenador do Departamento de História
do Centro Educacional Objetivo.

História Moderna e Contemporânea

21.^a edição

ea
editora ática

A EMERGÊNCIA DO MUNDO MODERNO

A passagem do feudalismo ao capitalismo

A crise do sistema feudal e o progressivo desenvolvimento do sistema capitalista foram as condições fundamentais para o surgimento do mundo moderno.

Essa transição — essencial para a compreensão do mundo em que vivemos — teve seus inícios no século XII e avança até o final do século XVIII. Seus limites extremos foram, respectivamente, a crise do sistema feudal e a Revolução Industrial.

O problema da periodização

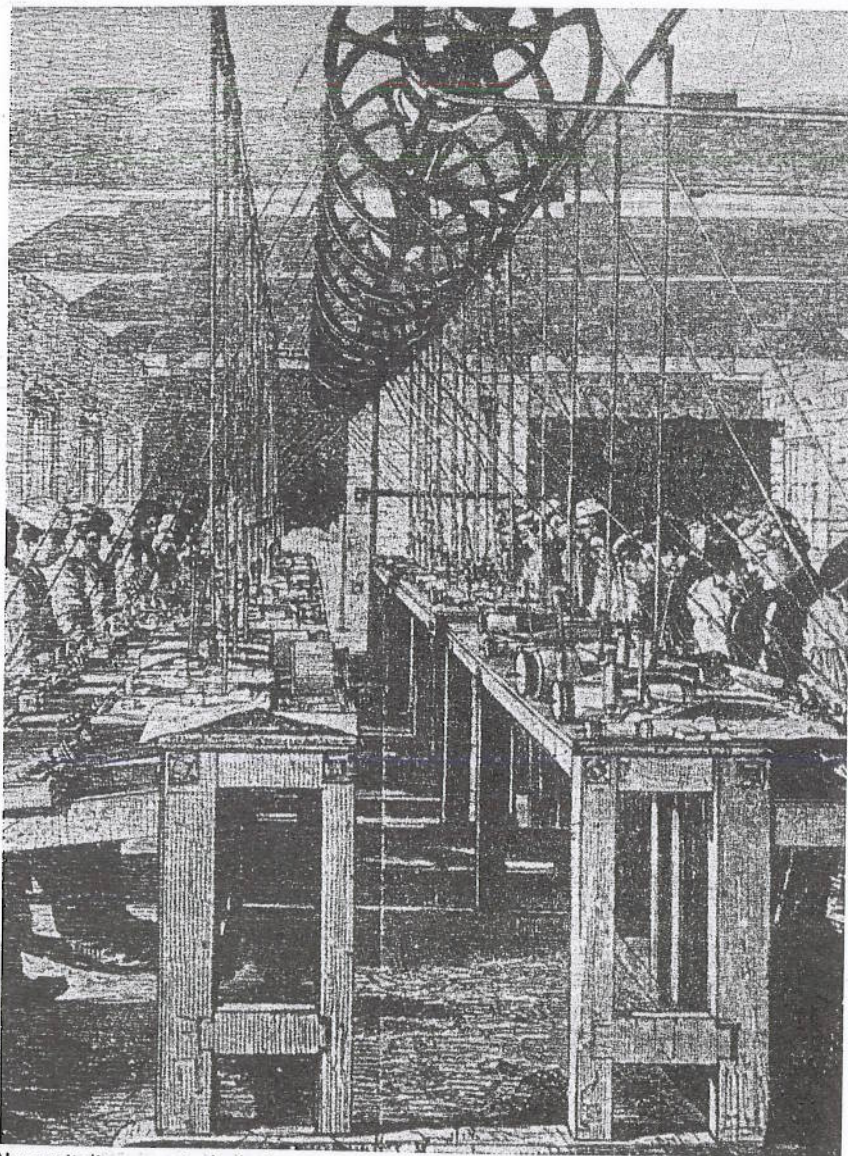
Definir os limites ou demarcar as etapas da transição é uma tarefa muito difícil. Não há acordo entre os historiadores sobre esse tema. Para alguns, todo o período que se estende do século XII ao XVIII deve ser classificado como pré-capitalismo. Para outros, o pré-capitalismo corresponderia apenas à fatia cronológica que vai do século XII ao XV, pois no século XVI já estaria definida a primeira fase do capitalismo, o chamado *capitalismo comercial*.

Etapas do desenvolvimento do capitalismo

O capitalismo se define por oposição ao feudalismo. Neste sistema preponderam as relações servis de produção, nas quais os servos devem a seus senhores obrigações compulsórias, impostas, sob a forma de serviços ou produtos. No capitalismo definem-se as relações assalariadas de produção, a nítida separação entre os detentores dos meios de produção — capital — e os que possuem apenas o trabalho. Além desse elemento essencial, o capitalismo se caracteriza também pela produção para o mercado, pelas trocas monetárias, pela organização empresarial e pelo espírito de lucro.

Dos fins da Idade Média até hoje o capitalismo passou por quatro fases bem distintas, cada uma com características próprias:

Pré-capitalismo — Corresponde ao período de emergência da economia mercantil, na qual a produção de bens se destina às trocas e não apenas ao uso imediato. Nessa época — séculos XII a XV, aproximadamente — já existiam as características gerais desse sistema, mas o trabalho assalariado



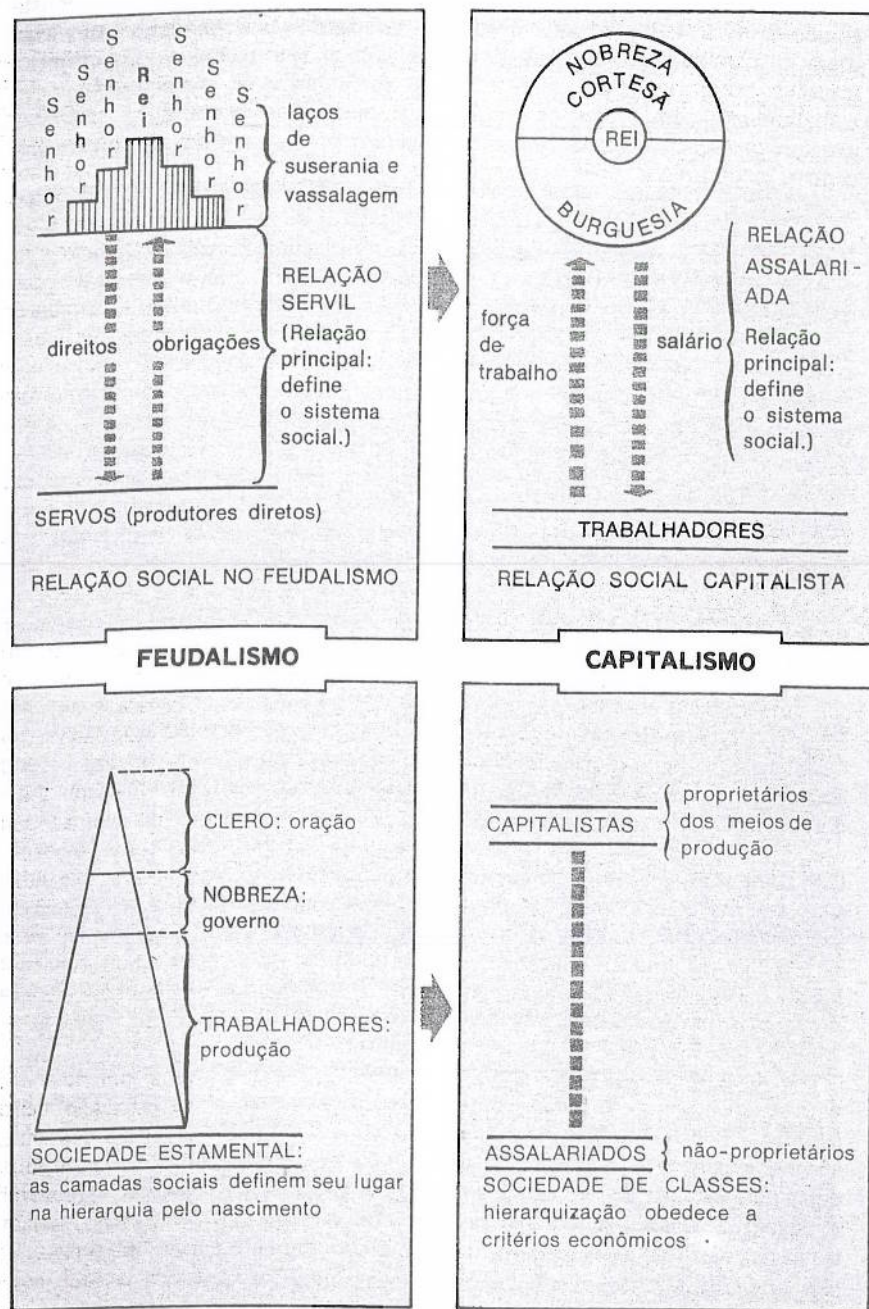
No capitalismo os trabalhadores não possuem os meios de produção.

ainda não se havia generalizado: predominava o trabalho artesanal, constituindo-se os trabalhadores em pequenos produtores independentes que vendiam o produto do seu trabalho, mas não o seu trabalho. Os próprios artesãos eram donos de suas oficinas, ferramentas e matéria-prima. Os trabalhadores sem meios de produção e obrigados, portanto, a trabalhar por um pagamento diário (jornaleiros) eram raros e apareciam apenas nos centros econômicos mais desenvolvidos.

Capitalismo comercial — Corresponde, grosso modo, aos séculos XVI, XVII e XVIII. Apesar da preponderância do trabalho dos pequenos produtores independentes (artesãos), o trabalho assalariado generalizou-se, principalmente nos centros dinâmicos da economia européia, tendendo a crescer gradativamente com o avançar do tempo. É exatamente a falta de dominação completa das relações assalariadas que torna difícil definir o período em termos de capitalismo. De qualquer forma, a denominação “comercial” se relaciona ao fato de que existia uma preponderância absoluta do capital mercantil sobre a produção. Toda produção se encontrava subordinada ao capital comercial. A maior parcela do lucro concentrava-se nas mãos dos comerciantes, dos intermediários, e não nas dos produtores. Quem tinha maior lucro era quem comprava e revendia a mercadoria e não quem a produzia. Por isso, o capital se acumulava na circulação (comércio) e não na produção (indústria). Essa fase, também denominada fase *originária* ou *primitiva* do processo de acumulação de capital, teve enorme importância, pois permitiu mais tarde o processo da Revolução Industrial.

Capitalismo industrial — Teve início na segunda metade do século XVIII com a arrancada industrial da Inglaterra. O capital acumulado na circulação de mercadorias foi investido na produção, promovendo a aceleração industrial. A acumulação de capital passou a se concentrar na produção, permitindo ao capital industrial, pela primeira vez, dominar todo o conjunto da produção, até mesmo o processo de distribuição e circulação. O trabalho assalariado instalou-se definitivamente, em detrimento dos artesãos detentores dos meios de produção, separando claramente os setores da sociedade possuidores dos meios de produção e o exército de trabalhadores. Esse processo iniciado na Inglaterra difundiu-se pela Europa, América do Norte e Ásia no século XIX, ganhando o mundo no século XX, quando numerosas nações lutam para atingir a condição de país industrializado.

Capitalismo financeiro — Esta é a fase atual do capitalismo nos países desenvolvidos, que já passaram pela Revolução Industrial. Delineou-se nos fins do século XIX e ficou plenamente cristalizado no século XX. Nele o sistema bancário e as grandes corporações financeiras tornam-se dominantes e passam a controlar as demais atividades: indústria, comércio, agricultura e pecuária. Assiste-se ao processo de concentração das empresas, que se tornam cada vez mais poderosas, assumindo uma dimensão internacional: são as multinacionais. Considerando o acentuado processo de centralização e concentração do capital, com a formação de empresas tentaculares, também denominamos esta fase de *capitalismo monopolista*.



A origem do pré-capitalismo

Retomando a colocação que fizemos na introdução, a emergência do capitalismo relaciona-se diretamente à crise do sistema feudal. De fato, a partir dos fins do século XI, o sistema feudal deu seus primeiros sinais de esgotamento. A razão básica da crise do sistema feudal era o descompasso entre as necessidades crescentes da camada dominante, a nobreza feudal, e a estrutura produtiva, assentada no trabalho servil. O crescimento demográfico ampliava o número de senhores, parcela não produtiva da sociedade, pois viviam das contribuições dos servos. Em contrapartida, os servos não tinham interesse no aumento da produção, pois os trabalhos agrícolas eram coletivos, sem especialização da produção, contribuindo para a estagnação das técnicas de cultivo. Para aumentar seus rendimentos os senhores feudais aumentaram as obrigações devidas pelo servo, obrigações estas que já eram excessivamente pesadas. Em decorrência da pressão senhorial teve início uma fuga generalizada das propriedades feudais. A fuga marcou a ruptura das relações servis e o ponto de partida para a mudança global do sistema, pois o declínio das rendas dos senhores obrigou-os a diminuir suas despesas, apelando para o deserdamento dos filhos mais novos, que foram obrigados a sair em busca de terras, feudos, para poderem reintegrar-se socialmente.

O processo de marginalização nas camadas dominadas, servis, e nas camadas dominantes, senhoriais, criou o exército de homens disponíveis para realizarem as Cruzadas. Convocadas pela Igreja, com um profundo sentido religioso próprio do tempo, elas representaram uma válvula de escape para as tensões sociais; foram, na verdade, a primeira grande expansão territorial da Europa depois do recuo medieval. As Cruzadas tiveram enorme impacto na dinamização das atividades de troca. Abriam o Mediterrâneo, fechado pelos muçulmanos desde o século VIII. Fizeram entrar em circulação produtos orientais, sobretudo especiarias, importadas pelas cidades italianas dos portos do Mediterrâneo oriental. Produto dos saques feitos pelos cruzados nas cidades muçulmanas, as moedas voltaram a circular. Para explorar esse comércio surgiram grandes companhias mercantis, formadas pela associação de comerciantes ("acionistas"), que investiam capital na compra de barcos e mercadorias cujos lucros eram repartidos proporcionalmente. O medo aos caminhos desconhecidos, aos muçulmanos, foi substituído pelo espírito de risco, pelo desejo de aventura que pudesse representar lucros efetivos. Nascia, assim, o espírito capitalista.

Considerando que existia dentro do feudalismo uma potencialidade mercantil, isto é, a possibilidade de desenvolvimento do comércio dentro dos limites da sociedade feudal, o impacto da nova realidade econômica foi fulminante. Estimulou muitos senhores a consumirem os novos produtos e, para tanto, eles foram obrigados a aumentar suas rendas, produzindo para o mercado consumidor urbano. Por isso, muitos senhores mudaram as relações servis, transformando os servos em homens livres que arrendavam as terras com base numa relação contratual. Dessa forma, o impacto do desenvolvimento comercial orientou as formas de transformação do sistema feudal.

O resultado global foi o surgimento de numerosas rotas de comércio. Preponderaram as rotas marítimas e mesmo fluviais, pois as comunicações terrestres apresentavam riscos elevados, o que aumentava o custo dos transportes. Destacaram-se, no conjunto, três rotas principais: a do *Mediterrâneo*, que ligava as cidades italianas (Pisa, Florença, Veneza, Gênova, Amalfi, Bari) a Constantinopla e aos portos do litoral oriental desse mar; a da *Champagne*, ligando a Itália à Flandres, de onde partia a rota do *Mar do Norte*, que abrangia o comércio da Inglaterra, das regiões do Mar do Norte e Báltico, atingindo mesmo as comunidades russas além do rio Dnieper e a cidade de Constantinopla.

Formou-se assim um verdadeiro anel comercial, cujo circuito tendia a se expandir, integrando rotas secundárias que se ligavam às rotas principais. O ponto central dessa rede, que interligava o comércio nórdico e o mediterrâneo, era o condado da Champagne, verdadeiro centro do comércio internacional da Europa na época. No cruzamento das rotas, os *nós de trânsito*, os comerciantes paravam para trocar, comprar e vender seus produtos. Assim, as feiras medievais, que não haviam desaparecido completamente durante a Idade Média, adquiriram um dinamismo novo. Pouco a pouco, as feiras perderam o caráter temporário, prolongando-se, estabilizando-se e acabando por se transformarem em centros permanentes de trocas internacionais, as cidades mercantis.

Ansiosos pela proteção dispensada pelos castelos fortificados, os *burgos*, aí se reuniam os comerciantes, originários na sua maioria das camadas marginalizadas pela crise do sistema feudal. Por isso passaram a ser denominados *burgueses*, classe social básica para o crescimento e transformação do capitalismo. Tais burgueses entravam em acordo com os senhores feudais locais, em cujas terras se localizavam as cidades onde haviam se instalado, adquirindo mediante pagamentos monetários os direitos necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Para proteger seus interesses contra comerciantes estrangeiros, organizavam-se em associações, as *guildas* mercantis. Muitos artesãos se estabeleceram nos centros urbanos e se organizaram, por sua vez, em *corporações* de acordo com suas profissões. As corporações de artesãos ou artífices evitavam a concorrência externa e a rivalidade entre os artesãos de uma mesma cidade, regulando a quantidade, a qualidade e o preço dos produtos de cada um. Adequando a produção ao ritmo do consumo (dos habitantes do próprio burgo e da zona rural próxima), não havia risco de superprodução.

Os artesãos da mesma profissão concentravam-se na mesma rua. Trabalhavam em suas oficinas com as portas abertas, para que os consumidores pudessem, a qualquer momento, inspecionar a qualidade do produto ou do serviço realizado. A matéria-prima e as ferramentas pertenciam ao artesão, um *mestre* na sua especialidade. Seus filhos, ou algum parente, poderiam auxiliá-lo, desde que dominassem a técnica de produção, recebendo um pagamento e a possibilidade de um dia virem a tornar-se mestres: eram os *oficiais*. Até chegarem a esse ponto, passavam por um estágio de aprendizagem, que durava em geral sete anos, sendo sustentados pelo mestre, quando eram denominados *aprendizes*. Excepcionalmente, nas cidades maio-

res, onde a indústria de tecelagem da seda ou da lã era muito desenvolvida, os mestres contratavam diaristas, que recebiam por uma jornada de trabalho: eram os *jornaleiros*, antecessores dos assalariados modernos e que somente se tornariam mais numerosos a partir do século XVI.

Documentos básicos

Acordo entre o abade de São Dionísio e Henrique Charron para a colonização das terras situadas em Maisoncelles, com base no regime de parceria, realizado no mês de abril de 1230.

"(...) para que eles as cultivem em perpetuidade; eles as cultivarão à sua custa, ceifarão, semearão e levarão primeiro a metade da colheita devida ao monastério a sua granja em Maisoncelles, à sua custa; deverão também adubar as terras com marga os três anos inteiros. Se o dito Henrique e seus herdeiros descuidarem os cultivos destas terras a abadia poderá intimá-los na justiça sobre o testemunho de homens prudentes (...) voltando a tomá-la (a terra) em sua disposição. Em testemunho confirmamos estas cartas aplicando o selo do Tribunal de Meaux. Feita em 1230, no mês de abril."

La vie quotidienne au Moyen Age. In: VILABOA, M. I. V. de. *Selección de textos y documentos de Historia Universal*. Montevideo, 1970, t. II, p. 111.

A fundação de uma cidade contribuía para a expansão agrícola e a integração dos elementos marginalizados do sistema feudal.

"Nós fundamos uma vila em Vaucresson, construímos lá uma igreja, uma casa, e abrimos pelo arado a terra inculta. Aqueles que farão o esforço de edificá-la saberão bem o que ela pode custar, pois já há lá quase sessenta hóspedes e muitos querem ainda vir, caso alguém ali se estabeleça. Este lugar era como uma caverna de ladrões, deserto por mais de duas milhas, sem utilidade nenhuma para nossa igreja, covil de bandidos e de vagabundos por causa da proximidade dos bosques."

SUGER. *De administratione sua*. In: PINSKY, J., org. *Modo de produção feudal*. 3. ed. São Paulo, Global, 1984, p. 140.

A vida do santo Godric de Finchale, que começou sua vida como mercador, é bem o exemplo do novo tipo de mentalidade que surgiu nos fins do século XI.

"Primeiro viveu como um mercador ambulante por quatro anos no Lincolnshire, andando a pé e carregando fardos muito pequenos; depois, viajou para longe, primeiramente até Saint Andrews na Escócia e depois pela primeira vez até Roma. No retorno, tendo feito amizade com outros jovens que ambicionavam mercadejar, começou a lançar-se em viagens mais atrevidas e a ir por mar, junto à costa, até as terras estrangeiras que ficavam à volta. Assim, navegando

... muitas vezes entre a Escócia e a Bretanha, negociou em mercadorias variadas e no meio destas ocupações aprendeu muito da sabedoria do mundo, porque trabalhava não apenas como mercador, mas também como marinheiro para a Dinamarca, Flandres e Escócia; nas terras onde encontrava certas mercadorias raras e por isso mais preciosas, transportava-as para outras partes onde sabia que eram menos familiares e cobiçadas pelos habitantes a preço de ouro. Fez desta maneira muitos lucros com todas as suas vendas e reuniu avultados bens com o suor do seu rosto, visto que vendia caro num lugar as mercadorias que tinha comprado noutro por um preço inferior."

DURHAM, R. of. *Libellus de vita et miraculis S. Godrici, heremitaie de Finchale*. In: PINSKY, J., org. Op. cit., p. 136-7.

Datas e fatos essenciais

Século XI: Início da desintegração do feudalismo.

Século XII: Começo da formação do capitalismo.

Séculos XII a XV: Período do pré-capitalismo.

Séculos XVI a XVIII: Fase do capitalismo comercial.

Séculos XVIII a XX: Fase do capitalismo industrial.

Século XX: Capitalismo financeiro ou monopolista.

Resumo

1. Os tempos modernos têm início com a crise do feudalismo e a transição rumo ao capitalismo, por volta do século XII.
2. Somente no século XVIII estariam plenamente definidas as características do capitalismo: relações assalariadas, produção para mercado, organização empresarial e espírito de lucro.
3. As principais fases do capitalismo são: pré-capitalismo, capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro ou monopolista.
4. Na fase do pré-capitalismo destacam-se os seguintes pontos:
 - a) Realiza-se a primeira expansão territorial européia através das Cruzadas.
 - b) Abre-se o Mediterrâneo e retoma-se o comércio com sua parte oriental, dinamizando as trocas na Europa feudal.
 - c) Intensifica-se a circulação monetária; surgem as grandes rotas de comércio.
 - d) Nas grandes rotas, especialmente a da Champagne, surgem feiras nos nós de trânsito, aumentando a concentração urbana nos burgos.
 - e) Organizam-se as guildas dos comerciantes e as corporações de ofício dos artesãos e artífices que operam nas cidades nascentes.

A EMERGÊNCIA DO MUNDO MODERNO

A formação das monarquias nacionais

Na passagem do mundo medieval aos tempos modernos deu-se o processo de centralização do poder político, com o surgimento das monarquias nacionais. Suas origens se encontram na Baixa Idade Média, quando os reis começaram a concentrar o poder em suas mãos. As condições fundamentais desse processo foram a crise do feudalismo e a emergência do capitalismo. A centralização monárquica foi, ao mesmo tempo, a forma política de superação da crise do feudalismo e o encaminhamento da expansão do capitalismo.

A monarquia feudal evoluiu então no sentido de uma monarquia nacional, centralizada e forte. Embora tenha ocorrido em toda a Europa, foi na França que esse fenômeno atingiu sua plenitude.

As condições da formação das monarquias nacionais

A condição fundamental para o processo de formação das monarquias nacionais foi a crise do feudalismo. De fato, essa crise enfraqueceu os senhores feudais, diminuindo o poder político local da nobreza e, dessa forma, abrindo espaço para a ação política dos reis. A ruptura das relações servis significava perda de renda por parte da nobreza, levando-a a aumentar a pressão sobre os servos, sob a forma de arrocho das obrigações.

Em condições desfavoráveis, como aquelas verificadas durante a crise do século XIV, quando a peste matou um terço da população européia, essa opressão tornava-se ainda mais forte, por causa da escassez de mão-de-obra. O resultado foram as numerosas revoltas camponesas que dominaram o cenário social da Europa no período, as famosas *jacqueries*. Pressionada pela sublevação da massa camponesa, que ameaçava sua própria existência, a nobreza teve de socorrer-se junto ao rei. Este fato contribuiu para a centralização, pois o rei surgiu como articulador da aristocracia contra a pressão das massas rebeladas.

O significado da monarquia nacional

O poder do rei se tornou nacional quando se estendeu sobre toda a nação. Esse conjunto nacional formou-se no transcorrer da Idade Média,

definindo-se uma unidade lingüística, religiosa, cultural e histórica, com base num território determinado. Para que o poder real pudesse ser efetivamente exercido sobre toda a nação, era indispensável superar as características do poder sobreviventes da Idade Média: o *particularismo* e o *universalismo*. O poder particular era o poder local, individual, exercido pelos senhores feudais ou pelas cidades medievais, dotadas de elevado grau de autonomia. O poder universal era representado pelo papado e pelo Sacro Império. O papado gozava de enorme prestígio internacional, tinha tribunais próprios, não pagava impostos, recolhia contribuições e atribuía-se o direito de intervir nos assuntos nacionais. O Sacro Império julgava-se herdeiro das tradições universais do Império Romano e, portanto, com direito de intrometer-se nos assuntos nacionais.

Por outro lado, a emergência da economia mercantil e o desenvolvimento comercial e urbano também criavam condições favoráveis ao processo de centralização. O surgimento de uma nova classe social ligada ao comércio internacional, os grandes mercadores das guildas, criava novos interesses econômicos. Sua meta principal era conseguir a *unificação* nacional, ou seja, a uniformização de pedágios, pesos, medidas, moedas, leis e alfândegas, que dariam homogeneidade ao mercado nacional — condição indispensável para a conquista do mercado internacional. Dessa forma, a *centralização* do poder era, para a burguesia, um meio para atingir a *unificação*. A abdicação de seus privilégios dentro das cidades em favor do rei tornou-se ainda mais fácil quando seu próprio poder, dentro das comunas medievais, passou a ser violentamente contestado pela pequena burguesia dos artesãos. As agitações nos principais centros urbanos tornaram-se ainda mais graves com a crise de retração do século XIV, cuja manifestação mais clara foi a peste negra.

Além do mais, a crise de crescimento do século XV, caracterizada pelo declínio do ritmo das atividades comerciais, somente poderia ser solucionada através da ampliação do mercado europeu pela incorporação de novos mercados e novas rotas; e apenas o rei, reunindo os recursos de toda a nação, teria condições para empreender a expansão comercial e marítima, tarefa impensável para um comerciante rico, uma grande cidade ou mesmo uma liga de poderosos mercadores.

Outras condições complementares podem ser lembradas: a existência da tradição de hereditariedade do poder real, consolidada durante a Idade Média; o movimento universitário, que criou o corpo de funcionários e de leigos que buscavam a legitimação do poder real através do Direito Romano e costumeiro; o desenvolvimento do individualismo com o Renascimento, que criou a imagem de um rei representante e protetor de sua nação: o rei encarnaria o ideal nacional.

Mecanismos do processo de centralização

O exercício do poder por parte do rei dependia do controle do aparelho de Estado, isto é, do monopólio de três elementos fundamentais: da força, da tributação e da justiça e administração.



Com o apoio da burguesia mercantil, os reis organizaram exércitos nacionais que lhes garantiram o monopólio da força.

Com o apoio inicial da burguesia ligada ao comércio internacional e dos habitantes diretamente submetidos ao rei nos chamados domínios reais, foi possível organizar as forças militares através da criação de exércitos mercenários. Com o surgimento da infantaria, que representou a democratização das forças armadas, e a incorporação das *milícias urbanas*, formou-se o quadro da nova realidade militar que se opôs ao antigo exército de vassallos, característico da Idade Média.

A força militar permitiu ao rei ampliar sua capacidade tributária, aumentando o número de contribuintes obrigatórios, especialmente camponeses e artesãos, que não tinham os mesmos interesses da burguesia no processo de centralização. A nobreza, o clero e os altos funcionários (geralmente nobres ou burgueses de alta categoria) continuavam isentos do pagamento de impostos.

O poderio militar possibilitou a expansão dos domínios reais pela eliminação progressiva do poder dos nobres, especialmente da grande nobreza, ainda poderosa, que resistia ao processo centralizador. Nas terras que caíam sob seu domínio o rei organizava a administração, da qual encarregava funcionários que podiam ser demitidos de acordo com sua vontade. Esses funcionários cobravam impostos e distribuíam a justiça com base em códigos escritos, que substituíam as leis costumeiras. Esse procedimento representou um avanço notável na racionalização do Estado, marcando o nascimento da burocracia moderna. No limite desse processo, a corte do rei foi transformada numa corte suprema de justiça da nação.

A monarquia nacional na França e na Inglaterra

Ao findar a Guerra dos Cem Anos, em 1453, a monarquia francesa completava três séculos de avanços progressivos no caminho da centralização. O Rei Carlos VII, da dinastia de Valois, além de vencer os ingleses reorganizou a administração do reino: convocou para o Conselho do rei os burgueses mais expressivos; aconselhado pelos leigos, dispensou o auxílio dos Estados Gerais; arrogou-se o direito exclusivo de baixar impostos,

criando o imposto sobre a venda de mercadorias (*aides*), o imposto sobre o sal (*gabela*) e o imposto sobre as pessoas ou suas terras, a *talha*, uma espécie de capitação. Os recursos financeiros permitiram-lhe manter um exército permanente, aperfeiçoar a cavalaria e a artilharia e formar um excelente corpo de arqueiros. O Rei Luís XI deu continuidade ao processo de afirmação do poder real.

Carlos VIII, Luís XII e Francisco I completaram a obra de três séculos de centralização do poder na França, iniciada com Filipe Augusto em 1180.

Nos inícios do século XVI, aglomeravam-se na corte príncipes, senhores feudais, bispos e militares, que deixavam suas propriedades para viver em torno do rei. A administração foi sistematizada, ganhando maior eficiência. Os principais assessores reais eram o *chanceler* (encarregado da justiça), o *condestável* (do exército) e os *secretários de Estado*, principal inovação do século XVI. O *Conselho do Rei*, também chamado *Conselho de Estado* ou *Conselho Privado*, era muito importante; apesar de não ter atribuições fixas nem composição permanente, ocupava-se dos principais problemas relativos à política interna e externa.

A organização das províncias foi mais difícil, pois os senhores feudais, acostumados aos privilégios adquiridos durante a Idade Média, resistiam à ação centralizadora do rei. Além disso, as distâncias e a lentidão dos meios de comunicação colaboraram para aumentar o seu isolamento. Assim mesmo a organização progrediu, pois instituições judiciais (*parlamentos*) e fiscais foram criadas em diversas localidades.

Os principais entraves ao exercício pleno do poder por parte do rei eram as leis costumeiras e divinas e, principalmente, a tendência de os cargos públicos se tornarem vitalícios e até mesmo hereditários, podendo seus ocupantes deles dispor como se fossem seus verdadeiros donos. Este mecanismo tendia a complicar a administração pela multiplicação sucessiva de cargos.

No plano das relações com o poder universal da Igreja, o Rei Francisco I realizou em 1516 a *Concordata de Bolonha*, pela qual adquiria o direito de nomear os bispos e abades do reino francês, sujeito a uma confirmação formal por parte do papa.

Enquanto na França o poder real caminhava rumo ao absolutismo *de fato* e *de direito*, a monarquia inglesa realizava o percurso inverso: os reis poderosos, como Henrique II, cederam lugar a monarcas limitados, estabelecendo-se quase uma monarquia constitucional. De fato, desde que os barões ingleses impuseram a *Carta Magna* ao Rei João Sem-Terra em 1215, começou o declínio do poder real e a ascensão da nobreza. A Carta Magna impunha a criação do Grande Conselho, composto por representantes da nação; proibia os impostos sem aprovação desse conselho; coibia as prisões arbitrárias e criava um corpo de 25 barões encarregados de fiscalizar a integridade e a observância das leis. No reinado de Henrique III, uma nova revolta dos barões ingleses praticamente transferiu o poder para a nobreza

através das *Provisões de Oxford*, de 1258. Nos anos seguintes as reuniões do Parlamento tornaram-se regulares, com a participação de representantes de todas as camadas sociais.

No século XIV a dinastia Plantageneta foi substituída pela dinastia Lancaster, depois da deposição de Ricardo II por Henrique IV, de Lancaster. Os duques de York organizaram a oposição aos Lancaster, culminando na *Guerra das Duas Rosas*, iniciada em 1455. Durante o conflito os York assumiram o poder, e a guerra só terminou em 1485, com a inauguração de uma nova dinastia, os Tudor, com Henrique VII. A estes caberia a retomada do processo de afirmação do poder real na Inglaterra no decorrer do século XVI.

Documentos básicos

A revolta dos camponeses franceses no ano de 1358.

"Nestes tempos, os nobres, em desprezo aos camponeses e aos humildes, os designavam pelo termo de Jacques Bonhomme (...). Mas oh dor! Muitos destes que neste momento se divertiam foram vítimas em seguida. Com efeito, nenhum nobre ousava mostrar-se fora do castelo forte; pois, se os camponeses percebessem, ou bem ele seria massacrado ou não escaparia sem sérios insultos. Os camponeses adquiriram tanta força que poderíamos avaliá-los em mais de cinco mil, procurando os nobres desejosos de os suprimir com suas mulheres e crianças. Mas essa empreitada monstruosa não durou muito tempo: parou por si própria, não foi Deus quem lhe pôs fim (...). Pois aqueles que se lançaram nesta empreitada por amor à justiça e porque seus senhores, longe de os defenderem, os oprimiam, desceram a atos vis e abomináveis: àqueles que os tributavam eles reviraram com violência contra as nobres damas, massacrando as criancinhas nobres inocentes."

VENETTE, J. de. *Chronique latine de Guillaume de Nangis*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Le Moyen Age*. Liège, H. Dessain, 1961, p. 258.

As desordens sociais na Inglaterra entre 1380 e 1382.

"Esta gente malvada (...) começou a se sublevar, porque eles diziam que sofriam uma grande servidão e que, no começo do mundo, não haviam existido servos e que ninguém o poderia ser, se não trísse seu senhor, como Lúcifer fizera com Deus. Mas eles não tinham este destino, pois não eram nem anjos nem espíritos,

mas homens feitos à semelhança dos seus senhores, sendo considerados como bestas, cuja condição não desejavam e não poderiam mais sofrer; eles desejavam ser todos iguais e, se trabalhassem ou fizessem qualquer trabalho para seus senhores, desejavam receber o salário. Nesta loucura eles têm, no tempo presente, impulsionado um padre exaltado da Inglaterra, do condado de Kent, que se chama John Ball."

FROISSART, J. *Chronique*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Le Moyen ...*, p. 290-1.

Datas e fatos essenciais

Séculos XII a XVI: Formam-se as monarquias nacionais.

1180: Inicia-se o processo de centralização na França.

1215: João Sem-Terra aceita a Carta Magna.

1258: Henrique III aceita as Provisões de Oxford.

1453: Carlos VII acelera o processo de centralização na França.

1455: Começa a Guerra das Duas Rosas.

1485: Henrique VII inaugura a dinastia Tudor.

1516: Francisco I assina a Concordata de Bolonha.

Resumo

1. A condição fundamental para a formação das monarquias nacionais foi a crise do feudalismo e a emergência do capitalismo.
2. A crise do feudalismo debilitou as rendas senhoriais e gerou as revoltas camponesas, obrigando os nobres a se apoiarem nos reis.
3. O desenvolvimento econômico estimulou a burguesia a buscar a unificação do mercado nacional através da centralização do poder.
4. A afirmação do poder nacional dependia da diminuição dos poderes **particulares** (senhores, cidades) e **universais** (papado e Sacro Império).
5. O exercício do poder dependia do controle da força militar, da tributação, da justiça e da administração.
6. Entre o final da Guerra dos Cem Anos e os inícios do século XVI, o poder real consolidou-se na França, especialmente com os reis Carlos VIII, Luís XII e Francisco I.
7. Na Inglaterra o poder real sofreu limitações significativas com a Carta Magna, e somente depois da Guerra das Duas Rosas os reis da dinastia Tudor retomaram a caminhada rumo à centralização do poder.

A EMERGÊNCIA DO MUNDO MODERNO

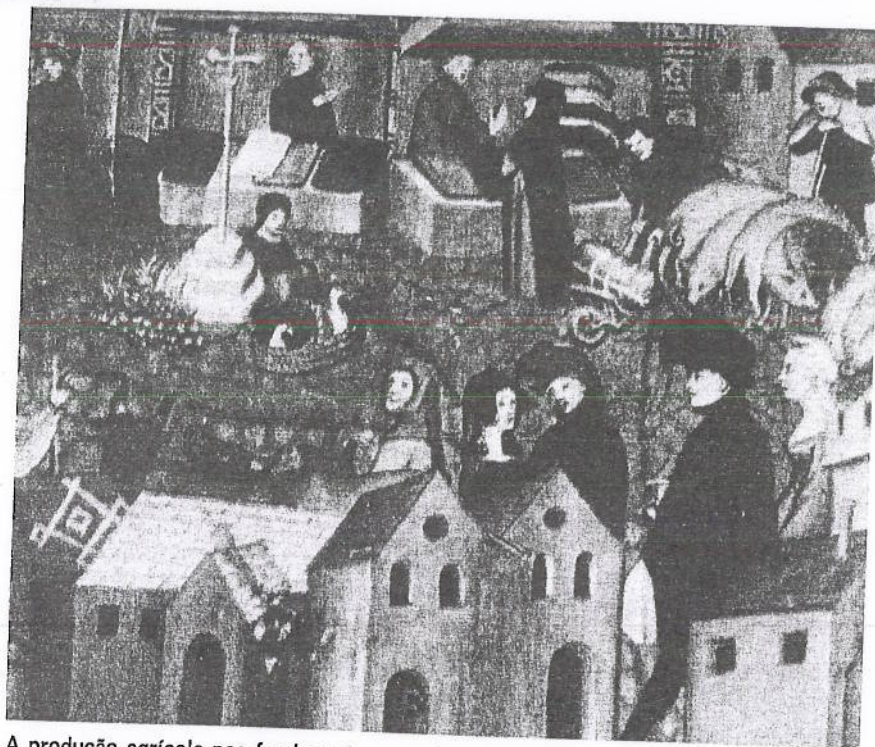
A expansão comercial e marítima européia

Após a crise do feudalismo a economia européia cresceu de forma acelerada. A burguesia apoiou os reis no processo de centralização política com vistas à unificação do mercado nacional. Realizada esta primeira etapa, lançaram olhares cobiçosos em direção ao mercado mundial. Para tanto seria indispensável a expansão comercial e marítima, capaz de integrar e romper o isolamento em que se encontravam as civilizações da América, da África e da Ásia. A realização destes vastos empreendimentos exigia, por sua vez, um Estado forte, centralizado, capaz de aglutinar os recursos do conjunto da sociedade em benefício da burguesia mercantil e do próprio Estado.

A crise de crescimento do século XV

Passados os efeitos negativos da *crise de retração* do século XIV, caracterizada pelo mal-estar gerado pelas secas, fomes, pestes e guerras, a economia européia retomou o ritmo de crescimento iniciado com as Cruzadas. A população voltou a aumentar e a produção subiu, dinamizando o próprio ritmo do crescimento populacional. Contudo, a partir de meados do século XV, começaram a surgir obstáculos que dificultavam sensivelmente a continuidade desse processo, gerando uma *crise de crescimento*. Várias foram as razões dessa crise.

A primeira era a inadequação entre dois sistemas coexistentes e antagônicos — o feudal e o capitalista —, preponderando o primeiro na zona rural e o segundo nos centros urbanos. Dessa incompatibilidade surgiram dois problemas: primeiramente, a produção agrícola continuava estática, devido às características próprias do regime de trabalho servil nos feudos, resultando na falta de alimentos para abastecer os centros urbanos; em segundo lugar, a produção artesanal realizada nas cidades não encontrava consumidores na zona rural, dado o caráter auto-suficiente da produção feudal. Disso resultavam graves tensões sociais nos centros urbanos, tais como as revoltas das cidades da Flandres de 1323 a 1328, decorrentes da inelasticidade do mercado consumidor.



A produção agrícola nos feudos não era suficiente para atender às necessidades dos centros urbanos.

A segunda razão da crise estava relacionada ao comércio internacional, alimentado, sobretudo, pelo comércio de produtos orientais. O grande problema é que esses produtos chegavam ao Ocidente depois de percorrer um longo trajeto, controlado pelos árabes, pelas cidades italianas e pelas guildas mercantis que operavam nas rotas de comércio dentro da Europa. O grande número de intermediários elevava os preços além do poder aquisitivo da camada senhorial (os principais consumidores), pois suas rendas estavam sendo drenadas pela crise do feudalismo.

O terceiro elemento da crise era a escassez de moedas, pois estas escoavam para o Oriente em pagamento das especiarias. A falta de moedas criava dificuldades para o desenvolvimento do comércio, forçando a busca de metais preciosos para ativar os meios de pagamento.

Havia, portanto, um estreitamento do mercado europeu, uma espécie de camisa de força que continha o ritmo da expansão econômica. De que forma se poderia solucionar a crise? Com o alargamento do mercado europeu, através do comércio e da expansão marítima, conseguindo-se novos mercados ou novas rotas para os mercados tradicionais do Oriente. Assim os obstáculos que travavam o crescimento da economia européia seriam eliminados, desde que se encontrassem mercados fornecedores de produtos alimentícios e consumidores de produtos artesanais; mercados fornecedores

de especiarias a preço mais baixo, permitindo a ampliação do consumo para camadas com poder aquisitivo mais baixo; e mercados fornecedores de metais preciosos para aliviar a falta de moedas e o preço exorbitante dos metais.

Conclui-se, pois, que a expansão comercial e marítima dos tempos modernos foi, acima de tudo, um resultado direto da crise de crescimento da economia européia, crise esta que tinha na sua base a inadequação decorrente da coexistência de dois modos de produção distintos e antagônicos: o feudal em transformação e o capitalista em formação.

Condições sociais, políticas e culturais da expansão

As condições econômicas somente adquirem significado quando inseridas num contexto social. Vamos analisá-lo, portanto.

Os interesses econômicos expressavam os objetivos da classe mercantil, sequiosa por ampliar sua faixa de lucros. No plano político os interesses dessa classe convergiram para o apoio ao processo de centralização, ampliando as rendas do Estado, armando seus exércitos, preenchendo seus quadros funcionais, legitimando seu poder através da legislação.

Em Portugal e na Espanha, o ideal missionário era muito forte, pois estes países tinham estado até bem pouco tempo em luta direta contra os muçulmanos. No fundo, o espírito de Cruzada e a preocupação em catequizar os gentios acabaram por servir de justificativa ideológica para a expansão.

As novas concepções sobre a forma da Terra, por oposição às concepções dominantes na Idade Média, que a imaginavam com o formato de um disco, levaram à conclusão de que seria possível atingir qualquer continente pela navegação marítima em linha reta. Isso porque, sendo a Terra esférica, partindo-se de um ponto qualquer e navegando-se sempre na mesma direção, dever-se-ia necessariamente voltar ao ponto de partida. Não bastavam, porém, novas idéias. Eram necessárias condições técnicas — o desenvolvimento da arte da construção naval e da própria navegação. Os progressos da cartografia — os *portulanos* —, o uso da bússola e do astrolábio e, sobretudo, a invenção da caravela deram a segurança mínima necessária para enfrentar as enormes dificuldades que representava a vastidão do mar-oceano.

A expansão portuguesa

Desde o século XIII Portugal já mantinha relações comerciais estreitas com a Inglaterra, Flandres (Bélgica e Holanda atuais) e as cidades italianas; já vinha, também, tomando uma série de medidas para estimular a expansão comercial e marítima: fez acordos internacionais para proteger os navios mercantes dos ataques dos piratas muçulmanos.

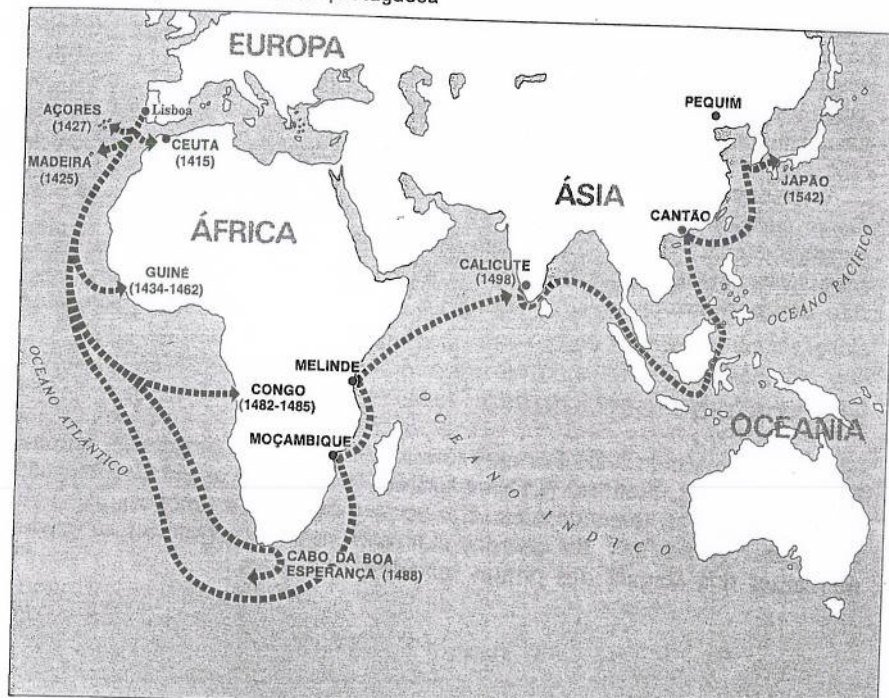
Enquanto foi promovida pelos burgueses, a expansão portuguesa teve fins pacíficos e comerciais; nas ocasiões em que os nobres as dirigiam, as expedições tenderam mais ao saque e à conquista das grandes cidades muçulmanas, "infiéis", do norte da África. Foi sob a regência de Dom Pedro que a expansão portuguesa viveu o seu grande momento, quando se tornou um processo praticamente irreversível. Algum tempo depois começou a exploração comercial, organizada sob a forma de concessões e monopólios, que levaria os portugueses às Índias (só em 1460 se falou pela primeira vez na possibilidade de chegar até lá).

A importância que se costuma atribuir à Escola de Sagres na formação dos navegadores que se lançaram aos grandes descobrimentos é relativa. Não havia propriamente uma escola de navegação, apenas um grupo de astrônomos, construtores navais, cartógrafos e pilotos experimentados de toda a Europa, reunidos em torno de Dom Henrique — que controlava os fundos econômicos da Ordem de Cristo, investindo na expansão.

Os descobrimentos se sucederam: Ceuta (1415), Madeira, Açores, cabo Bojador, cabo Branco, Cabo Verde, golfo da Guiné, até a passagem do Equador, em 1471. Em 1487, Bartolomeu Dias ultrapassou o cabo das Tormentas. Ao seguir a mesma rota, em 1497, Vasco da Gama tocou Moçambique e Melinde, na África Oriental, antes de atingir Calicute, na costa oeste da Índia, fazendo assim a primeira ligação direta por mar entre a Europa Ocidental e os países marítimos do Oriente (1498).

Vasco da Gama voltou a Lisboa em 1499, com suas embarcações carregadas de especiarias. Para organizar o comércio com o entreposto encontrado por Vasco da Gama, partiu de Portugal, em 1500, a frota comandada por Cabral, que atingiria, de passagem, o Brasil.

Etapas da expansão marítima portuguesa



A formação do Império Colonial Português foi iniciada por Afonso de Albuquerque, pelo domínio da passagem do mar Vermelho em direção à Europa, com o que se conseguiu o monopólio dos produtos orientais. Os portugueses fixaram-se em Goa (capital comercial do Oeste da Índia), Diu e Cochim; a tomada de Malaca, em 1511, abriu-lhes o caminho da Indochina; em 1517, alcançaram a costa da China e em 1520 foram recebidos em Pequim, o que lhes permitiu comerciar com Cantão.

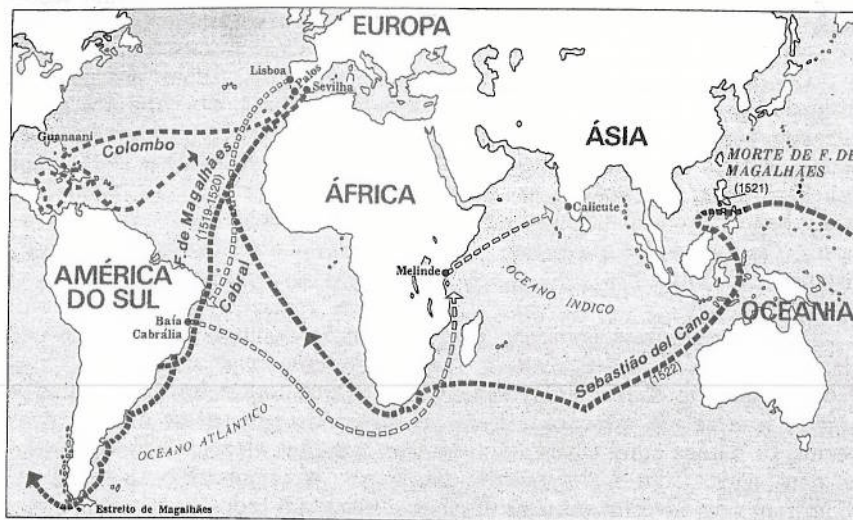
Os portugueses, muito exploradores a princípio, foram aos poucos obrigados pelos orientais a comerciar com mais justiça. Os produtos eram trocados nas feitorias militares que os primeiros fundaram no Oriente. Todos os anos uma frota partia de Lisboa e, depois de dobrar o cabo da Boa Esperança, aproveitava as monções de Sudeste para atingir Goa; dois meses depois voltava carregada de especiarias, objetos raros e pedras preciosas. Outros barcos garantiam a ligação entre a Índia e os portos mais distantes da China.

A proteção desse comércio e a manutenção do monopólio deram por algum tempo aos portugueses a supremacia comercial na Europa, mas depois acabaram acarretando tantas despesas que foram tornando antieconômica a atividade mercantil: além de ser preciso guarnecer a costa e os portos, os barcos eram caros, não resistiam a muitas viagens e eram comuns os naufrágios. Com a diminuição dos lucros, os empresários portugueses reduziram seus investimentos no Oriente e deixaram todos os gastos a cargo do Estado. Assim, depois de 1530, esse comércio entrou em franco declínio. Portugal voltou-se então para a exploração comercial agrícola do Brasil.

A expansão espanhola

Os espanhóis estavam tão atrasados em relação aos portugueses (nos fins do século XV ainda não tinham conseguido a total unidade do país) que foi praticamente por acaso que o italiano Cristóvão Colombo entrou para o serviço dos reis da Espanha. Antes disso, Colombo procurara o rei de Portugal, que não se interessou pelos seus serviços. Na Espanha, conseguiu o apoio de ricos armadores e da Rainha Isabel de Castela, que lhe confiou o comando de três navios, prometendo-lhe o cargo de vice-rei das terras descobertas (Colombo afirmava poder alcançar as Índias, navegando para o Ocidente). Partindo das Canárias, depois de navegar 33 dias chegou em 1492 às ilhas Lucaias, Cuba e São Domingos. Pensando estar nas Índias, chamou os habitantes da terra de *índios*, nome que conservam até hoje. Depois de retornar à Espanha fez ainda três viagens, nas quais descobriu várias outras ilhas das Antilhas e parte da América Central. Intrigas políticas na corte espanhola (a acusação de pretender o poder total nas terras do Novo Mundo) fizeram-no cair no esquecimento.

Foi um navegador de Florença, Américo Vespúcio, companheiro de Colombo em várias expedições, que começou a suspeitar, acabando finalmente por provar que as terras encontradas não eram as Índias, mas um novo continente, entre a Europa e a Ásia. Daí o nome *América*.



Grandes navegações: Colombo, Cabral e circunavegação.

As descobertas espanholas continuaram. Em 1513, Balboa cruzou a América Central e viu pela primeira vez o Oceano Pacífico. Fernão de Magalhães começou em 1519 a primeira viagem de navegação em torno do mundo; morreu em 1521, nas Filipinas, antes de terminá-la; quem a completou foi Sebastião del Cano, em 1522, comprovando assim a esfericidade da Terra — a expedição partiu de Cádiz e, navegando sempre na mesma direção, voltou ao ponto de partida.

Enquanto os portugueses permaneceram na costa das terras conquistadas, os espanhóis penetraram no território em busca de riquezas.

Descobriram, assim, civilizações muito adiantadas e ricas, como a dos astecas, no México, e a dos incas, no Peru; assaltaram e escravizaram esses povos, pondo-os a trabalhar nas minas de ouro e prata e na exploração agrícola que organizaram para atender às necessidades das próprias colônias.

Com a descoberta dos metais, obtiveram a hegemonia na Europa, daí as diferenças marcantes na forma de organização do comércio colonial dos impérios português e espanhol.

Os lucros da exploração colonial foram enormes. Todos os anos uma frota partia de Sevilha para Vera Cruz (no atual México), e voltava carregada de metais preciosos. A abundância de metais promoveu a hegemonia

da Espanha na Europa e inflacionou enormemente os preços, que quadruplicaram no decorrer do século. O centro da economia europeia, que até então fora o Mediterrâneo, deslocou-se para o Atlântico.

A expansão inglesa e francesa

Tanto a França como a Inglaterra tiveram vários problemas internos que atrasaram e dificultaram a sua expansão: foi demorado o processo de centralização do poder do Estado nas mãos do rei e houve várias guerras internas (como a das Duas Rosas, na Inglaterra) e externas (como a dos Cem Anos, entre esses dois países).

O êxito da Espanha e de Portugal estimulou os franceses e ingleses a começarem também a sua expansão: Verazzano, florentino, percorreu as costas da América do Norte em nome de Francisco I, da França. Jacques Cartier descobriu o estuário do rio São Lourenço, no atual Canadá. As expedições de Giovanni Caboto, a serviço de Henrique VIII, permitiram o reconhecimento das costas do Labrador e Terra Nova. Estas primeiras tentativas foram bastante limitadas nos seus efeitos. Os maiores êxitos de franceses e ingleses, no plano da colonização sistemática, viriam somente nos inícios do século XVII.

Documentos básicos

A expansão portuguesa rompeu o monopólio das cidades italianas, que passaram a depender do fluxo comercial português para a determinação do preço de suas especiarias.

"Na feira alemã de Veneza não há muitos negócios. E isto pelo fato de que os alemães não queriam fazer compras pelos altos preços correntes e os venezianos não queriam baixar os preços, devido à pouca quantidade de especiarias que havia em Veneza (...). Os alemães não compravam o que precisavam naquele momento pois não sabiam o que as caravelas portuguesas das Índias trariam de especiarias."

SARDELLA, P. *Nouvelles et spéculations à Venise au début du XVI^e siècle*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps modernes*. Liège, H. Des-sain, 1959, p. 22-3.

O afluxo de metais americanos para a Europa provocou uma inflação generalizada que foi denominada Revolução dos Preços.

"Comprovo que os altos preços que observamos provêm de três causas. A principal e quase exclusiva (ainda que até o presente ninguém se tenha ocupado dela)

é a abundância de ouro e prata, que neste reino é muito maior do que há 400 anos... A segunda razão dos preços elevados provém em parte dos monopólios. A terceira consiste na escassez, causada tanto pela exportação quanto pelo desperdício... (Porém) o fator principal que eleva o preço de todas as coisas em todas as partes é a abundância daquilo que outorga valor e preço."

La réponse de Jean Rodin à M. Malestroit (1568). In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. Les temps ..., p. 84-7.

Datas e fatos essenciais

Século XIV: Crise de retração.

Século XV: Crise de crescimento.

1415: Tomada de Ceuta.

1487: Passagem do cabo das Tormentas.

1492: Descobrimento da América.

1498: Chegada de Vasco da Gama às Índias.

1500: Descobrimento do Brasil.

1522: Primeira viagem de circunavegação.

Resumo

1. A expansão européia constitui um elemento fundamental dos Tempos Modernos. Vários fatores condicionaram essa expansão: econômicos, sócio-políticos, religiosos e culturais.
 - a) **Econômicos:** estagnação da economia européia, estimulando assim a busca de novos mercados consumidores e fornecedores.
 - b) **Sócio-políticos:** ascensão social da burguesia mercantil e fortalecimento do Estado Nacional.
 - c) **Religiosos:** presença dos ideais religiosos ainda resultantes das Cruzadas.
 - d) **Culturais:** aperfeiçoamento técnico dos instrumentos de navegação: bússola e astrolábio.
2. A expansão portuguesa foi pioneira por uma série de motivos:
 - a) As atividades comerciais dos portugueses eram intensas nos fins da Idade Média.
 - b) Em grande parte, sua expansão foi conduzida pela burguesia mercantil, que a orientou para o Sul da África, visando ao comércio.
 - c) Quando a nobreza participou da expansão, conduziu-a para o Norte da África, com propósitos apenas belicosos.

- d) A Escola de Sagres não foi tão importante como se pensa. Valeu mais pelo estímulo econômico.
 - e) Os portugueses começaram em Ceuta (1415) e terminaram contornando a África em 1487. Em 1498 Vasco da Gama atingiu as Índias e Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil em 1500.
 - f) Os portugueses formaram seu Império Colonial nas Índias, transformando Goa na sua capital comercial.
 - g) Os custos de manutenção do comércio oriental tornaram-se cada vez mais elevados, reduzindo os lucros. Em 1530, os portugueses estavam abandonando as Índias pelo Brasil.
3. A expansão espanhola diferiu muito da portuguesa: os espanhóis encontraram ouro e prata nas suas colônias.
 - a) As terras espanholas foram descobertas mais ou menos ao acaso por Cristóvão Colombo, que fez várias viagens à terra descoberta em 1492.
 - b) Em 1522, completou-se a primeira viagem de circunavegação iniciada por Fernão de Magalhães e completada por Sebastião del Cano.
 - c) Os conquistadores espanhóis descobriram as civilizações pré-colombianas da América, ricas em metais preciosos.
 - d) Um sistema de frotas foi organizado com a finalidade de transportar metais preciosos para Sevilha (Espanha).
 - e) Esses metais inflacionaram os preços e, juntamente com as especiarias portuguesas do Oriente, forçaram a passagem do eixo econômico para o Atlântico.
 4. No século XVI, as expansões inglesa e francesa foram menos significativas. Sua importância maior estaria no século XVII.
 - a) A demora da Inglaterra e da França para entrar na corrida colonial deveu-se a problemas políticos internos e externos: Guerra das Duas Rosas, Guerra dos Cem Anos.
 - b) O interesse franco-britânico concentrou-se na América do Norte.

A EMERGÊNCIA DO MUNDO MODERNO

O Renascimento cultural

O Renascimento é uma verdadeira revolução cultural que corresponde à transição da época medieval ao mundo moderno. Expressa os ideais, a visão de mundo da nova sociedade emergente com a crise do feudalismo e o desenvolvimento da economia mercantil. A denominação Renascimento é decorrência da preocupação dos homens que viveram esse momento histórico em se inspirarem nos valores e ideais da Antiguidade Clássica (greco-romana), por oposição aos valores medievais que desprezavam. Em vários aspectos, contudo, esse movimento cultural representa mais uma continuação do que uma ruptura em relação ao mundo da Baixa Idade Média, em que teve sua origem, atingindo a máxima plenitude nos séculos XV e XVI. A Itália foi o berço do Renascimento.

Condições determinantes do Renascimento

Não foi por acaso que o Renascimento teve início na Itália. Exatamente aí o pré-capitalismo teve o seu grau mais acentuado de desenvolvimento. A Itália era o centro do ativo comércio mediterrâneo, que interligava os entrepostos orientais à rota da Champagne e do Mar do Norte. Os centros urbanos tornaram-se ativos e surgiram grandes companhias comerciais e grupos financeiros, ultrapassando os limites acanhados de uma economia que produzia para suas próprias necessidades.

A existência de uma economia dinâmica, mercantil, geradora de excedentes que pudessem ser investidos na produção cultural, foi a condição fundamental do Renascimento. De fato, esse notável movimento cultural não poderia acontecer numa economia que mal produzia para suas próprias necessidades. Contudo, o investimento em obras de arte imobilizou o capital e conduziu de certa forma à estagnação da economia italiana, que possuía todas as condições para passar do capitalismo comercial ao industrial mais cedo do que qualquer outro país europeu.

Junto com o desenvolvimento mercantil, nasceu uma nova classe social: a burguesia. Originária dos baixos estratos marginalizados da sociedade medieval, firmou-se como classe social através do prestígio adquirido com sua riqueza. No seu processo de afirmação social, procurou integrar os

quadros da aristocracia de sangue. Nesses termos seria indispensável moldar uma nova imagem da sociedade na qual ela ocuparia uma posição central. Por isso tornavam-se mecenas. Investiam em palácios, catedrais e capelas, erigiam estátuas gigantescas em homenagem a seus heróis; quadros, gravuras, afrescos adornavam suas residências e prédios públicos. Os novos mecenas, protetores das artes, eram burgueses, príncipes e monarcas, cuja finalidade principal era a difusão dos novos hábitos e valores. Procuravam transmitir uma visão racional, dinâmica, progressista, otimista e opulenta do mundo e da sociedade, que correspondia aos valores da burguesia, à sua ideologia.

Na busca de projeção social a burguesia italiana tinha de aproximar seu estilo de vida do comportamento da nobreza. Investir na projeção social, imobilizar o capital em bens improdutivos, sobretudo terras e imóveis, em vez de investi-lo produtivamente (em atividades industriais, por exemplo). O máximo de ascensão seria atingir a condição de elite dirigente, em substituição à antiga aristocracia feudal que governava os Estados italianos.

Devemos recordar que, na Itália, o processo de centralização se dera em escala local, criando cidades-estados extremamente poderosas para impedir a unificação política, mas incapazes de realizá-la elas mesmas. As cidades italianas tinham conseguido sua autonomia em relação à tutela dos senhores feudais nos meados do século XIII. A partir de então as guildas e as corporações mais poderosas passaram a controlar o poder na comunidade em seu proveito, desencadeando a oposição das corporações mais pobres. Ao mesmo tempo, a concorrência pelo controle do comércio internacional agravava a situação política interna, desencadeando choques entre as cidades. O resultado desses conflitos foi conduzir as cidades a nomearem um chefe militar, o *podestà*, encarregado de contratar mercenários para as lutas. Tais serviços militares eram conseguidos junto aos *condottieri*, mistura de chefes de tropa e empresários militares, que vendiam seus préstimos a quem melhor lhes pagasse. O resultado desse processo foi a implantação de verdadeiras ditaduras, exercidas pelo *podestà*, pelos *condottieri* ou mesmo por potentados econômicos, como os Médicis em Florença.

A usurpação do poder em relação à nobreza feudal ou à própria comunidade urbana que corporificava a República impunha a necessidade de sua legitimação através da arte, resultando em mecenasato político, com vistas a glorificar o Estado e a ação política do príncipe, e ainda à nobilitação de sua origem.

A produção artística foi igualmente favorecida pela paz existente na Itália. O equilíbrio entre as cidades italianas resultava, por sua vez, do equilíbrio entre o *papado* e o *Sacro Império*, cujo choque no plano internacional permitia a sobrevivência dos poderes locais e a glorificação das Repúblicas italianas.

No plano cultural é indispensável lembrar a presença da Antiguidade na Itália: a arte do mundo Antigo, especialmente a escultura e a arquitetura, estava muito viva na Itália, pois numerosos templos e monumentos foram levados para lá à época do Império Romano.



A presença de obras de arte da Antiguidade na Itália contribuiu para o clima cultural do Renascimento. (Augusto de prima porta, Museu das Termas, Roma.)

Para completar, o afluxo de intelectuais bizantinos chegados à Itália depois da tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 e a forte presença da cultura muçulmana na Sicília contribuíram para o novo clima cultural.

Principais características do Renascimento

Os homens do Renascimento tiveram profunda consciência de que viviam uma época muito diferente da medieval. Consideravam o seu tempo um *tempo novo*, identificando-o com a Antiguidade e opondo-o à Idade Média, que repudiavam, considerando-a a "Idade das Trevas". Assim sendo opunham-se ao *misticismo*, ao *coletivismo*, ao *anti-naturalismo*, ao *teocentrismo* e ao *geocentrismo*, característicos da cultura medieval.

O traço mais marcante do Renascimento foi seu profundo *racionalismo*. Tal perspectiva somente poderia ter surgido no quadro da sociedade burguesa, cujo objetivo era o domínio mais completo possível da natureza, numa atitude que seria mais tarde chamada de científica, a fim de ampliar seus lucros de mercado. O elemento chave para dominar a natureza era a matemática, decorrência imediata do desenvolvimento da mentalidade calculadora que se expressava nos livros de contabilidade e no uso dos algarismos arábicos. Disto resultou a convicção de que tudo podia ser explicado pela razão e pela ciência, a recusa a acreditar em qualquer coisa que não tivesse sido provada. Os métodos experimentais, a observação científica e a organização racional do Estado são exemplos desse racionalismo.

A racionalização envolve a capacidade de perceber as diferenças, de individualizar as coisas. Daí emergiu a segunda característica do Renascimento, o *individualismo*, que se transformou em otimismo na medida em que ampliou a crença nas próprias potencialidades do homem. A capacidade de individualizar, de decompor as partes levou à aguda análise e percepção da natureza, à própria descoberta da natureza: o *naturalismo*. É óbvio, porém, que entre as maravilhas da natureza criada por Deus, o homem é a obra-prima da criação. Por isso é preciso colocá-lo no centro das preocupações, com suas necessidades sociais, políticas, religiosas e angústias existenciais. Nasce assim o *antropocentrismo*, que nada tem a ver com ateísmo, pois considera o homem a manifestação mais perfeita da obra de Deus.

Finalmente, se o desenvolvimento do racionalismo tinha levado à descoberta da natureza e do homem, a concentração mais sistemática na tentativa de compreender o mundo, o universo, de uma forma calculada e matemática, daria origem ao *heliocentrismo* — concepção de que o Sol é o centro do universo, e não a Terra.

O Renascimento intelectual: o Humanismo

Os humanistas eram sobretudo homens envolvidos com a reforma educacional. Buscavam a revitalização dos estudos na área de humanidades, com a inclusão de poesia, filosofia, história, matemática e eloquência, em substituição ao rígido esquema medieval dominado por três carreiras básicas: direito, medicina e teologia. O estudo das humanidades exigia um perfeito domínio do latim e do grego, além de árabe, hebraico e aramaico, o que levava, necessariamente, ao estudo dos textos de autores da Antiguidade Clássica, deixando de lado os textos medievais. Os sábios do Renascimento eram todos cristãos e desejavam apenas reinterpretar a mensagem divina através do Evangelho, com base nas experiências e valores da Antiguidade: os novos valores exaltavam o indivíduo, os feitos históricos, a vontade do homem e sua capacidade de ação. Os humanistas haviam passado da crítica dos textos antigos para a assimilação dos valores sociais daquela época; num próximo passo usariam esse poder de crítica para analisar as próprias condições em que viviam. A atividade crítica foi uma das características mais marcantes do movimento humanista.

Os teólogos medievais haviam desenvolvido sua produção intelectual centrada no mundo espiritual, dos fenômenos imateriais e divinos. Os humanistas, pelo contrário, estavam preocupados com o mundo concreto dos seres humanos, com sua capacidade para transformar este mundo em seu próprio benefício.

Os humanistas eram ciosos de sua independência e liberdade de pensamento. Muitos deles pagaram caro por esse espírito de independência em relação aos poderosos que os sustentavam, os mecenas. Por isso mesmo estreitaram laços de camaradagem e solidariedade internacional, viajando frequentemente, trocando informações. A difusão de suas idéias foi enorme.

mente facilitada pela invenção da imprensa, que tornou mais fácil e barata a reprodução das obras literárias.

Preocupados em depurar o latim das impurezas agregadas durante a Idade Média, os humanistas destruíram o latim medieval, estabelecendo uma nítida divisão entre o latim clássico e as línguas vulgares. A definição das línguas nacionais foi extremamente importante no próprio processo de definição das fronteiras das nações e para dar personalidade às novas monarquias nacionais.

A criação da língua nacional com base num dialeto predominante teve início no século XIV, quando surgiram os precursores do Renascimento no norte da Itália: Dante Alighieri, com *A divina comédia* — síntese do mundo medieval mas que contém os prenúncios do novo mundo —, escrita em dialeto toscano; Francesco Petrarca, criador da poesia lírica moderna, que no mesmo dialeto escreveu o seu *Cancioneiro*; Giovanni Boccaccio, cuja obra principal, *Decameron*, representa a criação da narrativa em prosa dos novos tempos.

O grande centro do humanismo italiano foi a cidade de Florença, onde Lourenço de Médicis fundou a Academia de Florença, que reunia estudiosos ilustres. Foi aí que nasceu o *platonismo*, uma das principais correntes do pensamento humanista. Tais estudiosos buscavam a conciliação entre o pensamento antigo e o ideal cristão, o que resultou num espiritualismo difuso, que culminava na exaltação do belo, considerado como manifestação divina. Introduzido por Nicolau de Cusa, o platonismo ganhou força com pensadores como Marsílio Ficino e Pico Della Mirandola. Humanistas leigos, como Lourenço Valla, desenvolveram estudos históricos da Antiguidade com o objetivo de criticar os livros sagrados.

Pressionados externamente pela expansão de cidades rivais, como Milão, e internamente pelas reivindicações das camadas inferiores, os florentinos apelaram aos cidadãos para a defesa de sua civilização. Foi nesse contexto que Maquiavel escreveu sua obra máxima, *O príncipe*, uma espécie de manual de política destinado a ensinar aos príncipes a forma de conquistar o poder e mantê-lo, mesmo contra todas as normas da moral cristã.

Fora da Itália, o humanista de maior expressão foi Erasmo de Roterdã, vinculado à corrente do humanismo cristão, que pretendia uma Igreja renovada. Sua obra principal, *O elogio da loucura*, criticava a ganância, a imoralidade, o formalismo e a ignorância do clero e também o comércio de relíquias e indulgências; propunha como alternativa que a Igreja retomasse a leitura dos Evangelhos e reorganizasse sua ação com base nos autênticos princípios evangélicos.

Na França, com o apoio do Rei Francisco I e de sua irmã Margarida de Navarra, foi fundado o Colégio de França para estimular os estudos de humanidades, criando condições para o lançamento das bases da literatura nacional francesa. François Rabelais satirizou a Filosofia Escolástica e a Igreja nas suas obras *Gargântua* e *Pantagruel*. O cinismo de Michel de Montaigne, em *Ensaio*, abalou os dogmas da fé.

Somente com a ascensão dos Tudor ao poder em 1485 é que o Humanismo se difundiu na Inglaterra. Os humanistas ingleses foram, entretanto, notáveis. Sir Thomas Morus, autor da célebre *Utopia*, escrita em 1516, imaginou uma sociedade em plena harmonia, sem tensões ou conflitos sociais. Tema semelhante apareceu na *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, que se notabilizou por sua obra *Novum organum*, de grande importância para a sistematização do conhecimento científico. Foi ao teatro que os ingleses deram sua maior contribuição, através das obras de William Shakespeare. Filho de um fabricante de luvas e roupas de peles, sua história foi marcada pela ascensão social. Identificado com a burguesia londrina, defendia em suas peças a ordem social contra o caos da anarquia, como aparece em *Macbeth*, *Hamlet* ou *Henrique IV*, algumas de suas grandes tragédias. Defendia o poder forte e centralizado, guardião de sólidos valores morais. Suas obras estão ainda povoadas de elementos místicos da crença popular medieval: bruxas, fantasmas e todo um universo mágico.

Na Alemanha destacaram-se os escritos de Ulrich von Hutten e Crotus Rubianus, as *Cartas de homens obscuros*, que destruíram a cultura tradicional e abriram espaço para a penetração da cultura renascentista.

Na Espanha, uma sociedade bastante complexa, desenvolveu-se um humanismo místico, com grande densidade poética, nos escritos de Inácio de Loyola, Santa Teresa D'Ávila e São João da Cruz. Miguel de Cervantes, em *Dom Quixote*, satirizou o feudalismo e os costumes da cavalaria medieval. A mesma crítica, aliada ao fervor religioso, aparece em Lope de Vega, Tirso de Molina e Calderón de la Barca, que produziram numerosas peças de teatro.

Em Portugal, a figura chave do Humanismo foi Francisco Sá de Miranda. Atuou em vários níveis da produção cultural, destacando-se suas comédias. Gil Vicente produziu quarenta e seis peças teatrais, conseguindo imprimir-lhes o sabor típico da cultura lusitana. A grande expressão da língua portuguesa foi, contudo, Luís Vaz de Camões, com seu magistral poema épico *Os Lusíadas*.

O Renascimento científico

Uma forte corrente do Humanismo enveredou para o lado dos estudos científicos. Os descobrimentos marítimos, o racionalismo, a preocupação com a natureza estimularam as pesquisas científicas. Os intelectuais da Escola de Pádua, sob a proteção de Veneza e menos dependentes do poder da Igreja, voltaram seus estudos para a medicina e os fenômenos naturais, aproximando-se do naturalismo racionalista de Averróis (século XII), o grande comentador de Aristóteles. Voltaram-se para o estudo e a observação da natureza, para os experimentos científicos e para a comprovação empírica de suas pesquisas. Por esta escola passaram Giacomo Zabarella e Pietro Pomponazzi, mas também Copérnico, William Harvey e Galileu Galilei. Os textos de Pomponazzi eram avançados para a época. Pregavam a supremacia da razão, negavam a Criação, a imortalidade da alma e os milagres.



Leonardo da Vinci, autor, entre outras obras, desta célebre *Gloconda*, foi o maior gênio artístico e científico do Renascimento.

O grande gênio científico e artístico da época foi Leonardo da Vinci, pintor excelente, arquiteto, escultor, poeta, músico e grande precursor da ciência moderna. Para manter o segredo de seus textos escrevia invertido, como se as palavras fossem vistas ao espelho. Matemático e físico, foi o fundador da Mecânica. Estudou Geologia, Botânica e Zoologia; dissecando cadáveres fez notáveis estudos de anatomia humana. Construiu canais e eclusas, imaginando máquinas acionadas por energia hidráulica. Desenhou aparelhos irrealizáveis para seu tempo, como morteiros, submarinos, escafandros, carros de assalto. Chegou a imaginar uma máquina voadora acionada por hélices!

O polonês Copérnico mudou a visão tradicional do mundo. No seu livro *Sobre a revolução dos globos celestes*, publicado em 1543, afirmava que a Terra e os outros planetas, na sua forma esférica, giravam em torno de si mesmos e em torno do Sol, que permanecia imóvel no centro do mundo. Galileu Galilei encaminhou-se no mesmo sentido, tendo sido obrigado a abandonar publicamente suas idéias, sob pena de ser condenado pelo tribunal da Igreja. É considerado, apesar disso, o fundador da Física moderna. O alemão Johannes Kepler demonstrou a órbita elíptica dos planetas.

Os estudos de anatomia do médico de Bruxelas, Vesálio, e os estudos sobre circulação sanguínea de William Harvey e de Miguel Servet promoveram o avanço da medicina científica. Neste campo destacaram-se ainda Paracelso, no estudo de drogas medicinais, e Ambroise Paré, que criou a técnica de ligação das artérias para estancar o sangue. A palavra de ordem para estes cientistas era que somente poderia ser aceito aquilo que fosse comprovado pela observação direta. Nenhuma tradição poderia ser simplesmente aceita.

O Renascimento artístico: características dominantes

As três tendências dominantes nas artes plásticas no período medieval, o estilo *românico*, o *gótico* e a arte *bizantina*, tinham uma finalidade essencialmente didática, dirigida a uma sociedade de analfabetos, para os quais era indispensável uma arte absolutamente visual dominada pelo tema da salvação.

As primeiras manifestações claras do *novo estilo* surgiram no norte da Itália, o berço da arte renascentista. Com Giotto, que viveu entre 1266 e 1337, teve início o Pré-Renascimento. Ele criou um novo mundo colorido recuperando o estilo gótico, com noções da arte bizantina e a sensibilidade humana e naturalista presente no movimento franciscano. Nesse estilo, objetos, pessoas, interiores e paisagens eram retratados de forma natural, impressionando vivamente os sentidos, mais do que estimulando a meditação.

Surgia uma nova concepção de espaço em profundidade, a *perspectiva*, eixo fundamental da nova pintura. No início, o artista procurava representar o espaço tridimensional de forma intuitiva, ou seja, do modo pelo qual ele o percebia. Trata-se aqui da perspectiva *intuitiva*. A partir de 1420, com o arquiteto florentino Felipo Brunelleschi, nasceu a perspectiva *exata* ou *matemática*, na qual todos os pontos retratados obedecem a uma projeção única, a uma construção geométrica rigorosa, cujos elementos são matematicamente determinados. A imagem reproduzida nas telas é estabelecida a partir de dois pontos essenciais: o olhar do pintor, fora do quadro, e o ponto de fuga, no fundo. Quanto maior a distância dos objetos observados em relação ao artista, tanto menores eles aparecem reproduzidos na tela.

Nesse aspecto, a criação de uma obra artística estava além do conhecimento dos homens comuns, pois era necessário dominar matemática, geometria e ótica. O domínio das cores, dos tons, do jogo de luz e sombra, bem como de tintas, pincéis e telas, exigia uma formação especial; necessitava-se de um profundo conhecimento de anatomia e mesmo de psicologia. O pintor deixou portanto de ser um artesão e tornou-se um cientista completo da arte, abrindo-se uma enorme distância entre a arte produzida para as elites e a arte popular.

A arte tinha-se elevado à categoria da cultura superior. Arte e ciência estavam absolutamente integradas. A arte passava a apresentar unidade de espaço, de tempo, de tema e de composição, o que correspondia à unidade geográfica do mundo e política das monarquias.

Desde que o ponto de vista do observador era fundamental para a construção das obras de arte, cada artista tornava-se um criador individualizado, reforçando seu orgulho num mercado de arte que se expandia cada vez mais. Recebia distinções e prestígio social, freqüentando os círculos mais elegantes da aristocracia. O aumento da demanda exigiu aumento da produção e a necessária divisão social do trabalho. Os grandes artistas, em geral, apenas faziam o esboço e assinavam a tela, o que aumentava os lucros mas reduzia a criação.

Os grandes momentos da arte italiana

Tradicionalmente, os historiadores da arte dividem o Renascimento italiano em três grandes momentos: *Trecento* (século XIV), *Quattrocento* (século XV) e *Cinquecento* (século XVI).

No *Trecento*, a fase inicial de elaboração da cultura renascentista, destacaram-se Dante, Petrarca e Boccaccio na literatura, e Giotto, cuja tela mais famosa é a de São Francisco pregando aos pássaros, na pintura. Nessa época ainda estão presentes muitos elementos da arte medieval, mas predominam as novas tendências. Nasce o *novo estilo*, abandonando a rigidez da arte bizantina e explorando as cores, o movimento e a representação espacial do gótico. Vai-se ao encontro da realidade, dando vida às figuras, buscando a docilidade das formas, a expressividade das personagens e a profundidade dos cenários. Após a morte de Giotto a crise econômica abateu-se sobre Florença e irromperam as revoltas dos artesãos *ciompi* em 1378, desestimulando o investimento em arte. O centro dinamizador da cultura passou então para Siena, onde se destacou Spinello Aretino. Neste centro aperfeiçoaram-se as técnicas de aprofundamento do espaço e a incorporação do espaço natural dos campos e das cidades, emergindo daí o elemento essencial da paisagem.

No *Quattrocento*, época das grandes realizações do Renascimento, destacou-se a *Escola Florentina*, impulsionada pelo mecenato dos Médicis, especialmente Lourenço, O Magnífico, colecionador, poeta e fundador da Academia Platônica de Florença. Florença atingia então o seu apogeu econômico e, para comemorá-lo, encomendaram ao arquiteto Brunelleschi a cúpula da Catedral de Santa Maria dei Fiori, representando a glória e a hegemonia da burguesia florentina. Donatello, o primeiro dos grandes escultores renascentistas, glorificou o nu na estátua de *Davi* e do *Condottiere Gattamelata*, esculpidas em bronze. Na pintura destacou-se Masaccio, com a *Expulsão de Adão e Eva do paraíso*, dando continuidade aos trabalhos de Giotto, além de desenvolver a técnica do esfumaçamento, pela qual o artista tende a tornar menos nítidas as formas mais distantes reproduzidas. Paulo Ucello especializou-se na técnica da perspectiva. Um pintor de Pádua, Mantegna, marcou o momento máximo da corrente naturalista na pintura florentina. Enquanto isso, desenvolvia-se uma escola de pintores centrados no tema da espiritualidade e do simbolismo do gótico, na qual se destaca Fra Angélico.

A última geração de pintores da Escola Florentina sintetizou as duas tendências anteriores, destacando-se Fra Filippo Lippi, com *Adoração*, e o sublime Sandro Botticelli, com sua *Alegoria da primavera*. Nesse momento a tendência à nobilitação da burguesia prenunciava a decadência florentina e a arte revelava um gosto mais cortesão, menos popular.

Nos últimos decênios do século XV e inícios do século XVI desenvolveu-se a notável *Escola de Veneza*. A poesia épica avançou com os trabalhos de Torquato Tasso, *Jerusalém libertada*, e Ludovico Ariosto, *Orlando furioso*. Os pintores mais notáveis são: Tintoretto, Carpaccio, Giovanni Bellini e, sobretudo, Ticiano. O intenso contato com outras partes do mundo permitiu

a incorporação de técnicas estrangeiras. A mais notável foi a introdução da tinta a óleo, que dava maravilhosos efeitos cromáticos e luminosos, permitindo experiências com sombras, trevas e meios-tons.

De forma geral, a introdução da tela e do cavalete libertaram a produção artística dos afrescos, transformando a arte num bem móvel. A reprodução da riqueza e variedade do mundo avançou com as naturezas mortas, paisagens, cidades e lugares públicos. Firmou-se a vocação antropocêntrica do Renascimento, com a reprodução do corpo na sua perfeição anatômica, até mesmo nos temas religiosos, como o suplício de São Sebastião. Essa tendência explodiria mais tarde com Leonardo da Vinci. Difundiu-se também o costume do retrato, das cenas domésticas e de família.

O *Cinquecento*, último período do Renascimento italiano, no qual as obras adquiriram o mais alto grau de elaboração, corresponde a uma época de dificuldades. A crise econômica resultante da expansão portuguesa e espanhola que deslocou o centro econômico do Mediterrâneo, a invasão da Itália pelo Rei Carlos VIII da França em 1494 e, finalmente, o saque de Roma e do palácio papal pelas tropas espanholas e alemãs de Carlos V interromperam o processo criativo. Entre 1503 e 1521, quando pontificaram os papas Júlio II e Leão X, filho de Lourenço de Médicis, o ambiente tornou-se favorável, especialmente pela construção da Basílica de São Pedro e pela decoração do Palácio do Vaticano. Bramante concebeu um projeto monumental para a basílica, que glorificava a Deus e ao papa.

No plano da pintura os grandes destaques foram Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo e Rafael, cujas obras identificavam o estilo renascentista, realizando uma síntese que vinha desde Giotto. Na pintura de Leonardo destaca-se o jogo de luz e sombra, a técnica do esfumaçamento que realça a magia da pintura e o tratamento psicológico das personagens, procurando captar o mais profundo da alma nas suas expressões corporais. Tal tratamento é evidente no famoso retrato de *Mona Lisa* — a *Gioconda* — e na *Virgem dos rochedos*. Na *Última ceia* deixou impressas as grandes tendências da perspectiva e do antropocentrismo renascentista.

Miguel Ângelo foi o pintor e escultor do corpo na sua mais profunda concepção, perscrutando o interior das personagens na expressão facial, na saliência dos músculos, no enrugamento da pele, na intumescência das veias. Este sofrimento interior aparece em suas esculturas *Escravo acorrentado*, *Moisés* e *Pietà*. Sua pintura na parede e no teto da Capela Sistina (*Deus criando o mundo*, *Criação de Adão*, *O dilúvio* e *Juízo final*) revela a força de suas criações.

Já Rafael realizou uma síntese entre os grandes mestres de seu tempo. Produziu trabalhos mais suaves, harmoniosos, representando um mundo sólido, rico e satisfeito consigo mesmo. Por isso foi o pintor preferido dos grandes príncipes e senhores, cujos retratos reproduzem emoções comedidas, especialmente o *Retrato de Leão X* e *Os cardeais*. Notabilizou-se pelas suas madonas, como por exemplo a *Madona sistina*.

A arte fora da Itália

Com exceção de Erasmo de Roterdã, o grande humanista, o Renascimento nos Países Baixos foi essencialmente dominado pela pintura. Essa região, uma das mais ricas da Europa, era marcada por uma burguesia disciplinada e trabalhadora, que não tinha pretensões aristocratizantes. Os burgueses flamengos investiam em arte, faziam doações de pinturas às igrejas como forma de purificar suas próprias almas. A realidade social aparece de forma autêntica na pintura, que reproduz a miséria e a pobreza ao lado da riqueza. Os artistas retratam interiores de templos, palácios, oficinas e residências, bem como objetos, naturezas mortas e paisagens. Desenvolveram a técnica do retrato, principalmente o de perfil e o retrato conjugal.



A pintura dominou o Renascimento nos Países Baixos, sendo um de seus temas frequentes o retrato conjugal. (O casal Arnolfini, de Van Eyck.)

O primeiro grande pintor da fase nacional foi Flemalle, no seu *Retábulo de Merode*. Ele usou intensamente a pintura a óleo, da qual os flamengos foram os inventores, conseguindo efeitos notáveis. Essa técnica aparece de forma acabada nos irmãos Jan e Hubert Van Eyck, na obra que mais influência teve no Renascimento flamengo, *O retábulo do cordeiro místico*. Jan Van Eyck inaugurou o retrato conjugal com *O casal Arnolfini*. O sucessor desses dois grandes mestres foi Rogier Van der Weyden: de enorme dramaticidade, reflete sobre a fragilidade humana na pintura *Descida da cruz*. Ainda profundamente ligado às raízes góticas da arte flamenga, Hieronymus Bosch, nas suas obras *O jardim das delícias*, *As tentações de Santo Antônio*, *A carroça de feno*, *A nave dos loucos*, criou uma atmosfera

caótica, de homens e mulheres bestificados em situações insólitas. Sua preocupação era sobretudo moralizante, procurando criticar o caráter dissoluto da sociedade de seu tempo.

Na Alemanha o Renascimento é tardio, cobrindo o século XVI e sendo restrito pelo movimento da Reforma. Havia, como nos Países Baixos, uma burguesia rica vivendo em grandes cidades, mas faltava um núcleo cortesão. Sua mais notável contribuição no campo da arte foi a gravura sobre madeira e metal, destacando-se Albrecht Dürer. Este realizou viagens à Flandres e à Itália, reunindo elementos do gótico tardio, a cor dos pintores flamengos e o sentido de geometria da arte italiana. Suas obras mais notáveis foram: *Adoração dos Reis Magos*, *Natividade*, *Adão e Eva*, *Os quatro apóstolos*. As composições dos dois grandes e últimos pintores alemães do período, Lucas Cranach e Hans Holbein, possuem um tom mais leve e ameno. Holbein pintou retratos de Erasmo e Henrique VIII.

Na Espanha, cuja arte foi profundamente influenciada pela cultura muçulmana, o maior destaque foi Domenikos Theotokopoulos, apelidado El Greco. Em seus trabalhos *Pentecostes* e o famoso *Enterro do Conde de Orgaz*, já se anunciavam os elementos que seriam dominantes no período seguinte — o Barroco —, ultrapassando os limites do Renascimento.

Documentos básicos

O condottiere Frederico de Montefeltro, duque de Urbino, que reinou de 1444 a 1482, foi um grande interessado em arte.

"Este duque, entre muitas coisas louváveis, edificou um palácio no sítio de Urbino. Ele o povoou de tantas coisas que nem parecia um palácio, mas uma cidade em forma de palácio. Ele o encheu não somente de coisas que usamos habitualmente, tais como vasos de prata, ricas tapeçarias de ouro e seda e outros mobiliários semelhantes, mas também com uma faustosa decoração deste lugar, juntando uma infinidade de estátuas antigas de mármore e bronze, de pinturas as mais célebres e uma grande quantidade de instrumentos musicais; ele não queria outros que não fossem os mais raros e excelentes. Em seguida, reuniu um grande número de livros excelentes, os mais raros, gregos, latinos e hebreus: fez com que fossem revestidos em prata e ouro, julgando que eram a pérola inestimável de seu vasto palácio."

CASTIGLIONE, B. *Il cortegiano*. In: ARTOLA, M. *Textos fundamentais para la Historia*. Madri, Revista de Occidente, 1973, p. 91-3.

O descobrimento da Antiguidade e o retorno a uma arte verdadeira.

"A medida tornou-se universal, tanto na arquitetura quanto na escultura, permitindo fazer dos corpos figuras direitas e regulares, com os membros em concor-

dância. Coisa semelhante ocorreu na pintura... O desenho consistia na mais bela imitação da natureza, em todas as figuras, tão bem esculpidas quanto pintadas... A matéria tornou-se, em seguida, a mais perfeita pela freqüente reprodução das coisas mais belas."

VASARI. *Vies*. Apud: GIRARD, L., org. *Collection d'Histoire. XVI^e, XVII^e, XVIII^e siècles*. Paris, Bordas, 1964, p. 90.

Leonardo da Vinci deixou notas esparsas sobre sua técnica de pintar.

"Eu digo que é necessário apreender os membros e seu funcionamento; adquirido este conhecimento, estudaremos suas atitudes nas diferentes condições em que se encontram os homens; em terceiro lugar, imaginaremos as composições com personagens estudadas a partir da natureza, segundo a oportunidade; e então estaremos à espreita, nas ruas, nas praças e nos campos, anotando rapidamente os traços; ou seja, colocando um O para uma cabeça, uma linha reta ou curva para o braço, e o mesmo para as pernas e o tronco; de volta a casa, desenvolveremos estas notas para arrematar a forma."

Extrait des Carnets de Léonard de Vinci. Apud: GIRARD, L., org. *Collection... XV^e, XVII^e, XVIII^e siècles*, p. 90.

Datas e fatos essenciais

Século XIV: Trecento — Pré-Renascimento italiano.

Século XV: Quattrocento — grande período do Renascimento.

Século XVI: Cinquecento — apogeu e crise do Renascimento.

Resumo

1. O Renascimento foi uma verdadeira revolução cultural que correspondeu à transição da época medieval para os tempos modernos e expressa o universo mental da nova sociedade burguesa.
2. A Itália foi o centro do Renascimento porque era o centro do pré-capitalismo, do desenvolvimento comercial e urbano que gerava os excedentes de capital mercantil para investimento em obras de arte.
3. A nova classe social, a burguesia, em busca de ascensão torna-se mecenas, com a finalidade de assumir os padrões de comportamento que a aproximariam da aristocracia.

4. As cidades-estados governadas pelas corporações e guildas passaram às mãos do **podestà**, dos **condottieri** e dos chefes das grandes corporações mercantis, impondo a necessidade de um mecenato político que legitimasse o novo poder político.
5. O equilíbrio de poderes entre os Estados italianos, a influência de intelectuais vindos de Bizâncio, a presença da cultura muçulmana e da própria Antiguidade foram condições complementares para o início do Renascimento na Itália.
6. As características marcantes do homem do Renascimento são: racionalismo, individualismo, naturalismo, antropocentrismo e heliocentrismo, por oposição aos valores medievais baseados no teocentrismo.
7. Os humanistas estavam preocupados com o mundo concreto dos seres humanos. Através da crítica dos textos antigos assimilaram os valores da sociedade do passado e os utilizaram para criticar sua própria época.
8. Pico Della Mirandola representa o humanismo platônico e Maquiavel o humanismo político; Erasmo de Roterdã submeteu a Igreja e o clero a uma crítica contundente, combatendo a ignorância e propondo uma Igreja mais simples.
9. O grande gênio do Renascimento científico foi Leonardo da Vinci, que desenvolveu pesquisas em numerosos campos e projetou invenções que eram verdadeiras antecipações do futuro.
10. Copérnico e Galileu Galilei fizeram avançar os estudos sobre os movimentos dos astros, enquanto Versálio, Harvey, Servet e Paré deram importantes contribuições no campo da Medicina.
11. Na arte renascentista domina o **novo estilo** caracterizado pela perspectiva com rigor matemático, o domínio das cores e a divisão social da produção artística.
12. No século XIV, **Trecento**, destacam-se Dante, Petrarca e Boccaccio na literatura, e Giotto na pintura, o qual explora as cores, o movimento e a representação espacial do gótico.
13. No século XV, **Quattrocento**, destaca-se a Escola Florentina, com Donatello na escultura; Masaccio na pintura e na técnica do esfumamento; Fra Angélico e o tema da espiritualidade; Botticelli e a aristocratização da arte.
14. Ainda no **Quattrocento**, a Escola Veneziana, com pintores notáveis como Ticiano, desenvolve a técnica das pinturas coloridas, das sombras, dos claros e escuros, possibilitada pela introdução da tinta a óleo.
15. No século XV a crise domina a Itália e o centro do Renascimento é a corte papal: Leonardo da Vinci produziu retratos psicológicos em *Gioconda* e na *Virgem dos rochedos*; Miguel Ângelo realizou esculturas que eram obras de anatomia em mármore; Rafael pintou madonas sublimes e retratos.
16. Nos Países Baixos, uma sociedade enriquecida estimulou a produção de uma arte mais próxima da realidade, destacando-se Van Eyck e seus retratos, e a crítica dos costumes sociais em Bosch.
17. Na Alemanha, destacaram-se Dürer, Cranach e Holbein. Na Espanha El Greco, com o *Enterro do Conde de Orgaz*.

A EMERGÊNCIA DO MUNDO MODERNO

As reformas religiosas do século XVI

A Reforma Religiosa do século XVI foi a grande revolução espiritual da época moderna, representando no nível religioso a passagem do feudalismo ao capitalismo. Não foi simplesmente uma reforma, pois ao romper a unidade do cristianismo no Ocidente transformou brutalmente a estrutura eclesiástica e a doutrina da salvação. Mudou, portanto, aspectos formais e de conteúdo. Nos fins da Idade Média a palavra "reforma" era usada com o significado de purificação interior dos fiéis e de busca de regeneração da Igreja Católica. Os protestantes a entenderam como a restauração do verdadeiro cristianismo contra o mundanismo de Roma e a imoralidade do clero católico, fazendo um grande esforço para diminuir a importância da renovação que a própria Igreja realizou dentro dos seus quadros. Assim, tivemos reformas e não reforma: a Pré-Reforma Católica, a Reforma Protestante, a Reforma Católica e a Contra-Reforma.

As condições da Reforma

A crise do feudalismo, o desenvolvimento comercial e urbano criaram uma nova realidade econômica. A Igreja, contudo, com sua doutrina da usura, condenando as operações de empréstimo a juros e o lucro de forma geral, impedia o avanço do processo de acumulação. Era necessária uma religião que colocasse os fiéis de bem com sua consciência, que não impedisse ou, até mesmo, que estimulasse a acumulação de capital. Se esse era o objetivo da burguesia ascendente, por outro lado, a crise do feudalismo criara grandes tensões e conflitos sociais. Era forte a pressão da nobreza contra os camponeses, o que provocava revoltas sociais. Nesse ambiente, uma crise religiosa certamente seria envolvida pelos problemas sociais. Se os senhores eram católicos, os camponeses oprimidos facilmente assumiriam a posição contrária, transformando a luta religiosa numa luta de classes.

No plano político, o processo de formação das monarquias nacionais criava um Estado forte, centralizador; controlar a Igreja era fundamental para o exercício do poder, desse Estado. Ao mesmo tempo, uma convulsão religiosa lhe daria oportunidade de confiscar os bens da Igreja, como

aconteceu na Inglaterra. Na Alemanha existiam pequenos principados em fase de centralização local, interessados em submeter a Igreja a seu domínio e expropriar-lhe os bens.

As razões espirituais e culturais da Reforma

As mudanças econômicas, sociais e políticas criaram o ambiente ideal para a Reforma, mas não se pode dar para os problemas religiosos explicações exclusivamente materiais, econômicas. A Reforma não é filha do capitalismo. O grande problema foi a crise religiosa resultante de um descompasso entre as necessidades espirituais dos fiéis e a organização da Igreja Católica.

O homem do século XVI era sobretudo um crente em Deus. Foram notáveis os progressos da fé desde a Idade Média. As Cruzadas, as construções das catedrais góticas e as próprias heresias são provas de fé. Com a invenção da imprensa no Renascimento foram numerosas as edições da Bíblia, ampliando a consciência religiosa dos fiéis, suas exigências em relação ao clero e seu poder de crítica. Exemplo notável desse movimento são os humanistas cristãos, especialmente Erasmo de Roterdã, autor de uma nova edição dos Evangelhos. Ele condenava o clero — sua ignorância e imoralidade —, o aspecto exterior do culto, e pregava uma religião mais simples baseada na leitura dos Evangelhos.

Por outro lado, eram graves os problemas da Igreja Católica, com um clero ignorante nas altas e baixas camadas. Desde a Idade Média era costume a indicação de elementos da nobreza para ocupar os bispados vagos. O baixo clero, sem formação adequada, cometia verdadeiras barbaridades na administração da Igreja e da religião. Na Alemanha, muitos padres titulares deixavam suas paróquias nas mãos de substitutos incompetentes, criando uma espécie de proletariado eclesiástico. Para sobreviver cobravam para ministrar os sacramentos, especialmente o batismo e a confissão. A ignorância levava à imoralidade e ao comércio com as coisas sagradas.



Erasmo de Roterdã foi um grande exemplo do humanismo cristão, que criticava os desvios da Igreja Católica e pregava uma religião mais simples.

No nível do papado a situação não era melhor. Muitos papas comportavam-se como senhores leigos — eram mecenas, faziam guerras, tinham filhos naturais e viviam em cortes luxuosas, cujas despesas tinham de ser cobertas pelas contribuições dos fiéis, como a compra de *indulgências*. A intervenção das poderosas famílias italianas na eleição dos papas e o envolvimento destes com o poder político na Europa terminaram por desmoralizar o papado, a tal ponto que era forte a teoria conciliar, ou seja, a idéia de que as grandes decisões dentro da Igreja deveriam ser tomadas pelo concílio. Com a finalidade de construir a Basílica de São Pedro, em Roma, o papa Leão X negociou a venda de indulgências na Alemanha com o banqueiro Jacob Függer, dando-lhe um caráter de operação mercantil. Tais indulgências, verdadeiros bilhetes de salvação, eram um saque sobre o tesouro do sofrimento de Cristo que o papa podia administrar.

Concluindo, o avanço da consciência religiosa dos fiéis aumentou seu poder de crítica, e os abusos do clero tornaram-se visíveis e grotescos. O grande problema é que a salvação somente poderia ser atingida por meio da realização de obras, transformando os padres em verdadeiros intermediários entre os fiéis e Deus. Esta obstrução do canal da salvação gerou uma verdadeira crise de consciência religiosa, extremamente grave porque se deu num momento de transição, quando as estruturas estavam rompidas e os problemas religiosos envolvidos pelas questões econômicas, sociais e políticas.

A Reforma de Lutero

Monge alemão, professor de Teologia, Lutero aproveitou os abusos praticados nas vendas de indulgências para denunciar publicamente as irregularidades que o clero vinha cometendo. Lutero afixou 95 teses que condenavam os abusos do clero na porta da Catedral de Wittenberg (cidade onde morava), mas só mais tarde é que percebeu o alcance de suas acusações: elas atingiam dogmas da Igreja, pois declaravam que a salvação depende só da fé e não das obras — as boas ou más ações dos fiéis. O papa a princípio não deu muita importância ao caso, mas três anos depois (1520), como Lutero se negasse a retratar o que tinha afirmado, excomungou-o. Condenado também pelos partidários do Imperador Carlos V, na Dieta de Worms, Lutero refugiou-se no castelo de Wartburg, onde escreveu panfletos e traduziu a Bíblia para o alemão. Muitos príncipes alemães o apoiaram porque desejavam libertar-se em seus domínios da influência do papa e do imperador, que era católico. Tal apoio foi decisivo na vitória do luteranismo.

Esses príncipes tomaram as terras pertencentes à Igreja Católica, que passaram a ser consideradas propriedades do Estado. A pequena nobreza alemã aproveitou a oportunidade para tentar a unificação da Alemanha, sob a liderança de Von Hutten e Von Sickingen. Os camponeses também aproveitaram a ocasião, mas para se revoltarem, em 1524. O líder deles, Thomas Müntzer, foi capturado no ano seguinte, porém a revolta continuou, com algumas interrupções, até 1536. Lutero, que era sustentado pelos príncipes, condenou os revoltosos.



Membros do alto clero — como o arcebispo de Mogúncia — recebiam do papa, por um período determinado, o direito de vender indulgências.

Em 1529 reuniu-se a segunda Dieta de Spira (a primeira realizara-se em 1526), na qual tentou-se impor o catolicismo aos príncipes luteranos. Como estes se rebelassem, passaram a ser chamados “protestantes”. Em seguida, organizaram a liga militar de Smalkalde contra o imperador e seus partidários católicos. Em 1555, a questão foi finalmente resolvida pela Dieta de Augsburgo: cada príncipe decidiria que religião adotar em suas terras.

Na *Confissão de Augsburgo*, exposta por Melancton — que fora monge junto com Lutero — em 1530, encontram-se os fundamentos do luteranismo: a salvação não se alcança pelas obras mas sim pela fé, pela confiança na bondade de Deus, pelo sofrimento interior. O culto religioso, muito simples — somente salmos e leitura da Bíblia —, é considerado contato direto entre Deus e o fiel, sendo dispensável o clero como “intermediário”. Lutero conservou apenas dois dos sete sacramentos da religião católica: batismo e eucaristia ou comunhão. Mesmo assim, na eucaristia acreditava apenas na *presença* de Jesus no pão e no vinho, e não na *transformação* do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo, como os católicos acreditam.

A Reforma de Calvino

Quando, por volta de 1534, Calvino começou a se preocupar com os problemas religiosos na França, já havia no país numerosos adeptos de uma reforma dentro da própria Igreja, tanto da parte dos luteranos como dos humanistas, que eram muito importantes na França.

Obrigado a refugiar-se por causa do que pregava, Calvino foi convidado a morar na cidade de Genebra, na Suíça. Lá implantou as *Ordenações Eclesiásticas*, leis rígidas e intolerantes baseadas na sua crença. Organizou a Igreja Calvinista em termos de fiéis, pastores (dirigentes do culto) e um conselho de anciãos (grupo de fiéis idosos que orientava a prática da religião). Suas idéias difundiram-se com rapidez: Teodoro de Beza, que dirigia em Genebra a Academia Teológica, levou-as para Gênova (na Itália). Logo alcançaram também a França, a Holanda, a Inglaterra (país em que o calvinismo se chamou puritanismo) e a Escócia (onde foi introduzido por João Knox, por motivos políticos).

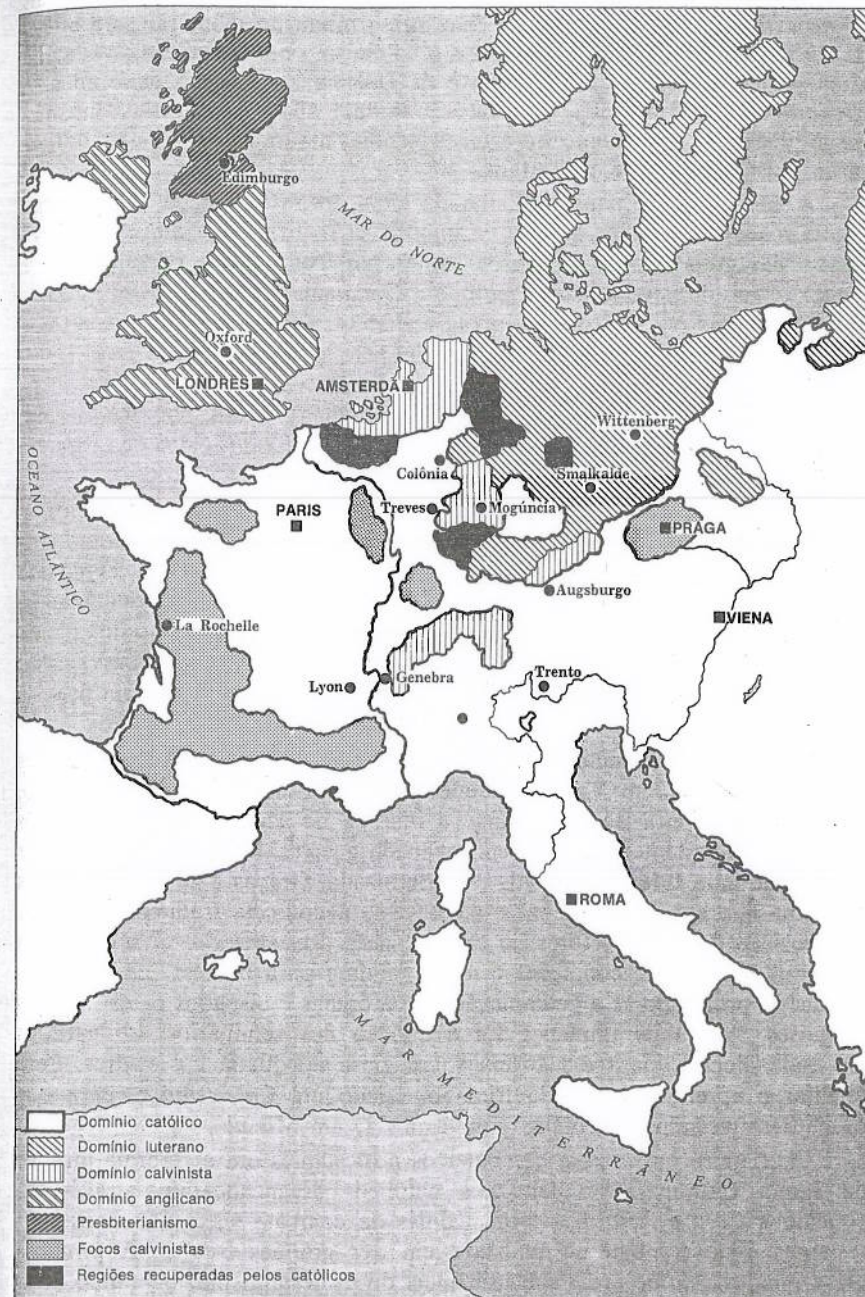
Calvino assimilou a princípio os ensinamentos luteranos, mas depois, na *Instituição da religião cristã*, propôs reformas mais radicais que as de Lutero. Também acreditava que a salvação é conseguida pela fé, mas, dizia ele, ter fé não depende dos homens e sim de Deus, que a dá aos seus eleitos. Para Calvino, somente as Sagradas Escrituras são bases da crença (ao contrário dos católicos, que acreditam também na tradição deixada pelos seus mestres). O calvinismo simplificou ainda mais o culto: apenas comentários da Bíblia, feitos por sacerdotes sem paramentos, em igrejas sem imagens. Só os sacramentos do batismo e da comunhão foram conservados, sendo que para os calvinistas Cristo se encontra presente apenas espiritualmente na eucaristia. Como os luteranos, Calvino considerava a Igreja útil à salvação.

A Reforma Anglicana

A recusa do papa ao pedido de anulação do casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão, para que o soberano pudesse desposar Ana Bolena, foi o motivo imediato da ruptura entre o rei inglês e o papado. Os verdadeiros motivos, porém, eram políticos (escapar ao controle do papa e submeter a Igreja ao Estado) e econômicos (tomar as terras e os bens da Igreja na Inglaterra). Em 1534, pelo *Ato de Supremacia*, Henrique VIII passou a ser o chefe da Igreja, criando uma Igreja nacional, sem promover qualquer alteração no culto religioso. As mudanças mais importantes foram feitas por seu filho Eduardo VI. Este impôs, em 1549, o *Livro de orações comuns*, obrigatoriamente escrito em inglês. Em 1553, pela *Lei dos 42 Artigos*, suprimiu a missa e autorizou o casamento dos padres. Após 1553 a Rainha Maria Tudor, esposa do Rei Filipe II da Espanha, tentou voltar ao catolicismo, sem êxito.

Só mais tarde, sob o reinado de Elizabeth I (1558-1603), estabeleceu-se definitivamente a Reforma Anglicana. Pela *Lei dos 39 Artigos*, de 1563, verdadeira carta do anglicanismo, adotava-se a doutrina calvinista conservando, porém, a hierarquia episcopal e parte do cerimonial católico. O anglicanismo passava assim a ter um conteúdo protestante (calvinista) e uma forma católica.

A Reforma e a Contra-Reforma Católica



Reforma Protestante e reação católica nos fins do século XVI

O avanço violento do protestantismo colocou a Igreja Católica numa situação desesperadora: ou se mobilizava para combatê-lo ou todos os cristãos virariam protestantes. De fato, nesse momento o luteranismo estendia-se por dois terços da Alemanha e o calvinismo por metade da Holanda. Uma parte da Áustria, da Hungria e da Boêmia, um quarto da França, a Escandinávia, a Inglaterra e a Escócia tinham aderido ao protestantismo. Além disso, o movimento reformista tendia naturalmente a expandir-se pelos países ibéricos e pela Itália.

A hesitação do papado diante da situação resultava da luta interna contra a teoria conciliar, pois seria impossível realizar uma ampla ofensiva dentro da Igreja e contra os protestantes sem convocar o concílio. Nesse contexto foi decisivo o surgimento da Companhia de Jesus: suas bases foram lançadas por Inácio de Loyola em 1534, em Paris, e foi constituída formalmente em 1537, sendo ratificada pelo papa Paulo III em 1540. Considerando-se soldados de Cristo e fazendo voto de obediência cega ao papa, mereceram por parte deste toda confiança. Foram, por isso mesmo, incumbidos de organizar e dirigir o Concílio de Trento, que, convocado em 1540, reuniu-se em 1545.

Enquanto o Concílio Ecumênico não se reunia, o papa Paulo III tomou algumas medidas de contenção do movimento protestante, restaurando os tribunais da Inquisição, de origem medieval. O *Santo Ofício*, composto por seis cardeais, tinha sede em Roma. Dominado pelos padres dominicanos, agiu com extrema violência e conteve o avanço do protestantismo nos países em que atuou: Portugal, Espanha e Itália. Em 1543 foi criada a *Congregação do Index*, cuja finalidade era a publicação da lista dos livros contrários à doutrina católica e, portanto, proibidos para os cristãos.

O Concílio Ecumênico — isto é, universal — reuniu representantes de toda a Igreja em Trento, cidade que ficava no Império Germânico, próxima à fronteira da Itália. Esteve reunido de 1545 a 1563, com três séries de sessões interrompidas em razão de guerras. Sua tarefa foi enorme e dele saiu uma Igreja reformada e modernizada. Graças à ação dos jesuítas reforçou-se a autoridade papal e manteve-se a doutrina tradicional, apesar da oposição de certos setores do clero francês. Restabeleceu-se a disciplina na Igreja, fixando-se condições e idade mínima para exercer funções eclesásticas e proibindo-se a acumulação de paróquias e bispados pelos mesmos religiosos. A grande mudança foi a criação dos seminários, obrigatórios em cada diocese, para dar formação religiosa adequada aos padres. Para facilitar o aprendizado da doutrina foi criado um *Catecismo* e, para que os padres tivessem um roteiro para a missa, um *Missal*.

O primeiro passo para combater os protestantes era a reforma interior da Igreja Católica. Isto feito, os católicos desencadearam através do concílio a *Contra-Reforma*, com medidas de combate sistemático aos protestantes. Este combate se realizava em três grandes frentes. A primeira era a *recuperação* de áreas sob influência do protestantismo, operando através da educação, criando colégios destinados ao ensino primário e à recupe-

Quadro comparativo: Características do catolicismo e do protestantismo no século XVI

	Católicos	Luteranos	Calvinistas	Anglicanos
A salvação	Salvação pela fé e pelas boas ações.	Salvação pela fé.	Salvação pela fé (predestinação).	Salvação pela fé (predestinação).
As fontes da fé	Escritura Sagrada e tradição da Igreja.	Escritura Sagrada.	Escritura Sagrada.	Escritura Sagrada.
A concepção de Igreja	Igreja necessária à salvação. Primazia de Roma e hierarquia episcopal.	Igreja útil à salvação. Supressão da hierarquia eclesástica.	Igreja útil à salvação. Supressão da hierarquia episcopal. Igreja de pastores.	Igreja útil à salvação. Manutenção da hierarquia eclesástica.
Os sacramentos	Sete sacramentos: batismo, crisma, eucaristia, matrimônio, penitência, ordem, extrema-unção.	Dois sacramentos: batismo e comunhão.	Dois sacramentos: batismo e comunhão.	Dois sacramentos: batismo e comunhão.
A eucaristia	Presença real de Cristo com transubstanciação.	Presença real de Cristo sem transubstanciação.	Presença espiritual de Cristo.	Presença espiritual de Cristo.
O culto	Missa, centro do culto.	Culto simplificado (instrução e comunhão). Substituição do latim pelo alemão.	Culto muito simplificado (instrução e eucaristia).	Supressão do sacrifício da missa, conservação da liturgia. Substituição do latim pelo inglês.

ração das novas gerações. O resultado foi a reconquista de uma parte da Renânia, do sul dos Países Baixos e da Polônia. A segunda foi a difusão do catolicismo entre os povos não cristãos, através da catequese, destacando-se a ação de São Francisco Xavier no Japão. A terceira forma de combate foi a *contenção* do protestantismo através dos tribunais da Inquisição.

Documentos básicos

Algumas das 95 teses de Lutero afixadas na porta da capela de Wittenberg, em 1517.

“32: Serão eternamente condenados com seus mestres aqueles que pensam que as indulgências lhes asseguram a salvação.

36: Todo cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão plena da pena e da culpa, mesmo sem as indulgências.

43: Deve-se ensinar aos cristãos que aqueles que dão aos pobres ou emprestam aos necessitados fazem melhor do que comprar as indulgências.”

LUTERO, M. *Oeuvres*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps ...*, p. 64.

A doutrina da justificação pela fé, segundo Martinho Lutero.

“Assim vemos que a fé basta a um cristão. Ele não precisa de nenhuma obra para se justificar. Se ele não precisa de nenhuma obra, ele está certamente desobrigado de todos os mandamentos e de todas as leis; se está desobrigado deles é certamente livre. Esta é a liberdade cristã, é unicamente a fé que a cria, o que não quer dizer que possamos ficar ociosos ou fazer o mal, mas que não precisamos de nenhuma obra para nos justificar e alcançar a felicidade.”

LUTERO, M. *La liberté du chrétien*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps ...*, p. 65-6.

A doutrina da justificação na concepção de João Calvino.

“Nós chamamos predestinação à decisão eterna de Deus pela qual determinou o que queria fazer com cada homem. Pois ele os cria todos em condições semelhantes, mas ordena uns à vida eterna e outros à eterna danação. Assim, conforme o fim para o qual o homem foi criado, dizemos que ele está predestinado para a morte ou para a vida... Os que ele chama para a salvação dizemos que ele os recebe de sua misericórdia gratuita, sem ter relação alguma com a própria dignidade.”

CALVINO, J. *L'Institution de la religion chrétienne*. Paris, Les Belles Lettres, 1938, p. 62-3.

A reforma da Igreja Católica imposta pelo Concílio de Trento.

“Os bispos devem ser irrepreensíveis, sábios, castos e bons dirigentes de seus bispos; o Concílio pede que cada um seja sóbrio em sua mesa e coma pouca carne. É também preciso que se acostumem a não falar de assuntos ociosos durante as refeições: o Concílio ordena leituras santas e que cada um instrua seus empregados a não semearem a discórdia, não beberem e não serem imorais, cobardes, arrogantes ou blasfemadores. Que logo abandonem os vícios e sigam as virtudes; que nas roupas e no vestuário e em todos os atos eles sejam honestos, como convém a um ministro de Deus.”

Decreto publicado pela segunda sessão do Concílio, em 7 de janeiro de 1546. Apud: MONNIER, J. *Histoire*, v. IV. Paris, Fernand Nathan, 1966, p. 176.

Datas e fatos essenciais

- 1517: Lutero publica as 95 teses.
- 1521: Lutero é condenado na Dieta de Worms.
- 1522: Tem início a revolta da pequena nobreza.
- 1524: Começa a revolta dos camponeses.
- 1526: Reúne-se a primeira Dieta de Spira.
- 1529: Surge o protestantismo com a segunda Dieta de Spira.
- 1530: Primeira Dieta de Augsburg — Confissão de Augsburg.
- 1531: Liga protestante de Smalkalde.
- 1534: Ato de Supremacia de Henrique VIII.
- 1536: Calvino inicia a Reforma em Genebra.
- 1540: Paulo III ratifica a Companhia de Jesus.
- 1545: O Concílio de Trento dá início à Reforma Católica.
- 1555: Segunda Dieta de Augsburg — Paz de Augsburg.
- 1563: Termina o Concílio de Trento.

Resumo

1. A Reforma foi a grande revolução espiritual da época moderna, correspondendo à transição do feudalismo ao capitalismo.
2. Interesse na legitimação do lucro, crises e conflitos sociais, centralização do poder em escala nacional ou local foram alguns dos fatores da Reforma.

3. Essencialmente, a Reforma foi o fruto da inadequação da estrutura eclesiástica às necessidades espirituais dos fiéis.
 - a) Foram intensos os progressos da fé durante a Idade Média, terminando por desenvolver o espírito crítico em relação ao clero.
 - b) Eram intensos os abusos do clero católico: ignorantes, praticavam atos de imoralidade, comercializavam os sacramentos, as relíquias e as indulgências.
4. A Reforma Luterana surgiu em virtude de problemas específicos da Igreja alemã.
 - a) A venda de indulgências pelos dominicanos, ligados aos banqueiros Függer, foi o motivo inicial da ruptura entre Lutero e a Igreja.
 - b) As 95 teses de Lutero atacavam não só os abusos como também os dogmas da Igreja.
 - c) O apoio dos príncipes alemães foi decisivo para a vitória de Lutero.
 - d) A quebra da estabilidade provocou a revolta da pequena nobreza e dos camponeses.
 - e) Lutero foi condenado pela Dieta de Worms e o luteranismo pela Segunda Dieta de Spira.
 - f) A **Confissão de Augsburg** estabeleceu as bases do credo protestante.
 - g) A **Dieta de Augsburg** (1555) pôs fim à questão, ao determinar que cada príncipe decidiria que religião adotar em seus domínios.
 - h) A doutrina luterana propunha: salvação pela fé, batismo e comunhão (presença de Cristo sem transubstanciação no pão e no vinho).
5. Em 1536, João Calvino começou a Reforma Calvinista em Genebra.
 - a) Governou a cidade de Genebra de acordo com as **Ordenações Eclesiásticas**.
 - b) A sua Igreja era constituída de fiéis, pastores e conselho dos anciãos.
 - c) A ortodoxia calvinista era mais radical do que a luterana: salvação dos eleitos predestinados por Deus; culto muito simples, batismo e comunhão (presença espiritual de Cristo na eucaristia).
6. Na Inglaterra, o Rei Henrique VIII implantou o anglicanismo, misto de calvinismo e catolicismo.
 - a) Em 1534, Henrique VIII rompeu com a Igreja Católica.
 - b) A Rainha Elizabeth I (1558-1603) conseguiu afirmar o anglicanismo definitivamente.
 - c) A doutrina anglicana ensinava: salvação pela fé, presença espiritual de Cristo na eucaristia, liturgia (mas sem o sacrifício da missa) e conservação da hierarquia eclesiástica.
 - d) O rei era considerado o chefe espiritual da Igreja.
7. A reação católica contra a Reforma Protestante não tardou a aparecer.
 - a) O misticismo foi uma forma inicial de combate.
 - b) Os tribunais da Inquisição impediram a difusão do protestantismo pelas regiões não atingidas pela Reforma.
 - c) O Concílio de Trento e a Companhia de Jesus procuraram reorganizar o clero e recuperar as regiões perdidas para o protestantismo.

A EMERGÊNCIA DO MUNDO MODERNO

As relações internacionais no século XVI

A formação das monarquias nacionais, no início dos tempos modernos, deu origem a várias questões políticas. Era comum os interesses de uma nação se chocarem com os de outra, levando a Europa a guerras internacionais. Depois dos descobrimentos, as disputas pelas áreas coloniais aumentaram ainda mais os conflitos. As questões internacionais foram se tornando tão freqüentes que acabaram por condicionar uma nova maneira de solucioná-las — a diplomacia.

As guerras da Itália

A primeira grande crise internacional da época moderna foi a das guerras da Itália. De 1494 a 1516 ela limitou-se ao território italiano, depois envolveu os dois grandes Estados europeus da época: a França e os Estados governados pelos Habsburgo (principalmente a Alemanha e a Espanha atuais).

A ambição de Carlos VIII, rei da França, deu início às hostilidades em 1494. Legalmente, por direito de herança, os franceses tinham direito ao Reino de Nápoles (na Itália), mas Luís XI, pai de Carlos VIII, não se tinha preocupado em tomar posse efetiva dele. Carlos VIII queria conquistar Nápoles para transformá-la no ponto de partida das suas expedições para o Oriente. Chegou a tomar a cidade, mas a *Liga de Veneza*, formada pelo Santo Império, Espanha, Veneza, o Estado papal (área sob a autoridade política do papa) e outros Estados italianos, derrotou-o, e ele foi obrigado a retornar à França sem nada levar de sua conquista.

Luís XII, sucessor de Carlos VIII, recomeçou a guerra na Itália: abdicou de Nápoles em favor da Espanha, mas pretendia conquistar o ducado de Milão (na Itália). Chegou a tomar posse do território, mas foi derrotado por uma nova coalizão, organizada pelo papa. Quando o rei morreu, em 1515, a França estava ameaçada de invasão.

A guerra foi novamente retomada por seu sucessor, Francisco I, que invadiu a Itália e derrotou os milaneses e seus aliados suíços na Batalha de Marignan, em 1515. Em 1516, Francisco I assinou com o papa a *Concordata de Bolonha* e, com os suíços, a *Paz de Friburgo* (que dava ao

rei da França o direito de recrutar soldados mercenários suíços). Com esses dois acordos acabaram as guerras da Itália.

Suas repercussões mais importantes foram as intelectuais, pois foi graças a essas guerras que a cultura italiana tornou-se conhecida no resto da Europa. No plano militar, percebeu-se a importância das armas de fogo — a artilharia tornou-se mais numerosa e maleável.

Lutas entre a França e a Casa d'Áustria: os Habsburgo, dirigentes do Sacro Império

De 1506 a 1510, Carlos Habsburgo recebeu em herança muitos domínios: os Países Baixos, o Franco-Condado, a Espanha e suas colônias, a Áustria e os territórios alemães dos Habsburgo. Esse poderio permitiu-lhe desenvolver uma política imperialista na Europa. Concorrendo com Francisco I, da França, foi eleito imperador do Sacro Império, em 1519, recebendo o título de Carlos V. O imperador considerava-se chefe da cristandade, com direito à obediência de todos os soberanos europeus.

Na França a paz durou até 1521, apesar de o país estar envolvido e ameaçado pelos domínios do imperador. Quando Carlos V pretendeu retomar a Picardia e a Borgonha, duas regiões que os franceses tinham conquistado, a luta começou. A guerra foi longa, pois outras nações entraram no conflito: Carlos V obteve o apoio de Henrique VIII da Inglaterra e do Duque de Bourbon (região central da França); Francisco I, por sua vez, aliou-se aos príncipes alemães protestantes (inimigos do imperador) e aos turcos (que ameaçavam as fronteiras orientais do Império). A luta foi interrompida em 1529 pelo Tratado de Cambrai, e recomeçada em 1552 por Henrique II, o novo rei da França. Mas a essa altura os dois lados já tinham outros problemas que enfrentar (dificuldades financeiras e conflitos internos provocados pela Reforma), por isso inclinavam-se para a paz.

Carlos V abdicou em 1556 e morreu dois anos depois. Seus domínios foram repartidos entre seu irmão Fernando (que ficou com os territórios austríacos e alemães) e seu filho Filipe (que ficou com a Espanha e suas colônias, a Itália e os Países Baixos e o Franco-Condado). O Império foi assim dividido em duas partes: a dos Habsburgo austríacos e a dos Habsburgo espanhóis.

A paz foi negociada entre Henrique II (da França) e Filipe II (da Espanha) em *Cateau-Cambrésis*: a França abandonou suas aspirações italianas, mas conservou os bispados de Metz, Toul e Verdun, tomados por Henrique II, e Calais, que tomara aos ingleses. Esse tratado marca a substituição do imperialismo alemão pelo espanhol — que se manteve aliado dos alemães e, portanto, continuando a ser um perigo iminente para a França.

A hegemonia espanhola

Na França, as lutas entre católicos e protestantes começaram a diminuir o poder real, de modo que a política externa foi abandonada em favor da política interna. A Inglaterra, por sua vez, permanecia isolada das questões que agitavam a Europa. Isso criou condições favoráveis à política expansionista de Filipe II da Espanha.

A pedido do papa, Filipe II organizou uma cruzada contra os piratas, turcos muçulmanos, que estavam ameaçando vários portos da Europa; a vitória de Lepanto (região da Grécia), em 1571, trouxe-lhe muito prestígio, mas nenhum ganho material.

Em 1580, o trono de Portugal ficou vago, pois não havia herdeiros diretos. Como Filipe II era filho de uma princesa portuguesa, reivindicou o trono para si. Reuniu Portugal e Espanha num só reino e ganhou ainda mais prestígio.

O absolutismo político e a intolerância religiosa de Filipe II para com os protestantes provocaram a revolta dos Países Baixos. As províncias do Sul (atual Bélgica) reconciliaram-se com a Espanha, em 1579; as do Norte (atual Holanda), porém, graças ao apoio da Inglaterra e à liderança de Guilherme de Orange, proclamaram em 1581 a sua independência, tomando o nome de Províncias Unidas. A guerra de independência continuou ainda por muitos anos, durante os quais as Províncias Unidas atacaram colônias espanholas e portuguesas (que nesse tempo pertenciam à Espanha).



Filipe II enviou contra a Inglaterra a Invencível Armada, cuja derrota pôs fim ao domínio espanhol no Atlântico e no Mar do Norte.

Filipe II tinha-se casado, em 1554, com Maria Tudor (rainha da Inglaterra, filha de Henrique VIII), que pretendia restabelecer o catolicismo no seu país. Após a morte de Maria Tudor, sua irmã Elizabeth subiu ao trono inglês, protegeu os anglicanos e apoiou, contra Filipe II, os Países Baixos e os piratas ingleses que atacavam os navios espanhóis carregados de ouro das colônias. A rivalidade religiosa, política e econômica entre

esses dois países culminou com a organização de uma expedição militar espanhola contra a Inglaterra, a "Invencível Armada". A derrota dessa frota — que foi destruída pelos ingleses e por uma tempestade — marca o fim do domínio espanhol e o início do poderio inglês no Atlântico e no Mar do Norte (entre a Inglaterra, os Países Baixos, a Alemanha e a Noruega).

Documento básico

O testamento político do Imperador Carlos V.

"Após tantos esforços que envidei para trazer de volta os protestantes ao Império eu percebi cada vez melhor que o único meio a empregar era o concílio, ao qual estes Estados se submeteram... Do papa Paulo III, conheceis vós mesmos, a falta de lealdade nos tratados e a falta de zelo com a cristandade, sobretudo no que se refere ao concílio... Considerai Gênova como um elemento de máxima importância: aí deveis agir com prudência e habilidade... Ficai em bons termos com os venezianos... A França nunca respeitou os tratados que assinou e sempre tentou prejudicar-me. O jovem rei, ele próprio parece querer seguir o caminho traçado por seu pai. Apesar disso, fazer todo o possível para manter a paz: é também no interesse da cristandade e de vossos súditos... Nunca abandoneis a menor parcela de vossos direitos senão pedir-vos-ão imediatamente todo o restante. Estes reis de França sempre estenderam as mãos para os países dos seus vizinhos. Defendei Milão com uma boa artilharia. Nápoles com a superioridade de vossa frota. No que diz respeito às Índias, não cessareis de ficar de olho nos franceses, a fim de assegurar-vos se eles não têm o projeto de mandar uma frota para lá... É indispensável que tenhais a maior solicitude para informar-vos da situação dos negócios nestas regiões distantes a fim de assegurar o serviço de Deus, a manutenção da obediência que vos é devida e um governo justo, único meio eficaz de reparar as perdas em população e outros tipos que sofreram, assim como de pôr termo à opressão dos primeiros conquistadores e às deportações dos que abusaram de sua autoridade para multiplicar as vexações. E assim que os índios encontrem alívio e proteção obtereis seu afeto e sua fidelidade."

Papiers d'État du Cardinal de Granvelle. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. Les temps ..., p. 37-9.

Datas e fatos essenciais

1494: Início das guerras da Itália.

1529: Tratado de Cambrai.

1559: Paz de Cateau-Cambrésis.

1571: Batalha de Lepanto.

1581: Independência dos Países Baixos.

1588: Destruição da "Invencível Armada".

Resumo

1. A diplomacia originou-se da intensificação das relações internacionais, dos conflitos de interesses e da expansão mercantilista dos séculos XV e XVI.
 - a) O **sistema imperial** caracteriza-se pela predominância de uma nação sobre as outras.
 - b) O **sistema bipolar** apresenta duas grandes potências em torno das quais giram as potências satélites.
 - c) O **sistema múltiplo** apresenta ao mesmo tempo várias potências com forças iguais.
 - d) O **sistema múltiplo** é típico do século XVI, destacando-se pela sua grande instabilidade.
2. O início do século XVI é marcado pela luta entre a França e a Alemanha.
 - a) As guerras da Itália demonstram o imperialismo da monarquia nacional francesa: Carlos VIII, Luís XII e Francisco I são reis típicos desse período.
 - b) Carlos V formou um império vastíssimo que dominava a Alemanha, Países Baixos e Espanha.
 - c) Francisco I da França e Carlos V disputaram o trono imperial da Alemanha, continuando posteriormente a rivalidade entre eles.
 - d) Francisco I aliou-se aos protestantes da Alemanha e ao Império Otomano contra Carlos V.
 - e) Em 1556, Carlos V dividiu o Império em duas partes: Fernando ficou com a Alemanha e Filipe com o resto do Império.
 - f) Em 1559, pela Paz de Cateau-Cambrésis, Henrique II e Filipe II firmavam a paz entre a França e a Espanha.
3. Filipe II, ao vencer os turcos em Lepanto (1571), assumiu a hegemonia sobre a Europa.
 - a) A União Ibérica, anexação de Portugal pela Espanha, tornou ainda mais considerável o Império Espanhol.
 - b) Em 1581, os Países Baixos proclamaram sua independência da Espanha, ocasionando uma longa guerra.
 - c) O prestígio espanhol foi abalado no fim do século, com a destruição da "Invencível Armada", que tentava invadir a Inglaterra.

O SISTEMA DA ÉPOCA MODERNA

O Estado absolutista

O sistema da época moderna — o Antigo Regime — é composto pelos seguintes elementos: capitalismo comercial, política mercantilista, sistema colonial, sociedade estamental, Estado absolutista, intolerância religiosa e laicização cultural. O absolutismo é a característica marcante desse conjunto e até mesmo o simboliza.

Nesse longo período de transição o soberano exerce um poder autocrático, com base em condições históricas particulares da época. Não se trata, pois, meramente de um Estado de transição entre o Estado feudal e o Estado burguês emergente da Revolução Francesa do século XVIII.

O processo de absolutização do poder

A evolução do processo de centralização e, portanto, de absolutização do poder, apresentou três momentos bem demarcados: uma *etapa feudal*, na qual os reis se esforçaram para ganhar destaque entre seus vassallos, transformando o poder *de direito* num poder *de fato*; uma *etapa moderna*, entre os séculos XV e XVI, na qual os reis procuraram criar suas próprias instituições (Conselhos, corpo de funcionários, exércitos); uma *etapa de consolidação*, entre os séculos XVI e XVIII, na qual a racionalização e a burocratização atingiram o apogeu, definindo a forma moderna do Estado.

Essas tendências foram evidentes na Inglaterra e na França e menos intensas em Portugal e na Espanha. Na Itália, a força das cidades independentes impediu a unificação até o século XIX. Na Alemanha, as lutas religiosas e sociais, especialmente a guerra camponesa, fortaleceram o poder em nível local. A grande exceção à tendência geral foi a Holanda: nascida da revolta contra a Espanha no século XVI, formou-se a partir da reunião das sete províncias do Norte, que passaram a formar a República das Províncias Unidas. Governada por um *Stathouder*, com poderes civis e militares, e um *Pensionário*, delegado que representava a Assembléia dos Estados, constituiu-se num grande avanço em termos de instituições políticas. Com uma vida econômica intensa, a Holanda era a primeira nação marítima e comercial e o grande centro das feiras industriais da Europa.

Na França — o modelo mais acabado de absolutização do poder — o avanço do Estado se deveu à crise da Baixa Idade Média, à intensidade

das revoluções camponesas e urbanas que colocavam em xeque as classes dominantes e criavam obstáculos ao próprio desenvolvimento econômico. O Estado forte continha as rebeliões sociais e dinamizava a expansão comercial, promovendo a retomada do desenvolvimento econômico.

Bases sociais do poder absoluto

O Estado absolutista só pode ser compreendido, portanto, na sua mais íntima relação com a estrutura da sociedade. Na França do século XVII havia três camadas sociais: o *clero*, a *nobreza* e o *terceiro estado*. O *clero* possuía inúmeros privilégios, e tinha seus próprios representantes, tribunais e assembleias. Recebia os dízimos da população e não pagava a talha ao Estado. Apresentava, contudo, uma enorme disparidade social entre o *alto* e o *baixo clero*. De um lado os bispos e abades, os maiores proprietários do reino; de outro, os padres e vigários, reduzidos a uma situação miserável, vivendo de um pequeno salário, a *côngrua*. A *nobreza* conservava privilégios fiscais, pois não pagava impostos, tinha direito a uma justiça especial, à caça, e a exigir dos camponeses obrigações feudais. Não havia apenas uma nobreza, havia várias: a nobreza *cortesã*, mais elevada, que recebia os favores do rei, os principais cargos e pensões; a nobreza *togada*, de origem burguesa, que fora nobilitada e exercia cargos na magistratura; a nobreza *provincial*, muito heterogênea, com dificuldades para sobreviver e buscando casamentos vantajosos no seio da alta burguesia.

O *terceiro estado* reunia o restante da população do país, cerca de 18 em 19 milhões de habitantes, a maioria sem privilégios, podendo ser dividido em três classes distintas: a *burguesia*, os *artesãos* e os *camponeses*. A burguesia compreendia os homens de negócios (industriais e comerciantes), que formavam a alta burguesia; os oficiais ligados à administração real e à burocracia, juntamente com os profissionais liberais, advogados, médicos e escrivães, que compunham a pequena burguesia. Os artesãos estavam agrupados em corporações segundo o ofício de sua especialização, tinham baixa condição de vida e estavam sujeitos a longas jornadas de trabalho. Os camponeses — a camada mais numerosa da sociedade — viviam sob a opressão dos impostos reais, das obrigações feudais, dos dízimos devidos ao clero, das corvéias. Todos esses impostos e obrigações tornavam-se insuportáveis por ocasião das secas, às quais se sucediam as fomes e as pestes.

O conflito entre as classes sociais foi a condição fundamental do poder absoluto dos reis. É claro que este conflito se tornava muito mais acentuado com a extrema compartimentação dominante na sociedade. O próprio rei instigou a luta entre as classes sociais procurando sobrepor-se a ela, aproveitando-a em seu próprio benefício. Nesse sentido, o rei protegeu a alta burguesia, deu-lhe monopólios comerciais e industriais; arrendou-lhe os impostos, garantiu a ascensão social apoiando-a contra o clero e a nobreza. Reciprocamente, concedeu numerosos privilégios ao alto clero e à nobreza *cortesã*; atraindo-a para seus palácios, concedendo cargos e pensões, domesticou a nobreza. Também protegeu as corporações dos artesãos contra os

grandes capitalistas, assegurando seus direitos, ao mesmo tempo em que defendeu os artesãos e capitalistas contra os assalariados. Garantiu a existência dos camponeses, impedindo que fossem destruídos os direitos de posse e propriedade adquiridos pelo costume.

Em suma, o poder real descansava sobre o conflito generalizado que tendia a equilibrar as forças sociais, especialmente o conflito entre as duas classes mais poderosas, nobreza e burguesia.

A prática e a teoria do poder

Em condições de conflito tão acentuado, o Estado precisava de um forte aparelho burocrático para poder governar. O poder era exercido através dos ministros, que recebiam do rei a delegação do poder, como é o caso do ministro Richelieu. Outra opção foi exercê-lo pessoalmente, apoiado nos ministros e nos Conselhos de Estado, formando-se um corpo de assessores que apenas preparava as decisões finais, que seriam tomadas pelo monarca com exclusividade. Assim, o rei baixava leis, organizava a justiça, arrendava a cobrança dos impostos, mantinha exércitos, nomeava funcionários, tudo em nome do Estado que representava.

O esquema burocrático e administrativo, que era a mola mestra do poder, tornava-se também sua limitação mais séria. A forma de recrutamento dos funcionários dava-lhes elevado grau de independência, pois seus cargos eram transmitidos hereditariamente ou conseguidos através da compra. De qualquer forma, a burocracia adquiria grande autonomia, o que obrigava os reis à criação sucessiva de novos cargos para tentar dominá-la e, ao mesmo tempo, aumentar as rendas do Estado. Outras limitações ao exercício pleno do poder real eram: a permanência de privilégios antigos nas cidades ou nas corporações; a grande extensão do país; as dificuldades de comunicação e o pequeno número de funcionários; a permanência de leis costumeiras — as famosas leis fundamentais do reino — além das leis religiosas, que o soberano jamais poderia ignorar.



Richelieu, como primeiro-ministro todo-poderoso de Luís XIII, implantou o absolutismo na França.

A teoria do poder absoluto apresentava o rei como o representante de Deus na Terra, defensor da igreja e da pátria, protetor das artes, legislador e representante do Estado, cujos interesses estavam acima dos interesses particulares ou individuais.

Nicolau Maquiavel deve ser visto como um dos primeiros teóricos do poder real. Na obra *O príncipe* dizia que o rei tinha que ser racional na busca do interesse do Estado, mesmo no uso da violência. Jean Bodin, em *A república*, afirmava que a autoridade do rei assemelhava-se à autoridade do próprio pai no seio da família, sendo por isso ilimitada. Thomas Hobbes, em *Leviatã*, considerava que inicialmente a sociedade vivia em estado natural, de completa anarquia, e que os indivíduos formaram o Estado civil para se protegerem contra a violência; daí teria resultado o poder ilimitado do Estado, pois ele era fruto do consentimento espontâneo dos súditos, assumindo por isso as proporções de um verdadeiro monstro. Contudo, o mais importante entre todos os teóricos do poder absoluto foi o abade Jacques Bossuet, que escreveu *Política extraída da Sagrada Escritura*. Para ele a autoridade do rei é sagrada porque emana de Deus, por isso discutir sua legitimidade é sacrilégio. O rei deveria, porém, governar com justiça, no interesse do povo e da religião.

O rei da França era uma personagem religiosa, sendo sagrado em Reims como um bispo. Os súditos lhe deviam obediência como a um Deus. Ele encarnava a nação, era considerado a *lei viva* e a *fonte da justiça*. O cerimonial rígido da corte correspondia a um verdadeiro culto da monarquia.

O poder absoluto na França

Na França, o poder real progrediu lenta mas progressivamente durante todo o século XVI. As guerras de religião, que abalaram o país nos fins do século XVI e princípio do século XVII, retardaram o avanço do absolutismo. Mas, na segunda metade do século XVII, com Luís IV, o absolutismo já se encontrava perfeitamente configurado.

Por volta de 1520 começaram a aparecer em Paris os primeiros protestantes, que aos poucos foram conseguindo novos adeptos. Elementos da burguesia e da nobreza — uns atraídos pelo reformismo, outros irritados com a perseguição, e todos, principalmente os nobres, preocupados com o aumento das prerrogativas do rei — foram-se convertendo ao novo culto. Essa oposição à centralização e ao avanço crescente do poder real deu à luta religiosa na França indistigável caráter político.

Com Francisco II (1559-1560), o poder era praticamente exercido pela família católica dos duques de Guise em virtude da fraqueza do rei. Os protestantes tentaram atrair o rei para o seu partido — dos huguenotes — numa conspiração chamada de Amboise. A reação dos católicos, liderados por Antônio de Guise, foi violenta, massacrando um grupo de protestantes que celebrava seu culto, em Vassy. A partir desse momento a guerra entre católicos e protestantes tornou-se incontrolável, caracterizando-

-se como um conflito generalizado, ainda que irregular e intermitente. Ambos os lados não hesitaram em pedir ajuda estrangeira: os huguenotes, donos de Ruão, entregaram o Havre a Elizabeth, rainha da Inglaterra, enquanto os Guise receberam subsídios de Filipe da Espanha.

Carlos IX sobe ao trono ainda criança e com isso complica-se ainda mais a situação na França. A rainha-mãe, Catarina de Médicis, regente do filho, concedeu em 1570, pelo *Edito de Saint-Germain*, o direito aos protestantes de celebrarem seu culto nos subúrbios de pelo menos duas cidades por governança, e de disporem de quatro praças-fortes, entre as quais *Montauban* e *La Rochelle*, esta última considerada a capital da França huguenote. A trégua beneficiou os protestantes, que com o casamento de um príncipe da casa real de Bourbon com a rainha protestante do Reino de Navarra conquistaram condições para que o herdeiro Henrique de Navarra, educado protestante, chegasse ao trono.

Temendo a influência do almirante Gaspar Coligny, líder dos protestantes, e uma hipotética conspiração dos protestantes, Catarina de Médicis ajustou com Henrique de Guise o assassinato de Coligny, mas o plano falhou. O Rei Carlos IX exigiu que se apurassem as responsabilidades, e Catarina convenceu-o da existência de uma conspiração huguenote e da necessidade de reprimir os protestantes em Paris. Foi a “Noite de São Bartolomeu”, a 24 de agosto de 1572, na qual foram assassinados cerca de 3 000 protestantes, entre os quais Coligny. Ressurgiu então a guerra, violentamente, estimulada pelo papa e seus representantes na França, envolvendo voluntários de toda a Europa.

Dois anos depois morreu Carlos IX e subiu ao trono seu irmão, Henrique III, começando a disputa que ficou sendo conhecida como a “Guerra dos três Henriques”. Henrique de Guise, muito mais preocupado em conquistar a coroa do que defender a fé, fundou com os líderes católicos franceses a Liga Católica, que passou a exercer, juntamente com Catarina de Médicis, forte pressão sobre o Rei Henrique III. Este mandou assassinar Henrique de Guise e foi deposto pela Liga. Aliou-se em seguida com o protestante Henrique de Navarra e cercou Paris. Durante o cerco, em 1589, Henrique III foi assassinado e seu herdeiro legal acabou sendo Henrique de Navarra, a quem Henrique III designara seu sucessor. Henrique de Navarra assumiu o trono como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo: “Paris bem vale uma missa”, expressão sua que entrou para a História.

No poder, Henrique IV iniciou a dinastia dos Bourbon, que substituiu a de Valois, reinante na França desde a Idade Média. Depois de se consolidar nas províncias, onde se concentrara a resistência da Liga, Henrique IV iniciou a expulsão dos espanhóis, conseguindo em 1598 firmar um tratado de paz com o Rei Filipe, o Tratado de Vervins. Para pacificar católicos e protestantes, nesse mesmo ano promulga o *Edito de Nantes*, pelo qual era dada liberdade de culto aos protestantes, bem como o direito de conservar algumas praças de guerra para sua defesa.

Henrique IV morreu assassinado por um fanático em 1610. Subiu ao trono Luís XIII, que também teve sua mãe como regente, Maria de Médicis.

no início de seu reinado. A regente delega as tarefas reais ao Cardeal de Richelieu, que para fortalecer o poder real decide combater, mais uma vez, os protestantes. A perseguição termina com a tomada da fortaleza de *La Rochelle*, onde os protestantes tinham se refugiado, e, derrotados, perderam seus direitos políticos e militares. Conservaram apenas sua liberdade de culto. Ainda no plano interno, Richelieu opôs-se à nobreza e criou os intendentess, funcionários que fiscalizavam as províncias. Externamente procurou aumentar o poderio francês, chegando a intervir na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e com isso garantir os interesses da França na Europa.

Richelieu morreu em 1642 e Luís XIII, no ano seguinte. Subiu ao trono Luís XIV, sob a regência da rainha-mãe Ana d'Áustria e do Cardeal Mazzarino. Este governou até 1661. Os aumentos dos impostos decretados pela regência revoltaram a burguesia e a nobreza, que se uniram nas chamadas *frondas*. Essas revoltas diminuíram o poder real e desorganizaram a França.

O Rei Sol

A morte de Mazzarino precipitou o governo pessoal de Luís XIV (1661-1715), que iria se caracterizar como o melhor exemplo do absolutismo.

Preparado desde a infância por Mazzarino para o exercício do poder real, Luís XIV sintetizou suas idéias absolutistas na frase “*L'État c'est moi*”. Logo que assumiu o governo, acumulou as funções de rei e de ministro, afastou os ministros permanentes, esvaziou o Conselho — base do governo no período anterior; o poder central ficou com a seguinte composição: o Conselho (composto de seis conselheiros), o chanceler, o diretor das finanças, secretários de Estado (da Guerra, da Marinha, da Casa Real e dos Assuntos Estrangeiros). Nas províncias foram confirmadas as intendências, ligadas diretamente ao poder central, e exercendo toda autoridade em matéria de justiça, finanças e polícia, além de fiscalizar os oficiais detentores dos cargos públicos locais e supervisionar a arrecadação tributária.

No plano social, Luís XIV promoveu a ascensão da burguesia, dela recrutando alguns ministros, como Colbert, promotor da política de industrialização. Para controlar a nobreza atraiu-a para a corte, oferecendo luxo, festas e pensões. O Palácio de Versalhes passou a acolher cerca de 6 000 pessoas. Ao mesmo tempo em que a corte servia de compensação aos nobres pela perda do poder político, satisfazia a vaidade de Luís XIV, o “Rei Sol”, que adorava ver-se cercado por centenas de cortesãos a aduarem-no.

Em 1685, redefinindo a política religiosa na França, Luís XIV aboliu totalmente o *Edito de Nantes*, o que determinou grande evasão de capitais, levados pelos protestantes que deixaram o país.

A política externa de Luís XIV envolveu a França em numerosas aventuras militares — como a guerra contra os Países Baixos e a da sucessão

da Espanha — com objetivos expansionistas. Sempre visando à grandeza da França e sua hegemonia na Europa.

Com sua morte, em 1715, chega ao fim seu longo reinado e, ao mesmo tempo, o fim da supremacia francesa na Europa. Iniciava-se a fase da hegemonia da Inglaterra.

O absolutismo na Inglaterra

A afirmação do poder real na Inglaterra tem início no século XVI, com a dinastia Tudor. Henrique VIII, segundo rei dessa dinastia, conseguiu impor sua autoridade à nobreza, promoveu a unificação do país e chocou-se com o papado, o que lhe permitiu, ao mesmo tempo, afastar a ingerência do poder universal, assumir o controle da Igreja Anglicana e confiscar os bens da Igreja Católica, especialmente as terras dos mosteiros.

Filha de Henrique VIII e Ana Bolena, Elizabeth assumiu o poder em 1558, após a morte de sua irmã Maria Tudor, governando a Inglaterra até 1603. Seu temperamento forte a levava a governar de forma absoluta, com a ajuda do seu *Conselho Privado*, composto por um pequeno número de conselheiros fiéis, dentre os quais se destacou Sir William Cecil. Esforçou-se sempre no sentido de evitar a convocação do *Parlamento*, criado pela *Carta Magna* de 1215, de quem dependia a aprovação da cobrança de impostos. Dividido em duas câmaras, a *Câmara dos Comuns* (constituída por deputados eleitos nos burgos e nos condados) e a *Câmara dos Lordes*, o Parlamento foi importante no apoio a sua política religiosa.

Com a introdução do *anglicanismo* surgiram muitas oposições: da parte dos calvinistas, também chamados *independentes* ou *não-conformistas*; da parte dos calvinistas radicais, os *puritanos*; da parte dos *católicos*, que realizaram várias conspirações contra o Estado. Com sabedoria, a rainha manobrou a política religiosa dando maior importância a seu conteúdo calvinista em detrimento de sua forma católica. Do ponto de vista social isto significava pressionar a nobreza (reduto católico) e angariar o apoio da burguesia (reduto protestante). Quando mandou decapitar sua prima Maria Stuart — rainha deposta da Escócia, católica apoiada pelo papa e pelo Rei Filipe II da Espanha — deu uma grande demonstração de força. Em 1588, a destruição da Invencível Armada mandada pelos espanhóis inaugurou uma nova fase no concerto das hegemonias européias.

O resultado dessa ação eficiente foi o notável desenvolvimento econômico da Inglaterra. Por volta de 1570 avançou a indústria de tecidos de lã e a exploração das minas de carvão. O comércio internacional desenvolveu-se intensamente, estimulando a construção naval. O avanço da pirataria legitimada pelo Estado (os corsários) sobre o império colonial espanhol e português trouxe enormes lucros. A formação de companhias regulamentadas, como a Companhia dos Mercadores Aventureiros e a famosa Companhia Inglesa das Índias Orientais, organizou a exploração comercial, principalmente do tráfico de escravos negros da costa da África para a América. O desenvolvimento das companhias foi estimulado pela concessão

de monopólios. A indústria foi protegida pela elevação dos impostos alfandegários.

A prosperidade econômica dinamizou a sociedade. Setores da nobreza passaram a produzir para vender no mercado, dando origem à nobreza progressista, a *gentry*, cuja finalidade básica era a ampliação das áreas de pastagem, o que a levou a cercar as terras comuns usadas pelos pobres. A burguesia mercantil das cidades portuárias, principalmente de Londres, passou a ganhar importância na Câmara dos Comuns. Os camponeses, pequenos agricultores com posse mas sem a propriedade legal da terra (*yeomen*), produzindo para o mercado, aumentavam sua ambição. Os artesãos, que se multiplicavam rapidamente, mas permaneciam numa situação econômica e social difícil, impuseram o famoso *Estatuto dos Artesãos*, de 1563, e a *Lei dos Pobres*, 1572-1601. O primeiro regulamentava a atividade dos artesãos e o segundo impunha um imposto obrigatório aos habitantes das comunidades para sustentar os pobres e desamparados.



A criação das grandes companhias de comércio enriqueceu e dinamizou as cidades inglesas, como Londres.

Documentos básicos

Programa político do Cardeal de Richelieu.

"Quando VM resolveu dar-me ao mesmo tempo tanto a entrada no seu Conselho quanto grande parte de sua confiança para a direção dos negócios, posso dizer na verdade que os huguenotes partilhavam o Estado, que os Grandes comportavam-se como se não fossem seus súditos, e os mais poderosos governadores das Províncias como se fossem soberanos nos seus cargos... Prometi-vos empregar toda a minha indústria, e toda a autoridade que vos agradasse dar-me, para arruinar todos os vossos súditos e erguer vosso nome no lugar em que deveria estar entre as nações estrangeiras."

CARDEAL DE RICHELIEU. *Testament politique*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps...*, p. 119.

A monarquia absoluta vista por Bossuet.

"Deus estabelece os reis como seus ministros e reina através deles sobre os povos... Os príncipes agem, portanto, como ministros de Deus e seus lugares-tenentes sobre a Terra... É por isso que vimos que o trono real não é o trono de um homem, mas o próprio trono de Deus... Aparece de tudo isso que a pessoa do rei é sagrada e que atentar contra sua vida é um sacrilégio. Deus fê-lo ungir por seus profetas com uma unção sagrada, como faz ungir os pontífices em seus altares."

BOSSUET. *Politique tirée de l'Ecriture Sainte*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps...*, p. 186.

Memória de Luís XIV para instrução do delfim.

"Eu me impus por lei trabalhar regularmente duas vezes por dia. Eu ordenei aos quatro secretários de Estado que nada assinassem sem falar-me, o mesmo ao superintendente, que nada fizesse nas finanças sem ser registrado num livro, que deveria permanecer comigo, com um extrato num livro, onde eu pudesse em qualquer momento ver, num relance, o estado dos fundos e das despesas feitas e por fazer... Eu tinha resolvido sobretudo a não ter primeiro-ministro algum, e não deixar outro exercer a função de rei, ficando eu apenas com o título. Mas, pelo contrário, eu quis dividir a execução de minhas ordens entre várias pessoas a fim de reunir em mim toda a autoridade... Nenhum governador há que se não atribua direitos injustos, nem tropas que não vivam em dissolução, nem gentil-homem que não tire os camponeses, nem arrecadador, nem feitor, nem sargento que não pratique nas suas atribuições uma insolência tanto mais criminosa quanto ela se serve da autoridade dos reis para apoiar sua injustiça..."

Nessa desordem geral parece impossível ao mais justo não se corromper... Entretanto, de todos estes crimes, o público é a única vítima. É apenas em detrimento dos fracos e dos miseráveis que tantos pretendem construir suas monstruosas fortunas. Em vez de um único rei que os povos deveriam ter, eles têm ao mesmo tempo mil tiranos, entretanto, com a diferença de que as ordens do príncipe legítimo são sempre justas e moderadas, porque fundadas na razão."

Mémoires de Louis XIV pour l'instruction du delfin. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps...*, p. 187-9.

Datas e fatos essenciais

- 1520: Surgimento dos primeiros protestantes em Paris.
- 1558: Início do governo da Rainha Elizabeth I.
- 1559: Reinado de Francisco II.
- 1570: Editto de Saint-Germain.
- 1572: Noite de São Bartolomeu.
- 1589: Morte de Henrique III da França.
- 1598: Editto de Nantes, que dá liberdade religiosa aos protestantes.
- 1610: Assassinato de Henrique IV.
- 1642: Morte de Richelieu.
- 1643: Início do reinado de Luís XIV.
- 1685: Revogação do Editto de Nantes.
- 1715: Morte de Luís XIV.

Resumo

1. O Estado absolutista é um Estado autocrático e corresponde a uma configuração especial da sociedade nesse momento histórico.
2. O processo de centralização teve início na Baixa Idade Média, para consolidar-se no século XVI, quando se define o Estado burocratizado e racional.
3. A França foi o exemplo mais acabado do absolutismo. Na Alemanha e na Itália preponderaram os poderes locais. Nos Países Baixos surgiu a República das Províncias Unidas, uma notável exceção.
4. O poder absoluto tinha por base social os antagonismos de classe, extremamente intensificados pelas enormes disparidades entre o clero, a nobreza e o terceiro estado.
5. O poder era exercido pessoalmente pelo rei ou este encarregava um primeiro-ministro de fazê-lo, com base numa burocracia organizada.

6. Os teóricos do absolutismo apresentavam o rei como a própria encarnação da vontade divina e os únicos limites para seu poder eram as leis fundamentais do reino, baseados no costume e na lei divina.
7. Na França, o absolutismo foi retardado pelas lutas religiosas. Só na segunda metade do século XVII, com Luís XIV, é que o absolutismo foi implantado; em compensação surgiu na sua forma mais radical
 - a) O primeiro massacre de protestantes na França, o de Vassy, deu-se no reinado de Francisco II e desencadeou a guerra entre católicos e protestantes.
 - b) Em 1572, Catarina de Médicis e Henrique de Guise convenceram o Rei Carlos IX a reprimir os protestantes, precavendo-se contra uma hipotética conspiração. O rei deixou-se convencer e autorizou a "Noite de São Bartolomeu".
 - c) Na disputa conhecida como a "Guerra dos três Henriques" — Henrique III, Henrique de Guise e Henrique de Navarra —, restou Henrique de Navarra, que assumiu o trono como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo. Ele foi o iniciador da dinastia dos Bourbon.
 - d) Em 1598, visando pacificar católicos e protestantes, Henrique IV promulgou o Editto de Nantes, estabelecendo a liberdade religiosa na França.
 - e) No reinado de Luís XIII, a figura mais importante foi Richelieu, que tudo fez para aumentar o poder real, bastante abalado pelas disputas religiosas.
8. Com a morte do Cardeal Mazzarino, Luís XIV assumiu pessoalmente o governo, que iria caracterizar-se como o melhor exemplo do absolutismo real na Europa.
 - a) Luís XIV conseguiu implantar o absolutismo jogando com a burguesia e a nobreza. Concedeu favores e monopólios à primeira e atraiu os nobres para a corte, a fim de melhor controlá-los.
 - b) "L'État c'est moi" define a visão absolutista de Luís XIV, conhecido também como o "Rei Sol". Seu poder absoluto era considerado de origem divina, e ele o defensor e juiz supremo da pátria.
9. O absolutismo na Inglaterra foi iniciado por Henrique VIII, da dinastia Tudor, e consolidado por Elizabeth I.
 - a) Elizabeth governou com o apoio do Conselho Privado e poucas vezes convocou o Parlamento.
 - b) A condução da política religiosa foi fundamental para fortalecer o poder do Estado.
 - c) O desenvolvimento agrícola, comercial e industrial foi o resultado da eficiente ação do Estado.
 - d) O desenvolvimento econômico provocou transformações sociais, dinamizando a burguesia mercantil e a nobreza progressista.

O SISTEMA DA ÉPOCA MODERNA

O mercantilismo

Entende-se por mercantilismo o conjunto de idéias e práticas econômicas dominantes na Europa entre os séculos XV e XVIII. Seu período de dominação corresponde à fase de transição do feudalismo ao capitalismo, portanto, à era de acumulação originária do capital; isto é, trata-se da política econômica do capitalismo comercial.

O objetivo direto da política mercantilista era o fortalecimento do Estado; o objetivo indireto, o enriquecimento da burguesia. Numa primeira fase de seu desenvolvimento histórico o mercantilismo correspondeu mais às necessidades do Estado, sem deixar, indiretamente, de beneficiar a burguesia. Numa fase final, a meta era o interesse da burguesia, colocando o Estado em segundo plano.

A prática econômica mercantilista

A política econômica desenvolvida pelas cidades na Baixa Idade Média foi o modelo inicial do mercantilismo. Tais municipalidades procuravam equilibrar a oferta e a procura, evitavam a concorrência intervindo na produção, estabeleciam preços máximos para os produtos agrícolas e mínimos para os produtos industriais. Disso resultava um verdadeiro colonialismo urbano sobre a zona rural. Com a formação das monarquias nacionais tais princípios foram estendidos ao conjunto do território.

Para atingir seus objetivos fundamentais, isto é, dar força ao Estado e enriquecer a burguesia, tornava-se indispensável promover a expansão econômica que desse mais lucros e ampliasse a capacidade tributária da população. Na medida em que se considerava que as trocas realizadas no mercado interno eram estéreis — não produziam riqueza — e que somente as trocas realizadas com as outras nações poderiam dar vantagens reais, desenvolveu-se uma agressiva competição comercial. Para essa agressividade concorreu, ainda mais, a idéia de que o conjunto das trocas em escala mundial era constante; portanto, se alguém aumentasse suas exportações certamente alguém teria de perder.

A acumulação de moedas dentro do país — o *metalismo* — era o sinal concreto de que os objetivos tinham sido atingidos, na medida em que a maior exportação resultava na entrada de moedas no país. Houve, pois,

uma identificação entre a riqueza de um país e a quantidade de moedas em circulação, adotando-se medidas severas para evitar o extravasamento monetário para outros países.

A manutenção de uma *balança comercial favorável* foi o recurso encontrado para manter o saldo monetário: exportar mais e importar menos, garantindo o fluxo monetário. Evidentemente, para o perfeito funcionamento da balança comercial, o Estado teria de adotar medidas intervencionistas, desenvolvendo a prática do *monopólio*, o direito exclusivo do monarca sobre a economia, aplicado tanto na metrópole quanto na colônia. Para o perfeito funcionamento do monopólio foi necessário adotar uma política *protecionista*, que garantia sua existência através de medidas fiscais, alfandegárias ou mesmo militares, como acontecia, por exemplo, no combate ao contrabando nas áreas coloniais.

Evidentemente, tanto o monopólio quanto o protecionismo eram aplicados com dificuldade nas relações comerciais entre as metrópoles européias. Nessa medida, o espaço de aplicação ideal dos elementos que mantinham a balança comercial favorável era a colônia. Por esta razão, o *sistema colonial* tornou-se a peça central da política mercantilista.

Partindo da idéia central de que a acumulação maior de riquezas se fazia nas operações mercantis, todas as demais atividades foram condicionadas às necessidades do comércio exterior. Proibiu-se a importação de mercadorias que concorressem com os produtos nacionais, permitindo-se apenas a de artigos indispensáveis à indústria do país e impediu-se a exportação de qualquer tipo de matéria-prima que pudesse alimentar as indústrias estrangeiras concorrentes. O preço das matérias-primas e dos alimentos, bem como os salários rurais e urbanos foram rebaixados de forma a aumentar a capacidade de competição internacional. Estimulou-se a natalidade, que além de baratear a mão-de-obra contribuía para aumentar a força militar do país. A emigração para as colônias foi estimulada para dinamizar nelas a produção e o consumo. Recorreu-se também à prática de importar artesãos especializados de outros países para aperfeiçoar o nível da produção. O resultado final foi a dinamização das atividades econômicas que transferiam renda das camadas dedicadas aos trabalhos agrícolas e artesanais para a burguesia mercantil — que operava no mercado internacional — e para os cofres do próprio Estado.

Tipos de mercantilismo

Apesar de nunca ter-se constituído num conjunto doutrinário perfeito e coerente, o mercantilismo apresentou uma série de características comuns, assentadas na noção de balança comercial, de monopólio, de protecionismo e de sistema colonial. Evidentemente, a prática mercantilista variou de país para país, de acordo com as condições locais, que deram origem a variados tipos de mercantilismo. O elemento estratégico dessa variação foi a posse ou não de colônias, e o tipo específico dessas colônias: se eram colônias

fornecedoras de metais preciosos ou especiarias, ou simples colônias de povoamento.

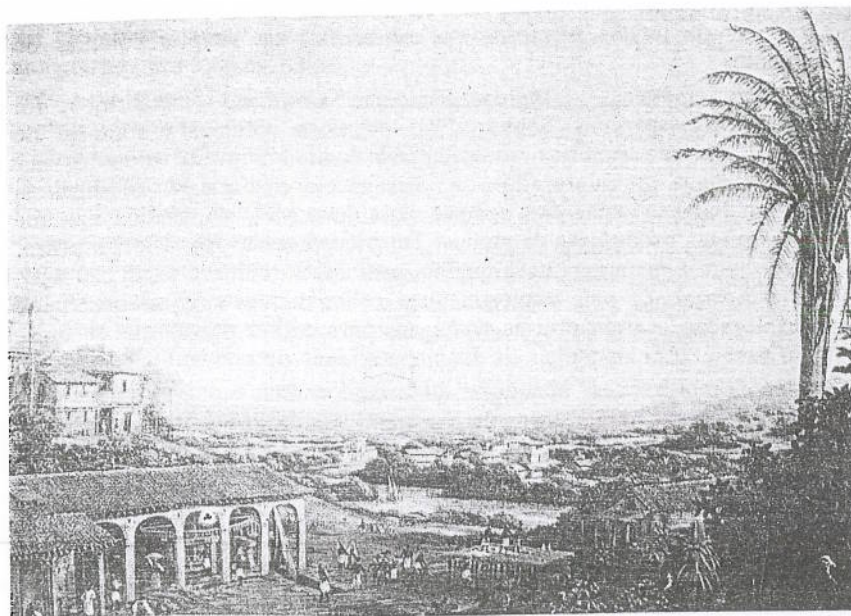
A forma clássica do mercantilismo, o *bulionismo* (metalismo), foi praticada pelos espanhóis. Senhores que eram de colônias produtoras de metais preciosos na América, os espanhóis podiam importar todos os alimentos e artigos manufaturados que desejassem dos países estrangeiros, porque sua balança comercial sempre seria favorável, na medida em que tinham as minas produtoras de metais. Tal procedimento foi, a longo prazo, desastroso para a economia da Espanha, pois desestimulou a produção agrícola e industrial. O país explorou suas colônias mas não se beneficiou dessa exploração, e transferiu as vantagens para outros países, que se organizaram para extrair os metais da Espanha através do comércio.

A economia francesa ajustou-se, de certa forma, à economia espanhola, desenvolvendo suas manufaturas de luxo para atender o mercado sofisticado existente na Espanha, e expandindo suas companhias de comércio e a construção naval. A política industrialista francesa passou a ser identificada com Colbert, o ministro que mais a estimulou; daí o *colbertismo* ser sinônimo de *mercantilismo industrial*.

Na Inglaterra, país sem um grande império colonial e sem capacidade de competição com a indústria francesa de luxo — de antiga tradição —, desenvolveu-se o *mercantilismo comercial*. Este consistia no desenvolvimento da idéia de comprar mais barato e vender mais caro, de ganhar no frete, de estimular a indústria de construção naval e, principalmente, de formar grandes companhias de comércio, privilegiadas pelo Estado, tais como a famosa Companhia Inglesa das Índias Orientais, os Mercadores Aventureiros, a Companhia da Moscovia, a Companhia do Levante e outras mais. Após a Revolução Inglesa do século XVII, as práticas monopolistas internas foram destruídas, mas foram reforçadas no plano externo através dos Atos de Navegação.

Nas Províncias Unidas — Holanda — desenvolveu-se um tipo eficiente de *mercantilismo comercial e industrial*. Os holandeses ampliaram a indústria naval, assumiram quase por completo o tráfico marítimo internacional no século XVI, formaram poderosas companhias de comércio e construíram um grande centro financeiro em Amsterdã. As numerosas refinarias de açúcar de Antuérpia deram à Holanda o monopólio da distribuição do açúcar no norte da Europa. As companhias de navegação, apoiadas pelo Estado — com o qual praticamente se confundiam — e pelo Banco de Amsterdã — criado para financiá-las —, garantiam a força operacional necessária para dominar os mercados orientais de especiarias. A Companhia das Índias Orientais, criada em 1602, teve tal êxito que logo se multiplicaram em toda a Europa exemplos similares, principalmente na Inglaterra.

Na Alemanha, à falta de um Estado unificado para conduzir a política econômica, as ligas das cidades mercantis organizaram-se com o objetivo de proteger seu comércio marítimo, agindo como intermediárias sobretudo no comércio de cereais da Europa Oriental para o Ocidente. Era o chamado *mercantilismo cameralista* alemão.



Portugal foi o pioneiro no mercantilismo de plantagem, com o plantio da cana-de-açúcar no Brasil.

Entre todos os países que aplicaram essa política, Portugal foi aquele que o fez com maior sensibilidade prática. No século XVI, com o descobrimento do caminho marítimo para as Índias, pôs em prática o *mercantilismo comercial*, comprando as especiarias no Oriente e revendendo-as em Lisboa. Com o aumento da concorrência nas Índias e o declínio da lucratividade concentrou sua atenção no Brasil, onde foi pioneiro no *mercantilismo de plantagem*, baseado na produção de produtos tropicais destinados ao mercado europeu. No século XVIII, com o descobrimento do ouro nas Minas Gerais, praticou o *mercantilismo metalista*. Com a crise do ouro brasileiro, na segunda metade desse século, dinamizou as atividades industriais, visando abastecer o mercado brasileiro e diminuir as importações de outros países europeus; inaugurou assim uma fase do *mercantilismo industrial*, com a diferença essencial de ser essa uma indústria voltada para o abastecimento do mercado colonial, daí a produção de manufaturas rústicas.

O sistema colonial

O sistema colonial enquadra-se dentro do capitalismo comercial e da política mercantilista. A conquista e a exploração das colônias é mesmo o elemento essencial dessa política econômica. A colônia existe em função das necessidades metropolitanas, cumprindo o seu papel na medida em que contribui decisivamente para a manutenção da balança comercial favorável, transferindo lucros para a burguesia mercantil e para o Estado. Sua

exploração é regida pelo monopólio, constituindo-se num centro "exclusivo" de exploração metropolitana. Sua economia deve ser complementar e jamais concorrer com a produção da mãe-pátria. Na colônia era possível a aplicação da noção mais importante do mercantilismo, isto é, comprar as mercadorias pelo preço mais baixo e vendê-las pelo preço mais alto possível. Evidentemente, nas colônias não se poderia desenvolver a produção manufatureira, pois concorreria com a metrópole, com o seu comércio, e desviaria a mão-de-obra das atividades mais lucrativas para a metrópole.

Documentos básicos

A idéia metalista.

"Um país se torna tanto mais rico quanto mais dinheiro ou ouro recebe da terra ou de alguma parte, e mais pobre quanto mais ouro sai dele."

SCHROEDER, F. *Furstliche Schatz-und-Rent-Kemmer*, 1686.

A noção de balança comercial.

"Os meios ordinários, portanto, para aumentar nossa riqueza e tesouro são pelo comércio exterior, para o que devemos sempre obedecer a esta regra: anualmente, vender aos estrangeiros mais, em valor, do que consumimos deles."

MUN, T. *England's treasure by foreign trade*, 1664.

A noção de mercado inelástico.

"As nossas perdas são equivalentes aos lucros realizados pelo estrangeiro... Um país não ganha sem que outro perca."

MONTCHRETIEN, A. *Traité d'économie politique*, 1615.

A política protecionista.

"O comércio é de fato o direito das gentes, mas o príncipe tem o poder de restringi-lo como quiser, limitá-lo como lhe aprouver, onerá-lo ou aliviá-lo de imposições, principalmente no que diz respeito aos estrangeiros."

MONTCHRETIEN, A. *Traité d'économie politique*, 1616.

A política manufatureira.

"Poder-se-ia perguntar o que importa mais para acrescentar uma cidade, se cultivar a terra ou a indústria do homem. E vale mais a indústria, porque são de

maior estima e preço as coisas produzidas pelas artificiosas mãos do homem do que as que são engendradas pela natureza.”

BOTERO, J. *La razón de Estado*, 1603.

A importância da população numerosa.

“A riqueza de uma cidade, ou de uma nação, consiste na multidão de habitantes.”

CHILD, J. *New discourses on trade*, 1669.

A importância das colônias.

“As colônias não podem esquecer jamais o que devem à mãe-pátria pela prosperidade de que desfrutam. Devem, por consequência: dar à metrópole maior mercado aos seus próprios produtos, dar ocupação ao maior número de seus manufatureiros, artesãos e marinheiros; fornecer-lhes uma maior quantidade de artigos de que ela precisa.”

POSTLETHWAYT. *Britain's commercial interest explained*, 1747.

Datas e fatos essenciais

Século XVI: Início das práticas mercantilistas sistemáticas.

Século XVIII: Críticas ao mercantilismo e início do liberalismo.

Resumo

1. O mercantilismo é um conjunto de práticas e idéias econômicas dominantes na Europa na fase de transição do feudalismo para o capitalismo.
2. É a política econômica do capitalismo comercial e corresponde aos interesses dos Estados nacionais e da burguesia mercantil.
3. Os elementos essenciais da prática mercantilista são: balança comercial favorável, política monopolista, protecionismo e sistema colonial.
4. Surgiram vários tipos de mercantilismo: **metalista** na Espanha, **industrial** na França, **comercial** na Inglaterra, **comercial** e **industrial** na Holanda e **cameralista** na Alemanha.
5. O sistema colonial era o enquadramento da colônia nas diretrizes da política mercantilista, isto é, garantia de mercado exclusivo para o comércio metropolitano.
6. A função básica da colônia era prover os lucros necessários para a burguesia mercantil do reino e os impostos para o Estado, através da manutenção de uma balança favorável com as outras nações.

O SISTEMA DA ÉPOCA MODERNA

A colonização européia

O processo de colonização durante os séculos XVI e XVII está intimamente ligado à expansão comercial e marítima européia, ao fortalecimento das monarquias nacionais absolutistas e à política mercantilista, que reflete na prática a teoria do capitalismo comercial.

No início do século XVI a corrida colonial voltou-se para as Índias Orientais, em virtude da atração representada pelas especiarias que alcançavam altos preços no mercado europeu. Aos poucos, entretanto, o Novo Mundo descoberto por Colombo e Cabral começou a atrair a atenção das potências européias, iniciando-se então uma verdadeira corrida colonial para o continente descoberto.

O mecanismo da exploração das novas terras descobertas foi orientado pela política mercantilista dentro dos quadros do monopólio e do protecionismo. As variações nos tipos de colonização decorriam basicamente da riqueza oferecida pela colônia à sua metrópole.

Por isso, apesar de os mecanismos gerais da colonização serem semelhantes, historicamente podemos distinguir diferenças nas colonizações espanhola, portuguesa, inglesa, holandesa e francesa.

A colonização espanhola

Os descobrimentos marítimos espanhóis começaram tardiamente em relação aos portugueses, como consequência dos problemas políticos e militares com os mouros que dominavam a Península Ibérica, dificultando a centralização política. Depois dos primeiros contatos com a terra descoberta por Colombo, os espanhóis começaram a colonização ocupando a Ilha de Hispaniola (Haiti). Daí partiram os “conquistadores” Fernando Cortés e Francisco Pizarro para a conquista do México (aos astecas) e do Peru (aos incas). Os metais preciosos, que tanto faltavam na Europa, sobravam nas terras da América do Sul.

Estabeleceu-se então um sistema de organização administrativa que visava ao controle direto da Espanha sobre a colônia espanhola, que foi dividida em quatro vice-reinos: Nova Espanha (México e América Central),

Nova Granada (Equador, Colômbia, Venezuela e Panamá), Peru (Peru, Bolívia e Chile) e Rio da Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai).

O sistema colonial espanhol voltou-se exclusivamente para a obtenção de metais preciosos — a colonização no sentido da exploração agrícola foi deixada de lado. Delimitou-se a área economicamente mais importante, representada pelo golfo do México, o porto de Vera Cruz, de onde saíam a prata e o ouro explorados em direção a Sevilha, cuja Casa de Contratação controlava todo o comércio colonial.

A necessidade de trabalho para exploração das minas levou à escravização dos índios e à importação de negros adquiridos dos portugueses que dominavam as fontes de abastecimento na África. A escravização dos gentios foi disfarçada no sistema de *encomiendas*, pelo qual o proprietário da terra tinha direito de receber dos índios um pagamento em trabalho, devendo em troca cristianizá-los.

Os espanhóis que vinham para a América tinham uma situação privilegiada na sociedade colonial. Já os filhos de espanhóis nascidos na América, os *criollos*, ficavam em situação inferior.



Para extrair o ouro e a prata da América, os espanhóis subjugaram e escravizaram os nativos.

A colonização portuguesa no Brasil

A ocupação do Brasil pelos portugueses no século XVI faz parte do processo geral de conquista e colonização de novas áreas empreendido pelas grandes nações européias. Nesses termos, a exploração do Brasil foi realizada através da produção destinada ao mercado (*mercantil*), organizada com base no trabalho obrigatório de escravos negros africanos (*escravista*) e atendendo essencialmente aos interesses metropolitanos (*colonial*).

O declínio da lucratividade do comércio português no Oriente em razão do aumento da concorrência, bem como a pressão das nações européias desejosas de ocupar novas terras levaram os portugueses a tomar a iniciativa da colonização efetiva. Com base nas experiências adquiridas na colonização das ilhas do Atlântico — onde foram pioneiros na produção açucareira — os portugueses deram início à empresa agrícola no Brasil, transformando-o numa economia complementar, destinado a fornecer produtos para o mercado internacional. Três elementos eram fundamentais para dar prosseguimento a esse tipo de exploração: a dominação política que a metrópole exercia sobre a colônia; a garantia de exclusividade do comércio colonial para Portugal; o desenvolvimento da produção com base no trabalho escravo.

A partir da segunda metade do século XVI e até o século XVII, o açúcar foi a base da economia colonial. A descoberta de ouro nas Minas Gerais mudou a estrutura da economia colonial, suplantando o açúcar como principal produto.

Quando a extração de ouro declinou, no fim do século XVIII, o açúcar voltou a ser a principal fonte de renda para Portugal, no Brasil. Mas, então, o fim do período colonial brasileiro já estava próximo.

A colonização inglesa

Como os espanhóis concentrassem suas atenções na América do Sul e Central, a América do Norte ficou livre e foi explorada pelos ingleses. Depois das primeiras viagens exploratórias efetuadas por Giovanni Caboto, que atingiu a região do Labrador, no Canadá, tiveram início as tentativas colonizadoras.

Vários fatores contribuíram para que esta colonização tivesse um caráter *ocupacional*, diferente da colonização espanhola. As colônias de povoamento foram o resultado de problemas políticos, religiosos e sociais da Europa. As guerras, os choques religiosos produziam descontentes que saíam à busca de novas terras onde pudessem fugir da intolerância religiosa e política, e a terra, símbolo de poder e prestígio na Europa, existia em abundância na América. Também homens do governo ou empreiteiros ligados ao Estado buscavam a riqueza, a expansão do Cristianismo e o enaltecimento nacional. Havia ainda os infelizes, desde criminosos até vagabundos, que vieram por conta própria ou foram involuntariamente alugados para trabalhar no Novo Mundo.

Quase todos os colonizadores europeus visavam à riqueza sob a forma de metais ou produtos exóticos tropicais. Já os ingleses viam com clareza que as colônias poderiam converter-se, no futuro, em importantes mercados para as manufaturas da metrópole. Os espanhóis eram os melhores importadores dos ingleses, e assim a prata e o ouro dos espanhóis acabaram indo

parar na Inglaterra. Mais tarde a Espanha rompeu com a Inglaterra, como vimos anteriormente, e a necessidade de novos mercados tornou-se premente para os ingleses.

Sir Humphrey Gilbert e Sir Walter Raleigh foram os dois primeiros ingleses a fazerem tentativas sérias de colonização nas terras da América do Norte, na região da Virgínia. Duas companhias foram fundadas para explorar as colônias inglesas: a Companhia de Londres, que ficou com a porção meridional, e a de Plymouth, com a parte setentrional. Essas companhias significavam de certa forma um esforço oficial no sentido de conseguir a ocupação das terras. No início do século XVIII já estavam delineadas as treze colônias da América do Norte. As colônias do Norte eram constituídas principalmente de pequenos proprietários, refugiados políticos ou religiosos — eram as colônias da Nova Inglaterra: Nova Hampshire, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut. No centro desenvolviam-se várias atividades — era a região mais urbanizada: Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Delaware. No Sul — Maryland, Virgínia, Carolinas e Geórgia — dominava a grande propriedade escravista voltada para a produção de arroz, anil e tabaco, destinados à exportação para a Europa.

Como as terras sobravam e faltava mão-de-obra, a ocupação econômica representou sempre um problema muito difícil: da Europa, os artesãos especializados não viriam aventurar-se na América. Assim, nas colônias mais pobres, como as da Nova Inglaterra onde a pequena propriedade, a pesca e a produção de petrechos navais constituíam-se nas atividades básicas, a oferta de terra era o único estímulo capaz de atrair europeus para trabalhar na América. Adotou-se então a política de contratar trabalhadores europeus. Pagava-se a sua passagem com a condição de que ele trabalhasse durante alguns anos para o seu patrão, geralmente sete anos. Esses trabalhadores eram chamados *resgatados* (porque conseguiam recuperar a sua liberdade depois de alguns anos de trabalho forçado).

Para as colônias do Sul que produziam para o mercado europeu, este tipo de trabalhador era insuficiente. A alternativa foi a escravidão negra, africana. No Sul, o escravo negro podia ser ocupado no trabalho durante todo o ano, porque as condições climáticas eram favoráveis. O mesmo não acontecia no Norte, onde o trabalhador ficava inativo durante todo o inverno.

Quanto à política mercantilista inglesa na América, não havia muita preocupação com as colônias: faziam vista grossa ao contrabando, ao comércio intercolonial, ao comércio das colônias com as Antilhas francesas ou espanholas. Somente com os Atos de Navegação de 1651 é que os ingleses passaram a se preocupar seriamente com as suas colônias na América. Mesmo assim, a fiscalização do contrabando só se tornou mais rigorosa com a criação dos tribunais marítimos em 1696, que representavam já a tendência policial do governo da metrópole, que caracterizaria toda primeira metade do século XVIII, e que levaria as colônias à independência política.

A colonização holandesa

As sete províncias do norte dos Países Baixos — Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Overissel, Frísia e Groningue — formaram a República das Províncias Unidas depois de uma longa guerra de independência contra a Espanha; essa independência ficou reconhecida no Tratado de Westfália, de 1648. O novo Estado representou uma exceção muito importante na história política dos tempos modernos, pois antecipou em mais de um século a preponderância das formas republicanas de governo do século XX.

O governo de cada uma das províncias era formado por uma Assembleia composta por burgueses, clérigos e nobres. As províncias nomeavam um chefe de Estado (*Stathouder*), membro da família de Orange, que detinha o poder executivo. Os *Estados Gerais*, compostos por delegados das províncias, assessoravam o *Conselho de Estado*, constituindo-se nos principais órgãos federais.

Foi notável a expansão econômica dos holandeses. Contando com uma localização marítima vantajosa, com a crise econômica do antigo centro comercial de Antuérpia, com o declínio dos portos hanseáticos e do Báltico e com a decadência de Portugal e Espanha, assumiram a hegemonia nos transportes marítimos. Sua frota correspondia à metade da frota marítima europeia da época, em termos de tonelagem. Para operar esse imenso tráfico mundial, criaram grandes companhias de comércio e navegação, especialmente a Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602) e a Companhia das Índias Ocidentais (1621), destinada especialmente ao tráfico de escravos nas Antilhas e ao contrabando com a América espanhola. As mercadorias originárias de todas as partes do mundo eram levadas para Amsterdã e reexportadas, deixando enormes lucros.

A colonização holandesa, sob a forma de entrepostos comerciais simples ou de verdadeira ocupação, difundiu-se pelos continentes. Instalaram-se na América, nas Antilhas (Curaçau) e na Guiana (Suriname). Temporariamente ocuparam grande parcela do Nordeste brasileiro, depois da conquista de Pernambuco em 1630. Na América do Norte, na desembocadura do rio Hudson, fundaram Nova Amsterdã, atual Nova York. Na África fundaram entrepostos na Guiné e firmaram posição na localidade estratégica do Cabo. No Oriente tomaram Ceilão e Malaca, constituindo um grande império marítimo nas ilhas de Sonda. Fundaram Batávia na ilha de Java e outros estabelecimentos nas costas da China e do Japão.

A colonização francesa

Os franceses não reconheciam o direito de espanhóis e portugueses (Tratado de Tordesilhas) sobre as terras do Novo Mundo, nem se conformavam por terem chegado atrasados ao continente americano. Fizeram

capitalista e o rei uma ocupação feudal. Discordaram quanto aos impostos, pois, procurando ter autonomia financeira, o rei pretendia o monopólio da comercialização da indústria de tecidos, o que certamente o tornaria independente do Parlamento no que diz respeito a recursos, considerando-se que ele possuía rendas de suas próprias terras e de outros monopólios.

Com a morte de Jaime I em 1625 subiu ao trono seu filho Carlos I, que governou normalmente até 1640, quando começou a Revolução. As guerras no exterior — especialmente a intervenção a favor dos protestantes franceses em La Rochelle (França) — obrigaram-no a convocar o Parlamento em 1628. Um Parlamento hostil, liderado por Eliot e Pym, impôs ao rei a *Petição dos Direitos*; nela exigiam o controle da política financeira e o controle da convocação do exército, ao mesmo tempo em que se negavam a aprovar rendas fixas, exigindo com isso uma regularidade na convocação do Parlamento. Em 1629 o rei dissolveu o Parlamento, que somente voltaria a se reunir em 1640.

Governando sem Parlamento, Carlos I apoiou-se na *Câmara Estrelada*, espécie de tribunal judiciário ligado ao *Conselho Privado* do rei. Dentre seus assessores destacaram-se o ministro conde de Strafford e o arcebispo de Canterbury, Laud, responsáveis pela repressão violenta dominante no período. A emigração para a América do Norte cresceu intensamente. Necessitando de dinheiro, o rei passou a cobrar, a partir de 1634, antigos impostos caídos em desuso, como o *Ship Money*. Originariamente cobrado sobre as cidades portuárias para combater a pirataria, esse imposto foi estendido a todo o reino. A oposição ao pagamento foi conduzida por Hampden, primo de Oliver Cromwell. Como a forma de enquadrar os dissidentes era através da política religiosa, Carlos I tentou uniformizar o reino impondo o anglicanismo aos escoceses, que eram calvinistas (presbiterianos). Os escoceses rebelaram-se e invadiram o norte da Inglaterra. Premido pelas circunstâncias, Carlos I convocou o Parlamento em abril de 1640, para dissolvê-lo no mês seguinte. Sem opções, convocou novamente o Parlamento em novembro de 1640. Este é o *Longo Parlamento*, pois manteve-se praticamente até 1653.

O movimento revolucionário de 1640

O Parlamento impôs duras condições ao rei. Destruiu a Câmara Estrelada e Strafford foi preso e executado em 1641; Laud, também aprisionado, foi decapitado em 1645. O rei passaria a não poder ter exército permanente; a política tributária e religiosa seria conduzida pelo Parlamento, que se reuniria regularmente a cada três anos, independentemente da convocação real. O rei foi acusado de ser o responsável pelo levante na Irlanda católica em 1641, e o Parlamento dirigiu-lhe a *Grande Remonstrance* (Repreensão). Em janeiro de 1642, o monarca foi pessoalmente ao Parlamento, exigindo a prisão dos cinco principais líderes oposicionistas. Houve uma reação violenta, cuja base foram as milícias urbanas convocadas em apoio ao Parlamento: começava a guerra civil.

O rei retirou-se para Nottingham e transformou Oxford em seu quartel-general. Convidou o Príncipe Rupert para comandar o exército dos *cavaleiros*, apoiado pelos nobres do oeste e de uma parte do norte, bem como por uma parcela de ricos burgueses, inquietos com as desordens populares. Eram cerca de 20 000 soldados. Do outro lado, o exército do Parlamento foi organizado por Oliver Cromwell. Composto sobretudo pelos camponeses (*yeomen*), com apoio financeiro da burguesia londrina e da *gentry*, tal exército foi organizado em novo estilo: a ascensão no exército não se fazia por nascimento e sim por merecimento, estimulando-se entre os soldados a participação em comitês que debatiam os problemas da corporação. Seus *cabeças redondas* (por não usarem perucas) foram decisivos na batalha final de Naseby, em 1645, quando as tropas realistas foram derrotadas. O Rei Carlos I refugiou-se na Escócia, sendo aprisionado e vendido pelo Parlamento escocês ao Parlamento inglês.

Vencido o rei, criava-se agora um novo problema: alguns setores do Parlamento pensavam que era o momento oportuno para um acordo com a realza em condições vantajosas e passaram a conspirar com o rei contra o exército. Este, por sua vez, estava extremamente organizado e influenciado por grupos radicais — como os *niveladores* —, que queriam evitar a desmobilização do exército e o não pagamento dos salários, como pretendia o Parlamento. Aprofundou-se a diferença entre as elites do exército — os *grandes* — e as suas bases, influenciadas pelos niveladores, que tinham um projeto político muito avançado para a época. Em 1647 os niveladores tentaram assumir o controle do exército, do que se aproveitou o rei para fugir novamente. Foi o quanto bastou para que o exército se reunificasse, prendesse o rei e realizasse uma depuração no Parlamento. Foram presos 47 deputados e outros 96 excluídos, permanecendo apenas alguns, favoráveis ao exército: este é o chamado Parlamento “Coto” (*Rump*). O Rei Carlos I foi condenado e decapitado no dia 30 de janeiro de 1649, a Câmara dos Lordes abolida e a República proclamada em 19 de maio do mesmo ano.

A República e o Protetorado de Cromwell

O Parlamento sofreu uma nova depuração; o poder executivo passou a ser exercido por um Conselho de Estado, composto por 41 membros. De fato o poder era exercido por Cromwell, o qual procurou eliminar as reações realistas que — com o apoio dos escoceses — tentavam instalar Carlos II, filho de Carlos I, no trono inglês. Por outro lado Cromwell eliminou os movimentos radicais dentro do exército: os principais líderes dos niveladores foram executados em 1649; os *escavadores* — movimento constituído pelo proletariado rural e que pretendia se apossar das terras do Estado, da nobreza e do clero anglicano, vencidos pela Revolução — foram dizimados em abril do mesmo ano. A liquidação do movimento mais democrático dentro da Revolução Inglesa deixou sem esperanças os menos favorecidos, que apelaram para movimentos religiosos radicais, como os *ranter*s e os *seekers*.



Cromwell baixou em 1651 o primeiro *Ato de Navegação*, com a finalidade de proteger o comércio exterior inglês.

Em 1653 foi dissolvido o que restava do Longo Parlamento. Uma nova Constituição deu a Cromwell o título de *Lorde Protetor*. Seu poder era tão tirânico quanto o da antiga monarquia; a coroa foi-lhe oferecida, mas ele a recusou. Já era um verdadeiro soberano, podendo inclusive indicar seu sucessor. Para combater os grandes rivais holandeses e fortalecer o comércio exterior inglês, baixou em 1651 o primeiro *Ato de Navegação*. Por esse ato, as mercadorias somente poderiam entrar em portos ingleses em navios ingleses, ou em navios de seus próprios países de origem. Cromwell governou com intolerância e rigidez, impondo a todos suas idéias puritanas. Com sua morte em 1658, foi substituído pelo filho Richard Cromwell, que, sem a firmeza e obstinação do pai, foi facilmente deposto em 1659.

A Restauração e a Revolução Gloriosa

Com o apoio do general Monk, comandante das tropas da Escócia, um Parlamento excepcional, o *Parlamento-Convenção*, proclamou Carlos II rei da Inglaterra, em 1660. Tendo seus poderes limitados pelo Parlamento, o novo rei aproximou-se de Luís XIV, rei da França, em busca de apoio, tornando-se suspeito para o Parlamento. Favorecida por um novo Parlamento de Cavaleiros, composto por nobres realistas e anglicanos na sua maioria, iniciou-se uma onda contra-revolucionária. Cromwell foi desenterado e seu corpo pendurado na forca; o poeta Milton foi julgado e condenado. Novos atos de navegação em favor do comércio inglês foram baixados por Carlos II. Sua ligação com Luís XIV, de quem recebia ajuda, levou-o a envolver-se na Guerra da Holanda. Por essa razão, o Parlamento baixou

em 1673 a *Lei do Teste*, pela qual todos os que exercessem uma função oficial no reino deveriam professar seu anticatolicismo. De 1681 a 1685 Carlos II dissolveu várias vezes o Parlamento. Nesse contexto surgiram dois partidos: os *whigs*, contrários ao rei e favoráveis ao Parlamento; os *tories*, que defendiam as prerrogativas reais.

Jaime II subiu ao trono em 1685, permanecendo até 1689. Irmão de Carlos II, chegou ao poder mesmo com uma lei de exclusão votada contra ele, por ser católico. Buscou de novo restaurar o absolutismo e o catolicismo, punindo com rigor os revoltosos, aos quais negava o direito de *habeas corpus*. Em seu governo, católicos foram indicados para funções importantes. Em 1688 o Parlamento convocou Maria, a filha de Jaime II (e esposa de Guilherme de Orange, governador das Províncias Unidas), para ocupar o trono da Inglaterra. Foi um movimento pacífico e sem sangue. Jaime II refugiou-se na França e um novo Parlamento proclamou Guilherme e Maria rei e rainha da Inglaterra.

A condição imposta aos novos soberanos foi a aceitação da *Declaração dos Direitos*, baixada em 1689. Através dela o rei não podia cancelar as leis parlamentares e o Parlamento poderia até mesmo dar o trono da Inglaterra a quem lhe aprouvesse, após a morte do rei; as reuniões parlamentares e as eleições seriam regulares, pelo menos trienais; o orçamento anual seria votado pelo Parlamento; inspetores controlariam as contas reais; os católicos foram afastados da sucessão; a manutenção de um exército permanente em tempo de paz foi considerada ilegal. Todas as decisões passaram a ser tomadas pelos ministros, sob a autoridade do lorde tesoureiro. O Tesouro passou a ser dirigido por funcionários que, em época de guerra, orientavam a política interna e externa. Em 1694 foi criado o Banco da Inglaterra, organizando-se o tripé fundamental para o desenvolvimento econômico da Inglaterra: o Parlamento, o Tesouro e o Banco da Inglaterra.

Abriam-se assim as condições para o avanço econômico que resultaria mais tarde na Revolução Industrial. De um lado uma verdadeira revolução na agricultura através dos cercamentos, que beneficiou a *gentry* e destruiu os *yeomen*. De outro a expansão comercial e marítima garantida pelos Atos de Navegação, que atendiam aos interesses da burguesia mercantil.

Documentos básicos

A defesa da propriedade da terra por Gerrard Winstanley, líder dos escavadores.

"O homem mais pobre (...) tem o justo direito à terra assim como o homem rico (...). A verdadeira liberdade reside na livre apropriação da terra (...). Se o povo comum não tem mais liberdade na Inglaterra, a não ser para viver entre os seus irmãos mais velhos e trabalhar para eles por um salário, que liberdade têm eles então na Inglaterra mais do que se tem na França ou na Turquia? Enquanto o poder real era dominado por um homem chamado Carlos, toda espécie

humana se queixava de opressão (...). Daí vocês que são a gentry, quando reunidos no Parlamento, chamaram o povo comum para vir ajudá-los (...). Aquele galho alto foi podado da árvore da tirania e o poder real neste caso particular foi eliminado. Mas a opressão é ainda uma grande árvore e conserva escondida a luz da liberdade para os povos comuns ainda."

WINSTANLEY, G. Sabine. Apud: HILL, C. *The world turned upside down*. Harmondsworth, Penguin, 1975, p. 132 e segs.

As posições de classe e a belicosidade da nobreza na Inglaterra.

"Quem são os opressores a não ser a nobreza e a gentry (...). E quem são os oprimidos, senão os yeomen, os fazendeiros, os comerciantes e seus semelhantes? (...) Tu não procuraste opressores para te esconderes da opressão? (...) A opressão está naturalmente inserida na maior parte da nobreza e da gentry, que considera os pobres nada além de idiotas, e eles próprios como sábios e, portanto, quando tu convocas um Parlamento, eles estão confiantes de que os escolhidos devem ser os nobres e os ricos (...). Tua escravidão é a sua liberdade, tua pobreza é a sua prosperidade (...). Paz é a sua ruína; pela guerra eles se enriquecem. A paz é a sua guerra; a paz é a sua pobreza".

CLARKSON, L. *A general charge*. Apud: HILL, C. Op. cit., p. 214.

Datas e fatos essenciais

1603-1625: Reinado de Jaime I.
1625-1642: Reinado de Carlos I.
1628: Petição dos Direitos.
1634: Cobrança do Ship Money.
1640-1653: Longo Parlamento.
1641: Grande Remonstrance.
1642-1645: Guerra Civil.
1645: Batalha de Naseby.
1649: Carlos I é decapitado.
1649-1660: República na Inglaterra.
1649: Liquidação dos niveladores e escavadores.
1651: Atos de Navegação.
1653: Cromwell torna-se Lorde Protetor.
1658: Morte de Cromwell e ascensão de Richard Cromwell.
1660: Restauração de Carlos II.
1688: Revolução Gloriosa.
1689: Declaração dos Direitos.

Resumo

1. A Revolução Inglesa foi a primeira revolução burguesa da época moderna, na medida em que criou condições para a Revolução Industrial no século XVIII.
2. A Revolução foi o resultado do descompasso entre o avanço da burguesia e o Estado absolutista, que já não atendia mais aos seus interesses.
 - a) Os monopólios prejudicavam a burguesia mercantil e os artesãos.
 - b) As limitações à prática do cercamento desgostavam a nobreza progressista e mesmo os camponeses mais dinâmicos.
3. A manipulação da política religiosa em benefício do absolutismo provocou um choque aberto entre o rei (que pretendia legitimar seu poder através do catolicismo) e o Parlamento (que pretendia defender seus direitos radicalizando sua posição no puritanismo).
4. A Revolução Puritana foi o resultado do choque entre a monarquia absoluta e as pretensões da burguesia. Sua primeira manifestação grave deu-se em 1628, quando o Parlamento pretendeu impor ao Rei Carlos I a **Petição dos Direitos**.
 - a) No ano seguinte Carlos I fechou o Parlamento e governou sem ele durante onze anos.
 - b) A guerra civil começou em 1642, sendo que o comando do exército parlamentarista ficou com Cromwell.
 - c) O exército de Cromwell tornou-se uma força política poderosa, destituiu a Câmara dos Lordes, assumiu o controle da situação, aprisionou e mandou decapitar o Rei Carlos I em praça pública.
 - d) Durante a guerra surgiram as condições para a rebelião dos "escavadores".
 - e) A Revolução culminou com a implantação da República, em 1649.
5. Com a República, começou a segunda fase da Revolução Puritana.
 - a) Cromwell, que governou durante todo esse tempo com intolerância e rigidez, em 1653 dissolveu o Congresso e proclamou-se "Protetor" da Inglaterra, Escócia e Irlanda. É o período do Protetorado de Cromwell.
 - b) Governou com plenos poderes até 1658, data em que morreu. Sucedeu-o seu filho Ricardo, que foi considerado incapaz e destituído em 1659.
 - c) O Parlamento procurou então Carlos II, que estava refugiado na Holanda, e com ele restaurou a monarquia, em 1660.
6. Limitado pelo Parlamento, Carlos II aliou-se secretamente ao Rei Luís XIV, da França — rei católico e absolutista —, e com isso tornou-se suspeito para o Parlamento.
 - a) Sucedeu a Carlos II seu irmão Jaime II, católico e também amigo da França.
 - b) Depois de ter tomado várias medidas a favor dos católicos, Jaime II foi destronado pelo Parlamento e fugiu para a França.
 - c) O Parlamento convocou então Maria Stuart e seu marido Guilherme de Orange, das Províncias Unidas, proclamado rei com o nome de Guilherme III depois de ter aceito a **Declaração de Direitos**. Foi a **Revolução Gloriosa**.
 - d) A **Revolução Gloriosa** assinalou a ascensão da burguesia ao controle total do Estado.

A CRISE DO ANTIGO REGIME

A Revolução Industrial na Inglaterra

- A substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril constituiu a Revolução Industrial. Nessa medida tratou-se de uma revolução, em função do seu enorme impacto sobre a estrutura da sociedade. Esse processo de transformação foi acompanhado por uma notável evolução tecnológica.*
- A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. Não foi uma revolução qualquer, mas uma revolução que se deu nos quadros do capitalismo. Ela encerrou a fase de transição do feudalismo ao capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. Completou ainda o movimento da revolução burguesa iniciada na Inglaterra no século XVII.*

Etapas do processo de industrialização

É possível distinguir três períodos bem demarcados no processo de industrialização em escala mundial:

De 1760 a 1850 — Período no qual a Revolução Industrial praticamente se restringiu à Inglaterra, que se constituía então na “oficina do mundo”. Preponderou a produção de bens de consumo, especialmente os têxteis, e a energia a vapor.

De 1850 a 1900 — A Revolução Industrial difundiu-se pela Europa (Bélgica, França, Alemanha, Itália e, no fim do século, Rússia), América (Estados Unidos) e Ásia (Japão). Intensificou-se a concorrência entre as nações industrializadas, desenvolveu-se a indústria de bens de produção, expandiram-se as ferrovias; surgiram novas formas de energia, como a hidrelétrica, e novos combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina, que teria ampla aplicação com a invenção do motor de explosão. Ao mesmo tempo ocorria uma verdadeira revolução nos transportes marítimos e terrestres, com a invenção da locomotiva e do barco a vapor.

De 1900 aos nossos dias — Nesse período surgiram os grandes conglomerados industriais e as multinacionais; a produção foi automatizada, permitindo o surgimento da produção em série e o advento da sociedade

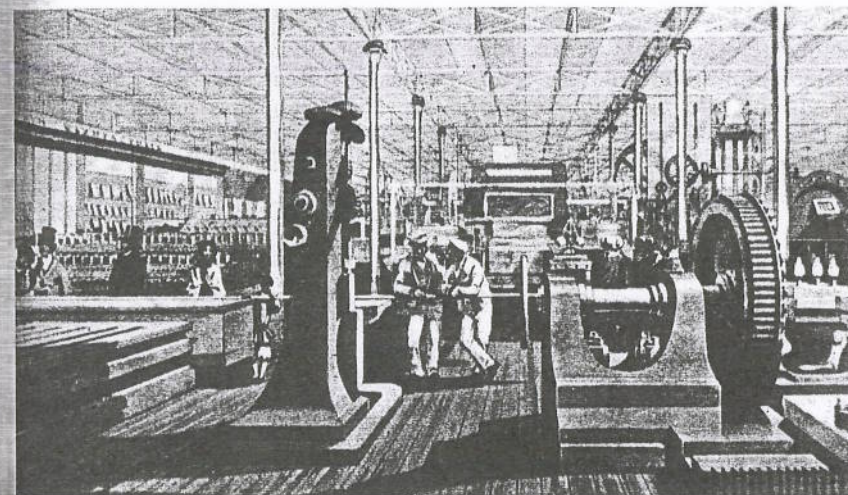
de consumo de massas, através da expansão e difusão dos meios de comunicação; ocorreu ainda o avanço da indústria química e eletrônica, da engenharia genética e o surgimento de uma verdadeira revolução cibernética.

Artesanato, manufatura e maquinofatura

O *artesanato* foi a primeira forma de produção industrial. Surgiu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano e definia-se pela produção independente, na qual o produtor possuía os meios de produção: instalações, ferramentas e matéria-prima. Trabalhando em sua própria casa, o artesão, sozinho ou com sua família, realizava todas as etapas da produção, desde a preparação da matéria-prima até o acabamento final.

A *manufatura* representou um estágio mais avançado. Foi o resultado da ampliação do consumo, o que levou muitos artesãos a aumentarem sua produção, bem como muitos comerciantes a se dedicarem à produção industrial. Neste caso, o comerciante manufatureiro distribuía a matéria-prima para que os artesãos trabalhassem em suas casas, recebendo pelo trabalho um pagamento previamente combinado. Gradativamente o comerciante penetrou na produção. Primeiro ele reuniu alguns artesãos mais especializados para dar acabamento aos tecidos, depois para tingir, mais tarde para tecer e finalmente para fiar. Surgiram assim verdadeiras fábricas, nas quais os trabalhadores eram assalariados e não tinham mais controle sobre o produto do seu trabalho, pois já não controlavam os meios de produção. A produtividade do trabalho aumentou por causa da divisão social da produção, isto é, cada trabalhador realizava uma etapa na elaboração de um produto.

A *maquinofatura* foi a etapa final. Nela o trabalhador estava submetido ao regime de funcionamento da máquina e à gerência direta do empresário. Foi exatamente com esta etapa que se consolidou a Revolução Industrial.



A maquinofatura corresponde à etapa de consolidação da Revolução Industrial.

O pioneirismo inglês na industrialização

Na base do processo de industrialização da Inglaterra no século XVIII está a Revolução Inglesa do século XVII. Por um lado, a burguesia que venceu a monarquia promoveu a conquista dos mercados mundiais. Por outro, transformou brutalmente a estrutura agrária. Vejamos cada um destes aspectos.

O avanço dos ingleses sobre os mercados mundiais e sobretudo coloniais — por meios pacíficos, diplomáticos ou militares — foi brutal no século XVIII. Sua hegemonia naval dava-lhes o controle dos mares e, por decorrência, do mercado mundial. Nesse momento, quando se iniciou o processo de industrialização, era o mercado que comandava o ritmo da produção, ao contrário do que aconteceria mais tarde: nos países já industrializados, é a produção que cria seu próprio mercado. A primeira indústria mecanizada foi a da tecelagem do algodão; como 90% desses tecidos destinavam-se ao exterior e isto representava 50% da exportação global da Inglaterra, é possível perceber o papel determinante do mercado externo, especialmente colonial, no arranque industrial desse país.

Mas isso não é tudo, pois do mercado externo veio também a maior parte dos capitais, originários do tráfico de escravos e do comércio colonial ou com metrópoles colonialistas, como Portugal. Provavelmente 50% do ouro extraído das minas brasileiras terminou no Banco da Inglaterra. Não há provas de que esse capital tenha sido investido diretamente na indústria, mas é certo que foi investido em obras de infra-estrutura (estradas, portos, canais). A disponibilidade de capital, associada à existência de um sistema bancário eficiente, com mais de quatrocentos bancos provinciais em 1790, explica a baixa taxa de juros, o que significava dinheiro barato para os empresários.

Para completar, é necessário lembrar que a grande indústria inglesa até a segunda metade do século XVIII era a tecelagem da lã. Mas não foi aí que teve início a mecanização, e sim na tecelagem do algodão, cuja matéria-prima vinha do mercado colonial (da Índia, dos Estados Unidos, do Brasil). Ao mesmo tempo, por ser esse tecido mais leve e adequado a climas mais quentes, ajustava-se perfeitamente aos mercados coloniais, situados nas zonas tropicais. Das colônias vinham, em conclusão, a matéria-prima, os capitais e o consumo.

Para entender o quarto elemento essencial à industrialização (além de capital, recursos naturais e mercado), é necessário analisar a transformação na estrutura agrária após a Revolução Inglesa. Com a *gentry* no poder dispararam os cercamentos, autorizados por Atos do Parlamento. A divisão das terras coletivas entre os antigos proprietários foi feita de modo a beneficiar os grandes possuidores de terra. As antigas parcelas de terra exploradas pelos camponeses (*yeomen*) foram reunidas num único lugar e cercadas, mas eram tão diminutas que não garantiam sua sobrevivência; eles transformaram-se por isso em proletários rurais. Disto resultou a quebra da dualidade de vida dos camponeses, isto é, o fato de serem ao mesmo tempo agricultores e artesãos.

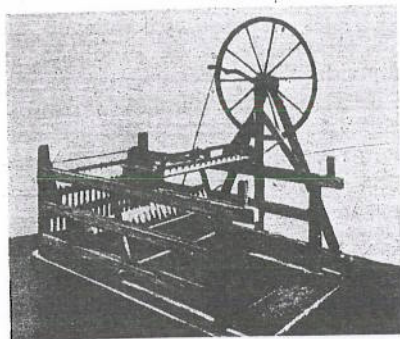
Duas conseqüências importantes resultaram desse acontecimento. Primeiramente, diminuiu a oferta de trabalhadores na indústria doméstica rural, exatamente no momento em que o mercado ganhava maior impulso, tornando-se indispensável a adoção de um novo modo de produção capaz de atender às necessidades do mercado. Em segundo lugar, a proletarianização das relações de trabalho no campo abriu espaço para o investimento de capital na agricultura, resultando disso a especialização da produção, o avanço técnico e o crescimento da produtividade. Em decorrência desses fatores a população cresceu, o mercado consumidor se ampliou e sobrou mão-de-obra para os centros industriais.

A mecanização da produção

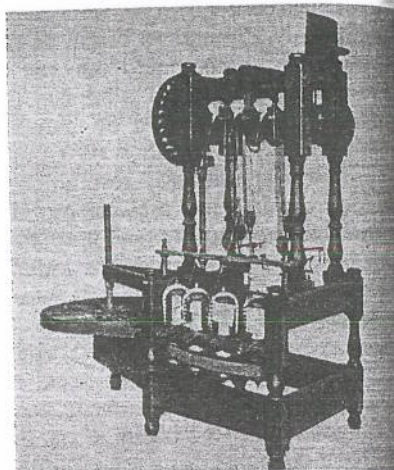
O processo de mecanização na Inglaterra começou na indústria têxtil do algodão, na tecelagem e na fiação; teve início, portanto, na indústria de bens de consumo. Na segunda metade do século XVIII aceleraram-se as invenções. É preciso lembrar que as invenções não são o fruto de atos individuais ou do mero acaso. São o resultado de problemas concretos colocados para homens práticos, freqüentemente sem formação científica. Mesmo que um determinado inventor acabe por realizar um invento, ele representa naquele momento uma necessidade social. As invenções realizadas fora das necessidades sociais nasceram mortas, pois não havia condições para sua utilização. Leonardo da Vinci imaginou a máquina a vapor no século XVI, mas somente no século XVIII ela teve uma aplicação efetiva.

Para alguns historiadores a Revolução Industrial teve início em 1733 com a invenção da *lançadeira volante*, por John Kay. Este instrumento adaptado aos velhos teares manuais aumentava enormemente a capacidade de tecer, pois até então o tecelão somente podia fazer um tecido da largura de seus braços. Essa invenção provocou um desequilíbrio, pois começaram a faltar fios, cuja produção era feita na roca de fiar. A invenção da *spinning jenny* por James Hargreaves em 1767 passou a permitir a um só artesão fiar de 8 a 80 fios de uma só vez, mas os fios eram finos e quebradiços. A *water frame*, inventada por Richard Arkwright em 1769, era muito econômica por ser movida a água, mas seus fios eram muito grossos. Em 1779 a *water frame* e a *spinning jenny* foram combinadas por Samuel Crompton em uma única máquina, a *mule*, cujos fios eram finos e resistentes. Solucionado o problema da fiação, novo desequilíbrio apareceu. Agora sobravam fios e os artesãos não davam conta de tecer. Com a invenção do tear mecânico por Edmond Cartwright, em 1785, reequilibrou-se novamente a relação entre fiação e tecelagem na indústria têxtil.

Um novo problema, porém, surgiu. O tear mecânico exigia uma força superior à energia humana para movimentá-lo. A energia hidráulica, à base de rodas-d'água, resolvia o problema mas era inconstante. Tornava-se pois necessária uma nova energia motriz. Essas necessidades estimularam o espírito inventivo e mobilizaram os capitais, resultando na invenção da *máquina a vapor*, por James Watt. Sua máquina de movimento duplo, com uma biela e uma manivela, transformava o movimento linear do pistão em



A invenção da **spinning jenny**, em 1767, aumentou a produtividade do trabalho dos artesãos.



A **water frame**, inventada por Arkwright em 1769.

movimento circular, adaptando-se aos teares. James Watt não foi propriamente o inventor, mas o aperfeiçoador da máquina a vapor. Desde 1690, na França, Papin fizera funcionar um barco a vapor; em 1712, Thomas Newcomen construíra uma máquina para bombear água do fundo das minas de carvão.

Para aumentar a resistência das máquinas a vapor, era necessário substituir a maior parte das peças, feitas de madeira, por peças de metal. Isto exigia ferro de boa qualidade, o que estimulou o avanço da siderurgia. Em 1783 Henry Cort inventou o método de obtenção de ferro chamado *pudlagem*, pelo qual a liga em fusão de ferro e carbono era descarbonizada por meio de um jato de ar passado pela liga ainda em fusão. Obviamente, exigia-se carvão de boa qualidade, que não deixasse impurezas. A obtenção do carvão mineral, o *coque*, em substituição ao carvão vegetal, que se tornava cada vez mais escasso pela devastação das florestas, resolveu o problema.

A aplicação da energia a vapor na fiação e na tecelagem do algodão equilibrava, ao mesmo tempo em que acelerava, o ritmo da produção, exigindo maior oferta de matéria-prima. Até esse momento o algodão era descaroçado à mão, numa operação demorada. Isso levou Eli Whitney, nos Estados Unidos, a inventar o descaroçador mecânico.

Conclui-se, portanto, que o ritmo da mecanização foi completamente desequilibrado, o que se explica pela inexistência de intervenção do Estado e pelo fato de os empresários conduzirem o processo de acordo com seus interesses. Mas, acima de tudo, explica-se pelo fato de a mecanização ter começado nos bens de consumo e não nos bens de produção, o que seria muito mais racional mas absolutamente impossível na primeira revolução industrial da História.

A revolução social

A Revolução Industrial provocou a concentração fabril dos trabalhadores. Mas o seu aspecto mais importante, que trouxe uma radical transformação no caráter do trabalho, foi a separação entre o capital e meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima) de um lado, e o trabalho, de outro. Com isso os operários passaram a ser simples assalariados dos capitalistas (donos do capital).

Uma das primeiras manifestações da Revolução Industrial foi o desenvolvimento intenso dos centros urbanos. Londres chegou a 1 milhão de habitantes em 1800. Os velhos centros industriais do sudoeste declinaram. O desenvolvimento industrial e urbano deslocou-se para o norte da Inglaterra; grandes centros industriais, como Manchester, abrigavam enorme massa de trabalhadores que viviam em condições miseráveis.

Os antigos artesãos habituados a controlar o ritmo do próprio trabalho tinham de se submeter agora à disciplina da fábrica. Os homens passaram a sofrer a concorrência do trabalho feminino e infantil. Na indústria têxtil do algodão, em 1835, as mulheres representavam mais de 50% da massa trabalhadora. Em certos trabalhos empregavam-se crianças de até 6 anos de idade! Não havia garantias contra os acidentes do trabalho, nem indenizações pelos membros amputados, nem pagamento dos dias parados por causa desses acidentes.

A mecanização da produção desqualificava o trabalho, o que tendia a rebaixar o salário do trabalhador. Havia freqüentes paradas da produção, criando um grande número de desempregados. As novas condições tendiam a diminuir os rendimentos individuais e familiares, contribuindo para a redução da média de vida.

Muitos trabalhadores procuravam fugir desses problemas entregando-se ao alcoolismo. Outros rebelaram-se contra as máquinas, que responsabilizavam por sua miséria. Nesse processo envolveram-se muitos artesãos que já não mais podiam competir com a produção mecanizada, pois esta tendia a diminuir o preço dos produtos acabados. Rebelados, destruíam máquinas e fábricas, como, por exemplo, em 1769 na cidade de Lancaster e em 1779 no condado de Lancashire (Inglaterra). Os proprietários e o governo tiveram de organizar uma verdadeira defesa militar para proteger as fábricas.

A difícil situação dos camponeses agredidos pelos cercamentos — que passaram da pobreza à miséria — e dos artesãos empobrecidos pelas fábricas — e, ainda mais, estimulados pelas idéias que vinham da Revolução Francesa — levou as classes dominantes a criar a *Lei Speenhamland*, de 1797, que garantia a subsistência mínima ao homem que não fosse capaz de se sustentar por não ter trabalho. Para custear essas despesas foi criado um imposto especial, que recaía sobre toda a comunidade.

Eram numerosos os motins de fome, resultantes da elevação do preço do pão ou da falta de recursos para adquiri-lo. Em 1811 explodiu um violento movimento chamado *ludita* (nome que vem de Ned Ludlam), que

espalhou o terror pelos distritos industriais do centro da Inglaterra. Na década de 30 surgiu o movimento *swing*, com intensa agitação nas zonas rurais, associado ao movimento *cartista*, com forte atuação nos centros urbanos.

A organização era mais intensa por parte dos trabalhadores mais especializados, como os penteadores de lã. Inicialmente eles cotizavam-se para pagar os custos dos enterros dos associados; posteriormente tais associações adquiriram caráter reivindicatório. Assim surgiram as *trade-unions*. Gradativamente obteve-se a proibição do trabalho infantil, limitou-se o trabalho das mulheres, conquistou-se o direito de greve. Com o aparecimento do primeiro sindicato nacional na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, a capacidade de resistência dos trabalhadores aumentou sensivelmente.

Documentos básicos

O cercamento representou a transformação da estrutura agrária e a modernização da agricultura na Inglaterra, com um enorme custo social.

"Creio que durante os últimos anos foi cercada mais da quarta parte de todo o condado de Derby (...). As vantagens que emanam dos cercamentos são muito grandes, tanto para os proprietários quanto para as comunidades (...). Até onde chega a minha experiência, o cercamento exige em primeira instância um incremento do capital investido na agricultura; este capital faz com que o produto da terra seja mais abundante, e esta abundância reclama o emprego de uma mão-de-obra mais numerosa. Em virtude da facilidade com que se maneja nas terras cercadas a grande produção, o capital adicional rende seus benefícios, de modo que se necessita de mais pessoal e se levam mais produtos ao mercado."

BROWN, T. *General view of the agriculture of the country of Derby*. Apud: CLOUGH, S. e MOODIE, C. *Historia económica de Europa*. Buenos Aires, Paidós, 1968, p. 65-6.

O processo de concentração industrial na fábrica.

"É curioso que quando a fabricação de algodão apenas começava, todas as operações, desde o preparo da matéria-prima até a sua transformação em tecido, se completavam sob o teto da cabana do tecelão. O progresso da manufatura determinou que o fio seria fiado nas fábricas e seria tecido nas cabanas. Na época atual, quando a manufatura chegou à sua etapa de maturidade, todas as operações voltam a realizar-se num único edifício, recorrendo-se a meios superiores e máquinas mais complexas."

GUEST. *O efeito do tear mecânico sobre a produção*. Apud: CLOUGH, S. e MOODIE, C. Op. cit., p. 83-4.

Datas e fatos essenciais

- 1733: Invenção da lançadeira volante, por John Kay.
- 1760-1850: Primeira fase da Revolução Industrial.
- 1767: Invenção da **spinning jenny**, por James Hargreaves.
- 1768: Invenção da máquina a vapor, por James Watt.
- 1769: Invenção da **water frame**, por Richard Arkwright.
- 1769: Destruição de máquinas e fábricas na Inglaterra.
- 1779: Invenção da **mule**, por Samuel Crompton.
- 1785: Invenção do tear mecânico, por Edmond Cartwright.
- 1797: Lei Speenhamland.
- 1811: Movimento ludita.
- 1830: Movimento **swing e cartista**.
- 1850-1900: Segunda fase da Revolução Industrial.
- 1900: Terceira fase da Revolução Industrial.

Resumo

1. A Revolução Industrial significou uma evolução tecnológica e uma verdadeira revolução social, correspondendo à passagem do uso das ferramentas às máquinas, da energia humana à motriz, do sistema doméstico ao fabril.
2. No processo da Revolução Industrial destacam-se três períodos: o da implantação na Inglaterra, o da difusão pela Europa, América e Ásia e o que vem até os nossos dias, com a industrialização dos países em desenvolvimento.
3. A indústria pode ser considerada a forma mais evoluída da produção. Anteriormente a ela existiam o artesanato e a manufatura, que originaram a maquinofatura, característica da era industrial.
 - a) O artesanato é a forma de produção industrial mais simples. Não há divisão do trabalho e a indústria nessa fase é chamada de indústria doméstica.
 - b) A manufatura já é uma fase mais adiantada da produção industrial. Nessa fase vários trabalhadores produzem sob a direção de um chefe, cada um executando uma tarefa específica (divisão do trabalho).
 - c) Na maquinofatura o trabalho é executado por máquinas reunidas numa concentração fabril.
4. Condições determinantes da Revolução Industrial na Inglaterra.
 - a) Conquista dos mercados mundiais, sobretudo coloniais, que consumiam as manufaturas de algodão produzidas na Inglaterra.
 - b) Acumulação de capitais durante a fase do capitalismo comercial e da política mercantilista, originários principalmente do mundo colonial.
 - c) Existência de mercados fornecedores de matérias-primas, especialmente o algodão, também originário das colônias.

- d) Transformação da estrutura agrária através dos cercamentos, o que amplia o mercado consumidor interno e, pela intensificação do crescimento populacional, aumenta a oferta de trabalhadores no mercado.
5. O processo de mecanização foi desequilibrado, não havendo planificação estatal; teve início no setor de bens de consumo, concentrando-se nos desajustes entre a fiação e a tecelagem.
- a) A invenção da **lançadeira volante** acelerou a tecelagem, desequilibrando a produção doméstica.
 - b) A invenção da **spinning jenny** aumentou a produção de fios. A **water frame** produzia fios mais grossos. A **mule** fabricava fios finos e resistentes.
 - c) Acelerada a produção de fios, começou a faltar capacidade de tecer, o que somente foi resolvido com a invenção do **tear mecânico**.
 - d) Os teares exigiam energia mais eficiente, daí a utilização da máquina a vapor, aperfeiçoada por James Watt.
 - e) Para produzir as máquinas a vapor foram necessários progressos na siderurgia e na mineração.
6. Foi enorme o impacto da Revolução Industrial sobre a sociedade.
- a) Deu-se um intenso deslocamento da população rural em direção às cidades, modificando a densidade demográfica e ao mesmo tempo criando enormes concentrações urbanas.
 - b) A classe operária, destituída dos seus meios de produção, tinha que se submeter ao regime da fábrica e das máquinas.
 - c) Eram péssimas as condições de habitação; a concorrência do trabalho feminino e infantil era enorme; eram constantes as paradas nas fábricas e longas as jornadas de trabalho. Não havia nenhuma segurança para o trabalho.
 - d) As novas condições levaram os antigos artesãos e novos assalariados à revolta, ocorrendo a destruição de máquinas em vários lugares.
 - e) A intensificação da miséria e da pobreza levou o governo a criar leis para proteção dos indigentes, tentando assim contornar a ocorrência de revoltas.
 - f) Aos numerosos motins de fome seguiram-se os movimentos mais organizados dos **luditas** (iniciados por Ned Ludlam), seguindo-se o movimento **swing** e o movimento **cartista**.
 - g) A organização do movimento operário progrediu lentamente a partir das **trade-unions**, até chegar aos sindicatos nacionais da segunda metade do século XVIII.

A CRISE DO ANTIGO REGIME

O Iluminismo e o despotismo esclarecido

Os escritores franceses do século XVIII provocaram uma verdadeira revolução intelectual na história do pensamento moderno.

Suas idéias caracterizavam-se pela importância que davam à razão: rejeitavam as tradições e procuravam uma explicação racional para todas as coisas. Os filósofos e economistas procuravam novos meios para dar a felicidade aos homens. Atacavam violentamente a injustiça, a intolerância religiosa, os privilégios. Suas opiniões abriram caminho para a Revolução Francesa, pois puseram à mostra os erros e vícios do Antigo Regime.

As novas idéias conquistaram numerosos adeptos, a quem pareciam trazer a luz e o conhecimento. Por isso, os filósofos que as divulgavam foram chamados iluministas, a sua maneira de pensar Iluminismo e o conjunto do movimento Ilustração.

O Iluminismo

Esse movimento expressou, em última instância, a ascensão da burguesia e de sua ideologia; representou a culminância de um processo que se iniciou no *Renascimento* (quando a razão foi usada para descobrir o mundo) e que no século XVIII adquiriu um aspecto essencialmente crítico, quando os homens passaram a usar a razão para entenderem a si mesmos no contexto da sociedade. Foi nos clubes, nos cafés e, sobretudo, nos salões literários que esse espírito se generalizou.

A filosofia iluminista voltou-se para o estudo da natureza e da sociedade. O uso da razão era considerado indispensável à compreensão dos fenômenos naturais e sociais. Segundo os iluministas, até a crença devia ser racionalizada. Por isso, eram deístas, isto é, acreditavam que Deus está presente na natureza e, como o homem faz parte da natureza, Ele também se encontra presente no coração do próprio homem que pode descobri-lo através da razão.

A Igreja tornava-se, assim, uma instituição dispensável — para encontrar Deus, bastava levar uma vida piedosa e cheia de virtudes.

A Igreja era criticada por sua intolerância, ambição política e pela inutilidade das suas ordens monásticas.

Diziam os iluministas que assim como há leis que regulam os fenômenos da natureza, também as relações entre os homens são reguladas por leis naturais. Consideravam os homens todos bons e iguais perante a natureza e que a desigualdade existente entre eles era provocada pelos próprios homens, isto é, pela sociedade. Para corrigir essa desigualdade achavam que era preciso modificar a sociedade, dando a todos liberdade de expressão e de culto, e proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras.

O princípio organizador da sociedade deveria ser a busca da felicidade, cabendo ao governo garantir certos *direitos naturais do homem*: a liberdade individual assim como a livre posse de bens; a *tolerância* para a expressão de idéias; a *igualdade* perante a lei; uma *justiça* serena com base na punição dos delitos e das penas (conforme defendia o jurista milanês Beccaria). A forma política ideal garantidora desses princípios variava segundo os pensadores. O modelo seria a monarquia inglesa, para Montesquieu e Voltaire, ou uma república fundada sobre a moralidade e a virtude cívica, para Rousseau.

Principais filósofos iluministas

Podemos dividir os pensadores iluministas em dois grupos: o dos *filósofos*, que se ocuparam principalmente com os problemas políticos, sociais e religiosos; e o dos *economistas*, que procuraram uma maneira de aumentar a riqueza das nações. Os principais filósofos franceses foram Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Diderot.

Montesquieu publicou, em 1721, as *Cartas persas*, nas quais ridicularizou os costumes e as instituições do seu tempo. Em 1748 publicou *O espírito das leis*, sua maior obra, dedicada ao estudo de diversas formas de governo: dava grande destaque à monarquia inglesa e recomendava a independência dos três poderes — *executivo, legislativo e judiciário* — como única maneira de garantir a liberdade.

Voltaire foi o mais destacado dos filósofos iluministas. Durante seu exílio na Inglaterra publicou as *Cartas inglesas*, nas quais, atacando o absolutismo e a intolerância, elogiava a liberdade existente naquele país. Depois de viajar pela Europa, fixou-se em Ferney, na França, de onde exerceu grande influência por mais de vinte anos, até a sua morte. Seus discípulos se espalharam pela Europa, divulgando suas idéias, especialmente o profundo anticlericalismo que Voltaire divulgou em numerosos panfletos.

Ao contrário da maioria dos filósofos, Rousseau teve uma origem modesta e uma vida aventureira. Influenciado pelo ambiente da cidade de Genebra, onde nasceu, era contrário ao luxo e à vida mundana. No seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* (1755), defendeu a tese da bondade natural dos homens, pervertidos posteriormente pela civilização. Desde então toda a sua obra consagrou-se à tese da reforma necessária da sociedade corrompida. Propunha uma vida familiar simples, como aparece no seu texto *Emílio*. No plano político defendia uma sociedade ideal, baseada na justiça, igualdade e soberania do povo, como mostra no

seu texto mais famoso, *O contrato social*. Sua teoria da “vontade geral”, referida ao povo, foi fundamental no contexto da Revolução Francesa, inspirando Robespierre e outros líderes desse movimento.

Diderot foi o responsável pela organização da grande *Enciclopédia* — obra em 35 volumes, publicada entre 1751 e 1772, que tornou conhecidas as novas idéias. Diderot foi auxiliado pelo matemático d'Alembert e teve como colaboradores a maior parte dos novos pensadores e escritores. O governo condenou a obra, proibindo sua divulgação, que continuou, porém, a circular clandestinamente.



Voltaire, o mais importante dos iluministas, criticou o absolutismo e a intolerância de sua época.

Os economistas fisiocratas

Os economistas dessa época pregaram essencialmente a liberdade econômica, opondo-se a toda e qualquer regulamentação. A economia deveria ser dirigida pela natureza: o Estado não deveria intervir, a não ser para garantir o livre curso da natureza. Essa predominância da natureza valeu-lhes a denominação de *fisiocratas* (governo da natureza). Quesnay afirmava que a atividade verdadeiramente produtiva era a agricultura; Gournay propunha a total liberdade para o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais, consagrando a frase *Laissez faire, laissez passer* (Deixe fazer, deixe passar).

Adam Smith (escocês) foi um dos seus mais destacados discípulos. No seu livro, *A riqueza das nações* (1765), o trabalho — e não a agricultura como queriam os fisiocratas, nem o comércio, como pensavam os

mercantilistas — era considerado a verdadeira fonte de riqueza. O trabalho completamente livre, sem intervenções, guiado espontaneamente pela natureza, criaria toda a riqueza.

O despotismo esclarecido

Estimulados pelos filósofos, numerosos príncipes procuraram pôr em prática as novas idéias, governando de acordo com a razão e segundo os interesses do povo, mas sem abandonar o poder absoluto. Essa aliança de princípios filosóficos e poder monárquico deu origem a um regime de governo típico do século XVIII, o *despotismo esclarecido*. Seus representantes mais destacados foram Frederico II, rei da Prússia; Catarina II, tsarina da Rússia; José II, imperador da Áustria; Pombal, ministro de Portugal; e Aranda, ministro da Espanha.

Na Prússia, Frederico II (1740-1786), discípulo de Voltaire e indiferente à religião, deu ao povo liberdade de culto. Estimulou o ensino básico, tornando a instrução primária obrigatória para todos. Apesar de nessa época os jesuítas estarem sendo expulsos de quase todos os países da Europa (por causa das suas ligações com o papado), Frederico II atraiu-os para a Prússia, visando aproveitar suas qualidades de educadores. A tortura foi abolida e um novo código de justiça foi organizado. O rei exigia obediência total às suas ordens, mas dava plena liberdade de expressão. Procurou estimular a economia prussiana, adotando medidas protecionistas, embora isso fosse contrário às idéias iluministas. Preservou a ordem social existente — a Prússia permaneceu um Estado feudal, com servos sujeitos à classe dominante (dos proprietários).

O Estado no qual mais se fez propaganda das idéias novas e onde elas menos foram executadas foi a Rússia. Catarina II (1762-1796) atraiu os filósofos franceses à sua corte e manteve com eles correspondência regular; esses filósofos, porém, lhe serviram apenas de instrumento, pois ela muito prometeu e quase nada realizou de prático. A imperatriz deu ao povo liberdade religiosa e preocupou-se em desenvolver a educação das altas classes sociais, que foram polidas e “afrancesadas” nos seus usos e costumes. A situação dos servos foi agravada: não só a servidão foi mantida, como os direitos dos proprietários sobre os servos da terra foram aumentados, chegando inclusive ao direito de condenação à morte.

José II (1780-1790) da Áustria foi exemplo típico do déspota esclarecido. Fez numerosas reformas ditadas pela razão: aboliu a servidão, deu igualdade a todos perante a lei e os impostos, uniformizou a administração do Império, deu liberdade de culto e direito de emprego aos não-católicos. Foi o único que aplicou realmente as idéias propostas pelos filósofos iluministas.

Em Portugal, o Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, fez importantes reformas. Durante o seu governo a indústria cresceu, o comércio passou a ser controlado por companhias que detinham o monopólio nas regiões coloniais, a agricultura foi estimulada e a nobreza e o clero foram perseguidos a fim de fortalecer o poder real.

Na Espanha, o ministro Aranda pôs em execução uma série de reformas: o comércio foi liberado internamente, a indústria de luxo e de tecidos de algodão foi estimulada e a administração foi dinamizada com a criação dos intendentes, que fortaleceram o poder do Rei Carlos III.

Documentos básicos

Os regimes de governo e a divisão de poderes, segundo Montesquieu.

“Existem três espécies de governos: o republicano, o monárquico e o despótico (...) o governo republicano é aquele no qual o povo reunido, ou somente uma parte do povo, tem o poder soberano; a monarquia, aquela na qual um só governa, mas por meio de leis fixas e estabelecidas; enquanto que no despotismo apenas um, sem leis e sem regras, arbtrata tudo sob a sua vontade e seu capricho (...).”

“Existe em cada Estado três tipos de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem da vontade das gentes e o poder executivo daquilo que depende do direito civil. Pela primeira, o príncipe ou magistrado faz as leis por um certo tempo ou para sempre, e corrige ou substitui aquelas que estão feitas. Pela segunda, se faz a paz ou a guerra, se enviam ou recebem os embaixadores, se estabelece a segurança, se previnem as invasões. Pela terceira, se punem os crimes ou se julga as diferenças particulares.”

MONTESQUIEU. *De l'esprit des lois*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps ...*, p. 302-3.

A teoria do contrato social em Diderot: o poder político emergindo do consentimento da nação.

“O príncipe recebe de seus súditos a autoridade que ele tem sobre eles e esta autoridade é nascida das leis da natureza e do Estado. As leis da natureza e do Estado são as condições às quais eles são submetidos (...). Uma destas condições é que não existe o poder da autoridade sobre eles a não ser pela sua escolha e consentimento e ele não pode jamais empregar esta autoridade para cassar o ato ou contrato pela qual ela lhe foi deferida: ele agirá assim contra ele mesmo, pois que sua autoridade não pode subsistir a não ser pelo título que a estabelece (...). O príncipe não pode pois dispor do seu poder e de seus súditos sem o consentimento da nação.”

DIDEROT. “Autorité politique”, *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps ...*, p. 306-8.

A propriedade como fonte de desigualdade, segundo Rousseau.

"O primeiro que cercou um terreno, advertindo: 'Este é meu', e encontrando gente muito simples que acreditou, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Que crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores teria poupado ao gênero humano aquele que (...) tivesse gritado a seus semelhantes: 'Não escutem este impostor; vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos, que a terra não é de ninguém'. (...) Desde o instante em que um homem teve necessidade da ajuda de um outro, desde que ele percebeu ser conveniente para um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que passaram a ser regados com o suor dos homens e nos quais vimos então a miséria e a escravidão germinarem e crescerem com a colheita."

ROUSSEAU, J. *Discours sur l'origine de l'inégalité*. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps ...*, p. 308-9.

As reformas do déspota esclarecido Frederico Guilherme I, da Prússia.

"O Estado mudou quase inteiramente de forma sob Frederico Guilherme: a Corte foi dispensada e as grandes pensões sofreram uma redução (...). Desde o reinado de Frederico I houve grande quantidade de abusos relativos às taxas, que se tornaram arbitrárias. A crise de todo o Estado demandava (...). A fim de tornar estes impostos proporcionais, o rei fez medir exatadamente todos os campos cultiváveis e restabeleceu a igualdade das contribuições segundo as diferentes categorias de boas ou más terras e, como o preço dos alimentos estava muito alto, ele aumentou também os impostos na proporção destes preços; o que aumentou consideravelmente a renda."

Recueil des oeuvres du philosophe de Sans-Souci. In: GOTHIER, L. e TROUX, A., orgs. *Les temps ...*, p. 323-7.

Datas e fatos essenciais

- 1734: Publicação de *Cartas inglesas*, de Voltaire.
- 1748: Publicação de *O espírito das leis*, de Montesquieu.
- 1751 a 1772: Publicação da *Enciclopédia*, de Diderot.
- 1762: Publicação de *O contrato social*, de Rousseau.
- 1765: Publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith.

Resumo

1. O Iluminismo surgiu na França, no século XVIII, e se caracterizava por procurar uma explicação racional para todas as coisas. Seus adeptos, com suas idéias, abriram caminho para a Revolução Francesa.
2. A filosofia iluminista preocupou-se com o estudo da natureza e da sociedade.
 - a) Os iluministas eram deístas, mas acreditavam que a crença devia ser racionalizada.
 - b) Achavam que os homens eram iguais perante a natureza, e que as desigualdades eram provocadas pela sociedade.
3. Os pensadores iluministas podem ser divididos em dois grupos: os filósofos e os economistas. Os filósofos destacavam-se pela crítica social e política. Os economistas procuravam descobrir leis que regulassem a economia.
 - a) Montesquieu teorizou a divisão dos poderes do Estado no seu livro *O espírito das leis*.
 - b) Voltaire criticou a Igreja e a intolerância nas *Cartas inglesas* ou *Cartas Filosóficas*.
 - c) Rousseau, em *O contrato social*, defendeu a liberdade e a igualdade entre os homens, enfatizando o conceito da soberania popular.
 - d) Diderot difundiu as idéias dos filósofos nos verbetes da sua *Enciclopédia*.
4. Os economistas defendiam a total liberdade econômica, opondo-se a toda e qualquer regulamentação.
 - a) Quesnay defendia a agricultura como a verdadeira atividade produtiva; Gournay propunha a total liberdade para o comércio e indústria, consagrando a frase *Laissez faire, laissez passer*.
 - b) Adam Smith pregava a divisão do trabalho, afirmando que o trabalho completamente livre, guiado pela natureza, criaria toda a riqueza.
5. Monarcas e ministros europeus, baseados nas idéias iluministas, procuraram modernizar seus Estados, mas sem abandonar o poder absoluto. Foram os déspotas esclarecidos.
 - a) Os déspotas esclarecidos mais importantes foram: Frederico II, rei da Prússia; Catarina II, tsarina da Rússia; José II, imperador da Áustria; Pombal, ministro de Portugal; e Aranda, ministro da Espanha.
 - b) O melhor exemplo de déspota esclarecido, pelas reformas que executou, foi José II, secundado por Frederico II.
 - c) As medidas adotadas por Catarina II restringiram-se à elite.
 - d) Pombal e Aranda, em nome dos reis José I e Carlos III, de Portugal e Espanha, exerceram o despotismo esclarecido por delegação dos monarcas.